

**A cobertura noticiosa da SIC sobre
as Regiões Autónomas Portuguesas**

Sofia Barreira Pavão

Relatório de Estágio de Mestrado em Jornalismo

Dezembro, 2017

**Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação, realizado sob a orientação científica do
Professor António Granado.**

Aos meus pais, LÍdia e Carlos, a quem tudo devo.

A cobertura noticiosa da SIC sobre as Regiões Autónomas Portuguesas

Sofia Barreira Pavão

Resumo

Com o título “A cobertura noticiosa da SIC sobre as Regiões Autónomas Portuguesas”, o presente relatório analisa a presença e frequência de peças jornalísticas sobre os arquipélagos da Madeira e dos Açores, que constituem as duas Regiões Autónomas da República Portuguesa. Pretende perceber de que forma se constitui o processo das peças, se nasce de uma sugestão dos correspondentes ou por imposição da atualidade, característica de que vive o jornalismo. Para uma melhor compreensão, recorre à revisão da literatura sobre o tema; à análise das peças jornalísticas transmitidas no Primeiro Jornal e Jornal da Noite da SIC; à experiência empírica possibilitada pelo estágio e a entrevistas aos correspondentes da estação de Carnaxide nas ilhas. Com esta sinergia, percebemos que ainda há muito a investigar sobre a cobertura do jornalismo televisivo nacional face às Regiões Autónomas, territórios geograficamente dispersos e distantes, mas cujas gentes, tradições e modos de viver estão cada vez mais «perto» por força dos ecrãs das televisões nacionais.

Palavras-Chave: Regiões Autónomas; Jornalismo de Proximidade; Primeiro Jornal; Jornal da Noite; Proximidade; Correspondentes.

Abstract

With the title “A cobertura noticiosa da SIC sobre as Regiões Autónomas Portuguesas”, this report analyses the presence and frequency of media coverage in the archipelagos of Madeira and the Azores, which constitute the two Autonomous Regions of the Portuguese Republic. It intends to perceive how the process of media coverage is made, if it is born from a suggestion of the correspondents or by imposition of current events, characteristic on which journalism is based. For a better understanding, it recurses to the literature review on the subject; to the analysis of the news articles transmitted in Primeiro Jornal and Jornal da Noite; to the empirical experience made possible through the internship and to interviews with the correspondents of the Carnaxide broadcast in the islands. With this synergy, we realize that there is still much to investigate about the national television journalistic coverage towards the Autonomous Regions, geographically dispersed and distant territories, but whose people, traditions and ways of living are increasingly «close» by the strength of the national television channels screens.

Keywords: Autonomous Regions; Proximity Journalism; Primeiro Jornal newscast; Jornal Noite newscast; Proximty; Correspondent.

Índice

1 – Introdução	1
2 – SIC	
2.1 – A SIC no Grupo Impresa	5
2.2 – História da SIC: Informação e Entretenimento	10
2.3 – O Estatuto Editorial	20
2.4 – A SIC em 2017: Dos 25 anos à crispação com Angola	21
3 – A experiência de estágio	
3.1 – A Agenda e os critérios de noticiabilidade	26
3.2 – A edição de Fim de Semana	31
3.3 – O Primeiro Jornal	35
3.4 – As madrugadas	38
4 – Metodologia	
4.1 – Pergunta de partida e sub-perguntas	39
4.2 – Objetivos	39
4.3 – Abordagem metodológica	40
4.3.1 – Contextualização e caracterização do caso em estudo	42
4.4 – Abordagem morfológica e de conteúdo	44
4.4.1 – Caracterização do universo: Primeiro Jornal e Jornal da Noite	44
5 – Enquadramento Teórico	
5.1 – Jornalismo televisivo nacional e a questão da proximidade ...	50
5.1.1 – A questão da proximidade	50
5.1.2 – Jornalistas regionais e correspondentes nacionais	58
5.1.3 – A legislação portuguesa em matéria de jornalismo regional	62
5.1.4 – Regional, local e comunidade	64
5.1.5 – Televisões de proximidade	67
5.1.6 – Globalização e local	73
5.1.7 – A implementação da informação local em Portugal	76
5.1.8 – Região Autónoma dos Açores e Madeira: breve caracterização e história da comunicação social	77
6 – Apresentação dos resultados	80

7 – Análise e discussão dos resultados	109
8 – Conclusão	121
9 – Webgrafia e Bibliografia	124
10 – Anexos	
10.1 – Estatuto Editorial da SIC	133
10.2 – Estatuto Editorial da SIC Notícias	135
10.3 – Ficha Técnica SIC	137
10.4 – Entrevistas aos Correspondentes	138
10.5 - Grelha de Análise 1 – Quantitativa	158
10.6 – Grelha de Análise da Agenda de Abril	162
10.7 – Grelha de Análise 2 – Qualitativa	163

1 – Introdução

O presente relatório de estágio integra-se na componente não letiva do mestrado em Jornalismo da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL) e visa, em primeira instância, a conclusão do mestrado, com vista à obtenção do grau de mestre.

O mestrado em Jornalismo da FCSH é estruturado em dois anos letivos, sendo o primeiro composto por disciplinas obrigatórias e opcionais. O primeiro ano letivo oferece disciplinas como Escrita Jornalística; Jornalismo Político, Económico e Cultural; Questões Contemporâneas do Jornalismo; Novos Media e Jornalismo de Investigação. No início do segundo semestre, o aluno é convidado a escolher a forma como vai realizar a componente não letiva: estágio, projeto ou tese. Conforme dito, optei por realizar o relatório de estágio, devido à componente mais prática que esta valência pressupõe. Em função desta escolha, foi estabelecido um protocolo entre a instituição de ensino e a SIC – Sociedade Independente de Comunicação, que resultou na realização de um estágio curricular na redação da estação, em Carnaxide, com a duração de seis meses, de 7 de Novembro de 2016 a 6 de Maio de 2017.

Este relatório de estágio pretende promover uma reflexão crítica da atividade realizada durante o estágio, sendo por isso um dos nossos objetivos que este documento não se esgote a uma dimensão meramente descritiva. Para esse efeito, este relatório assume o objetivo de refletir sobre um tema que seja tratado noticiosamente pela estação. Neste sentido, afigurou-se pertinente refletir sobre a temática da cobertura noticiosa das Regiões autónomas Portuguesas nos principais jornais da estação – o “Primeiro Jornal” e o “Jornal da Noite”, recorrendo a uma análise quantitativa e qualitativa, a entrevistas aos correspondentes da estação nos Açores e na Madeira e ao coordenador do *Primeiro Jornal*. No que respeita à organização do presente Relatório este está dividido em três capítulos.

Em primeira instância, procedemos ao enquadramento teórico sobre o tema em estudo, recorrendo a artigos e a bibliografia pertinente sobre o mesmo. Por isso, perfila-se espaço para uma explicação sobre a questão da proximidade e as suas particularidades, o que nos permite compreender e destrinçar conceitos que estão intrusados. Esta divisão parece-nos crucial para o estudo aqui levado a cabo. E, na

medida em que falamos de regiões autónomas, impõe-se uma sumária contextualização sobre a comunicação social regional.

Numa segunda instância, intitulada Metodologia, este Relatório procura refletir sobre a experiência de estágio e, de igual forma, proceder à caracterização do local de estágio, não só sobre a história da estação que assinala 25 anos em 2017, mas também enquadrar a estação como parte de um grande grupo de comunicação social. Seguidamente, surge a metodologia do estudo propriamente dita.

Conforme avançamos no relatório, num terceiro momento surge a apresentação dos resultados, que inclui uma análise e uma discussão dos resultados obtidos, com base na metodologia escolhida. Este cruzamento de informações é enriquecedor pois permite comparar as conclusões recolhidas às conclusões e ideias da bibliografia já existente sobre a matéria.

Por fim, este relatório apresenta as conclusões, a bibliografia e a webgrafia, seguida de vários anexos, onde se incluem as entrevistas aos correspondentes na íntegra, as três grelhas de análise, o estatuto editorial da estação e outros documentos que se afiguram relevantes para uma melhor compreensão do presente estudo.

Outra questão que merece algum destaque é precisamente a escolha do tema para a realização do Relatório de Estágio. Diga-se que foi, desde cedo, um desafio deveras complicado, porém a “açorianidade” depressa me empurrou para uma temática que exigisse uma efetiva necessidade de reflexão sobre uma questão que colocasse em paralelo jornalismo televisivo e as ilhas. É importante referir que esta liberdade de escolha temática representou um aumento da motivação, por familiarização acrescida com o objeto de estudo, no entanto não representou uma eventual facilidade de contactos, uma vez que o âmbito da nossa análise, como veremos adiante, se centra na redação. Todavia, a escolha temática não se deveu exclusivamente a uma ligação pessoal, uma vez que esta obriga a uma perspectiva teórica e uma aplicação empírica adjacente da experiência de estágio.

Aquando do início do estágio, o tema do Relatório estava definido. Quer isto dizer, e porque a nível académico assim foi exigido, que a faculdade teve em sua posse um ante-projeto com uma descrição do tema que o aluno pretendia seguir. No entanto, essa formalidade não procura restringir a liberdade de escolher outro tema, mas sim iniciar a burocracia da inscrição na componente não letiva. Contudo, foi sempre esta a temática que me pareceu ser a mais indicada a seguir, daí ter optado por não prescindir desta em detrimento de outras. Por outro lado, a escolha do tema prendeu-se por uma

razão prática. Não obstante, alguns estudos teóricos terem refletido sobre o jornalismo regional e de proximidade verifiquei que no caso das Regiões Autónomas portuguesas não há grandes contribuições, sendo até escassa ou inexistente a bibliografia. Como veremos adiante, esta foi, aliás, uma das principais dificuldades com que nos deparámos neste estudo.

Todos os dias o jornalismo televisivo nacional chega à casa de todos os ilhotos, e nele a esperança de ver no pequeno ecrã *estórias* das ilhas, sobre as ilhas e das suas gentes. Apesar de a RTP Açores e de a RTP Madeira cumprirem o seu propósito de âmbito regional, uma reportagem televisiva nos canais privados portugueses parece ter outro potencial, outra amplitude, no fundo uma janela maior para as ilhas. Por isso, importa perceber se existe ou não uma cobertura noticiosa sobre os arquipélagos na SIC, e como é levada a cabo e por quem.

Porém, e porque a delimitação do objeto de estudo é, desde logo, uma matriz a refletir e respeitar, optámos por fazer uma análise noticiosa de acordo com alguns critérios, tais como o nome da peça, jornalista, duração da peça, localização no alinhamento, região autónoma a que se refere, género jornalístico e critério de noticiabilidade, do “Primeiro Jornal” e do “Jornal da Noite” da SIC, durante quatro meses – de 1 de Janeiro de 2017 a 31 de Abril de 2017, de forma a obter uma amostra razoável para a investigação.

Esta escolha deveu-se a várias razões. A primeira delas está relacionada com o facto de ser necessário limitar a amostra, por isso a SIC Notícias ficou fora desta equação, pela inúmera variedade de blocos noticiosos. Seguiu-se a necessidade de escolher um jornal da SIC generalista, mas uma vez que, à partida, a amostra seria insuficiente, optámos por alargar o âmbito da nossa recolha, analisando assim “Primeiro Jornal” e “Jornal da Noite”.

Como tal, foi neste seguimento que elaborámos a nossa pergunta de partida, “Na SIC, existe uma cobertura noticiosa sobre as Regiões Autónomas Portuguesas?”.

Esta investigação apresenta, assim, como principal objetivo o de compreender se no canal – perante os temas de agenda, a força que a atualidade imprime ao quotidiano dos jornalistas e, por outro lado, as tradições e fait-divers que ganharam o seu lugar nos jornais – se os arquipélagos e as suas gentes são parte deste cenário. Se sim, em que circunstâncias figuram nos alinhamentos, por mão de quem. Desta forma, pretende-se verificar se há uma relação entre jornalismo regional e jornalismo nacional, se a

cobertura da SIC não se esgota à dimensão do regional e se se foca numa componente mais ampla, que interessa tanto a insularess como à generalidade dos portugueses.

2 – A SIC

2.1 A SIC NO GRUPO IMPRESA

A SIC, que tem como principal atividade empresarial a difusão de programas de televisão, pertence ao grupo privado Impresa, um dos maiores grupos de comunicação em Portugal e cuja atividade está dividida por duas áreas de negócios – Televisão e Publishing. O CEO¹ do grupo é, atualmente, Francisco Pedro Pinto Balsemão², sendo o cargo de Presidente do Conselho de administração da responsabilidade do fundador do grupo, Francisco Pinto Balsemão.

O grupo Impresa, incorpora para além da SIC na área da televisão, seis canais temáticos: SIC Notícias, SIC Radical, SIC Mulher, SIC Internacional, SIC K e SIC Caras. Na área do publishing, destaca-se o jornal Expresso e um vasto leque de revistas como a Visão, Caras e TV Mais. Em paralelo, a Impresa possui várias propriedades na internet, aplicações, uma empresa de novas tecnologias e interesses na distribuição de publicações.

O grupo teve como origem o lançamento, a 6 de Janeiro de 1973, do jornal Expresso, editado pela Sojornal. Esta empresa foi criada em 1972 por Francisco Pinto Balsemão, que detinha a maioria do capital. É de salientar que o fundador da Impresa foi primeiro-ministro entre 9 de janeiro de 1981 e 9 e junho de 1983, no VII e VIII Governo Constitucional.

Em 1988, foi fundada a Controljornal para ser a holding³ de todos os órgãos de comunicação social geridos pelo empresário. Só depois, em 1991, e com o apoio de investidores externos surge a “super” holding Impresa. Conforme se lê no sítio do grupo na internet, “em Março de 1991, o Capital Social da Controljornal é aberto a investidores externos, criando-se uma “super” holding – **IMPRESA** – que concorre à atribuição dos primeiros canais de televisão privados.”

Desde cedo, o grupo liderado por Balsemão apostou no factor dimensão ao realizar movimentos de concentração de grande importância. Costa e Silva (2004), refere que apesar de o Grupo ser diversificado dentro do setor da comunicação social tem duas âncoras: a SIC e o *Expresso*. Na lógica da autora, “foi à volta destes dois projectos que cresceram todas as outras actividades relevantes do grupo, configurando um caso de propriedade cruzada e concentração horizontal.”

¹ Siga que significa chief executive officer, ou seja, diretor executivo

² Ficha técnica completa no Anexo 3.

³ Termo em inglês de sociedade gestora de participações sociais.

Este diagnóstico revela que as parcerias estratégicas são uma das principais características da gestão da Impresa. A mesma autora acrescenta ainda que o lançamento da SIC só foi possível devido à participação de dois grupos de comunicação social, a Investec e a Impala.

Um relatório⁴ da Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC) de 2015 faz referência a um estudo sobre o Grupo Impresa e as suas áreas de atividade, nomeadamente a Televisão, Publishing e Outros. O mesmo dá conta que em 2013 “os rendimentos operacionais da área Televisão foram dominantes (73%), tendo os rendimentos da área Jornais e Revistas/Publishing contribuído com 26% para os resultados operacionais do grupo e o sector Outros contribuído com apenas 1% da atividade.” Dados que, de acordo com Oliveira Martins, já se haviam verificado em 2012. Discorre o autor que, “69% das receitas operacionais eram geradas pelo segmento da televisão, sendo a parte relativa aos jornais e revistas de 30% (com 1% nas outras atividades do Grupo). (Martins, 2015: 183)

Rogério Santos destaca que desde a criação da SIC, em 1992, “a progressão (...) foi notável quanto a audiências.” (2002: 94) Segundo o autor, o sucesso da estação é resultado de uma grelha diversificada em informação, reportagem, documentário, séries, comédias, cinema e entretenimento geral. Sendo que a programação nacional se associou a uma linha de programação popular, que ditou uma fórmula de sucesso, como veremos adiante neste relatório.

As empresas de comunicação, como o Grupo Impresa, têm adotado estratégias para maximizar a sua eficiência, tais como a concentração horizontal. Segundo Luís Martins Oliveira (2006: 37), “um exemplo deste tipo de estratégia foi a compra da revista *Visão* por parte da Impresa, que já detinha nessa altura uma publicação semanal (Expresso)”. Com efeito, como explica o autor, o crescimento horizontal resulta numa combinação de forças entre duas empresas que operam na mesma atividade. Por conseguinte, a expansão horizontal permite às empresas aumentarem a sua quota de mercado⁵ e racionalizarem recursos e explorarem economias de escala. No fundo, o critério dominante para os órgãos de comunicação é a maximização do lucro.

Correia, que também se debruçou sobre esta matéria, explica que “o movimento de concentração da propriedade dos media é a face mais visível, mais significativa e

⁴ Martins, Guilherme W. d'oliveira, 2015. Caracterização dos principais grupos económicos da comunicação social.

⁵ A quota de mercado representa a parte de mercado detida por uma organização relativamente a esse mercado.

com maiores repercussões do predomínio do factor económico no campo mediático. A evolução dos últimos anos, com o incremento das novas tecnologias e o aparecimento da chamada «nova economia», revestiu este movimento de características inéditas e deu aos grupos um novo perfil, ainda em reconfiguração, acentuando a sua dimensão plurimedia, reforçando o peso dos sectores financeiros e outros sem ligação ao jornalismo e mesmo aos media, aumentando o condicionamento das formas de produção e da substância da informação assim como as próprias condições de vida e de trabalho dos jornalistas”. (Correia, 2006: 112)

Face a esta conjectura, o autor português acentua que “as transformações operadas nos últimos anos nos media e no jornalismo têm como eixo central o factor económico. Outros factores, nomeadamente a evolução tecnológica, assumem um importante papel, mas a renovada e reforçada influência dos interesses económicos (...) cria os contextos e indicia as causas que permitem compreender as transformações em marcha.” (Correia, 2006: 110)

Tendo em consideração o impacto que esta realidade imprime nos meios de comunicação, Nelson Traquina adverte que “quanto mais a actividade televisiva for dominada por razões económicas, mais ela precisa de ser big show.” (1999: 144)

Paulo Faustino esclarece que “o que se tem vindo a passar em Portugal em matéria de concentração não é mais do que a adaptação dessa tendência observada a nível global”. (2004: 246) Depois de vários estudos quantitativos coordenados por si, o autor constatou que em Portugal foram detetados altos níveis elevados de concentração, transversal a todos os ramos, e que os principais grupos a operar no mercado possuíam, regra geral, cerca de 80% da quota de mercado dos meios de comunicação social portugueses. (Faustino, 2009: 162)

Desta forma, esta tendência a nível nacional não pode ser dissociada de um contexto internacional. Nesse seguimento, Pedro Coelho explica que “a maximização do lucro, e das audiências, está, também por detrás da criação dos grandes impérios empresariais mediáticos transnacionais. A concentração dos media a nível nacional, por um lado, e internacional, por outro, como corolários lógicos da globalização, contribuem, também, para a uniformização das audiências globais. Os proprietários desses impérios concentrados conseguem impor-se como os grandes influenciadores do mundo e, no limite, transformam-se nos formadores de uma opinião pública global.” (Coelho, 2005: 72)

Posição que, aliás, está em linha com que o Correia aponta quando afirma que “a concentração da propriedade em poderosos grupos económicos contribui para o estreitamento do pluralismo de opiniões (no conjunto dos órgãos e dentro de cada órgão), dificulta a viabilidade das pequenas e médias empresas do sector, controla o debate no espaço público subordinando-o aos interesses ideológicos, económicos e político do poder dos grandes grupos, cada vez mais dependentes do grande capital financeiro.” (Correia, 2006: 113)

Tanto nos estudos de Oliveira Martins (2006) como nos de Costa e Silva (2004) ficou claro que os empresários dos grupos de comunicação social portugueses privilegiavam bastante o fator dimensão, considerando a criação de empresas fortes e sólidas como uma garantia de manutenção da propriedade dos meios de comunicação em mãos nacionais. (Oliveira, 2015: 159)

Face a este diagnóstico, consideramos pertinente cifrar, ainda que de forma genérica, os resultados financeiros mais recentes do Grupo Impresa. Assim, de acordo com o Relatório e Contas 2017 referente ao 1º Triénio de 2017, a Impresa obteve resultados líquidos negativos de 2,8 M€, o que representa uma queda (-12,9%) face ao 1º trimestre de 2016. Quanto à SIC, em particular, pode ler-se: “A SIC terminou o 1º trimestre de 2017 com uma média de 17,6% de share, mantendo a liderança do target comercial (A/B CD 25/54) no horário nobre, com 17,8% de share. A SIC Notícias destacou-se, mais uma vez, como canal líder de informação, com 2,1% de share⁶.”

No 1º trimestre a SIC atingiu receitas totais de 34,6 M€, o que representou uma descida de 6,1%, e que pode ser explicada pela quebra em 52,6% das receitas de multimédia. Por sua vez, as receitas de publicidade atingiram 20,3 M€, uma subida de 2,8% comparativamente ao 1º trimestre de 2016, detalha o Relatório e Contas do Grupo.

Com efeito, outro documento importante que vamos ter em conta é “Impresa: Resultados 1º Trimestre 2017”⁷. Os dados revelam que o grupo Impresa registou até março prejuízos de 2,8 milhões de euros, uma queda de 12,9% em relação aos primeiros três meses de 2016. Os custos de reestruturação na SIC tiveram um custo de 51 mil euros no primeiro trimestre. Até março, o grupo obteve 45,3 milhões de receitas, menos 5,5% do que em relação a igual período do ano passado.

⁶ Corresponde à percentagem de audiência de um canal relativamente à audiência do total de televisão, para o mesmo período.

⁷ Comunicado: Contas da Impresa do 1º trimestre de 2017.

De igual forma, parece-nos pertinente mencionar o Plano Estratégico da Impresa para o Triénio 2017 – 2019, por permitir enquadrar a posição do Grupo nos próximos anos, que como vimos afeta diretamente o funcionamento das redações.

Algumas destas medidas passam por melhorar a rentabilidade da SIC, através do crescimento das receitas de publicidade, aumento das receitas provenientes de mercados externos, expansão e inovação em áreas de negócios existentes, nomeadamente IVR [chamadas para concursos], ‘ecommerce’ e otimização dos custos de programação dos canais. De igual forma, a Impresa pretende ainda impulsionar as receitas digitais, através do aumento do número de assinantes e de vendas digitais e do crescimento nas receitas publicitárias digitais e acelerar a expansão internacional, aumentando as receitas provenientes da exportação através da distribuição de canais e da venda de conteúdos televisivos e digitais.

O grupo prevê ainda prosseguir o esforço de redução da dívida remunerada e do aumento do EBITDA, com “o objetivo de se alcançar até 2019 um rácio de dívida/EBITDA no máximo de 4x” e ainda “concentrar em negócios e marcas com potencial de crescimento, reduzindo ou repensando as atividades que não tenham um contributo estratégico para o grupo”.

Por fim, e tendo em vista as conclusões do relatório da ERC – “Caracterização dos Principais Grupos Económicos da Comunicação Social”, o autor Guilherme D’Oliveira Martins (2005: 1), deixa claro que “apesar de haver reestruturações nos principais grupos económicos [nos últimos anos] tem se assistido a alguma estabilidade na composição da estrutura de participações e no financiamento através de capitais alheio.” No entanto, defende que ainda está por clarificar qual a verdadeira relação entre os órgãos de comunicação social e os intermediários financeiros. Daí que, nas suas palavras, “seria útil proceder a alterações legislativas no campo do aprofundamento das obrigações de divulgação de informação até aos efetivos beneficiários das participações que, muitas das vezes, são detidas, a um nível intermédio, por meros intermediários financeiros”. (idem)

2.2 HISTÓRIA DA SIC: INFORMAÇÃO E ENTRETENIMENTO

“A 6 de Outubro de 1992, a SIC inaugurou outra forma de fazer informação televisiva em Portugal. As câmaras da SIC filmavam as situações concretas no país real, dando a palavra aos cidadãos. Pela primeira vez, os atores políticos, os diferentes detentores de poderes públicos e privados, sentiram que, com a SIC, não havia tabus, todas as perguntas iam ser feitas. **A SIC foi a revolução que trouxe a democracia televisiva.**”⁸

A 6 de Outubro de 2017, a SIC – Sociedade Independente de Comunicação assinala as suas bodas de prata. Há 25 anos, a 6 de outubro de 1992, precisamente às 16h30, arrancava a primeira emissão.

A SIC foi o primeiro canal de televisão privado em Portugal. Só por isso revolucionou um país que, até ao 25 de Abril de 1974, vivia na sombra da ditadura, à luz de um regime sem liberdade de expressão. Todavia, não só à mudança de paradigma a SIC deve o seu relevo, foi “a qualidade, a imagem e a independência permitiu à estação ter uma revelação privilegiada com os telespectadores portugueses”, lê-se no sítio do grupo na internet.

Não obstante, até estar consumado este momento disruptivo no panorama televisivo nacional, há todo um percurso que importa referir. A adesão de Portugal à União Europeia – a 1 de janeiro de 1986 – e a internacionalização do seu espaço televisivo reacenderam o debate sobre a abertura da televisão aos operadores privados. Neste seguimento, a 13 de junho de 1990 é aprovado no parlamento uma nova lei que permite a liberalização do sistema mediático português. (Dias, 2005: 29) Assim, vigorou até 1989 o monopólio televisivo Estatal, quando a Constituição passou a permitir o regime misto que abriu a porta aos primeiros canais comerciais (Mesquita, 1994; Sousa, 2000 cit in Joana Dias: 130).

A SIC foi um dos vencedores de um concurso aprovado em 1991 para a criação de dois canais privados de televisão em Portugal, que acabariam por mudar, moldar e transformar o panorama televisivo português, tanto na informação como no entretenimento, mas, primeiramente, porque com o nascimento das televisões de iniciativa privada, a RTP – Rádio e Televisão de Portugal, que iniciara a sua emissão em 1957, deixava de ter o monopólio da atividade televisiva nacional, e assim dividir o mercado audiovisual português. Para além dessa alteração, as televisões de iniciativa

⁸ Histórias de uma revolução – SIC 20 anos. Os Bastidores da Informação (contracapa)

privada, pautadas pela lógica comercial, vieram alterar “profundamente”, “o conceito de ver televisão, que cresceu com o canal público. (Brandão, s/d)

A concurso apresentaram-se, ainda, as candidaturas da TV1 e da TVI, sendo esta a segunda candidata escolhida para emitir na quarta frequência (Figueira, 2009: 249). Ligada à Igreja Católica, à Rádio Renascença, à Universidade Católica Portuguesa e à União das Misericórdias, a TVI, primeiramente denominada de Quatro, inicia as suas emissões a 20 de fevereiro de 1993.

As duas licenças disponíveis foram atribuídas a atores “seguros”, como focaliza Dias. Uma à SIC de Francisco Pinto Balsemão, fundador do PSD⁹ e ex-primeiro ministro, e a outra, à TVI ligada à Igreja Católica, à qual o governo da Aliança Democrática já tentara, ainda que sem sucesso, atribuir um canal (Sousa, 2000; idem, 1994; Mesquita, 1994 cit in Dias, 2005).

É convicção de Correia que, “depois da conquista da liberdade, em 25 de Abril de 1974, os media, durante os anos conturbados dominados pela instabilidade política e por uma acesa luta social, empenharam-se, em maior ou menor grau, no combate político e ideológico e foram nele parte activa. Depois vieram os tempos em que – sem que isso significasse o fim da política e da ideologia nos media, mas sim a sua transferência para novos campos e novas formas de expressão e de confronto – a imprensa mais ou menos de opinião ou mais ou menos partidarizada deu lugar (...) à imprensa popular, à imprensa de referência, à multiplicação das revistas especializadas e de canais de rádio de TV, e em que se torna cada vez mais evidente – nomeadamente com esse marco também fundamental que foi o aparecimento da SIC e da TVI – a crescente predominância de interesses comerciais.” (Correia, 2010: 31)

Porém, a coexistência público-privado não foi totalmente pacífica. Francisco Rui Cádima (1995) refere que os dois operadores privados queixaram-se frequentemente de excesso de intervenção estatal no sector televisivo e de concorrência desleal. Por seu turno, Felisbela Lopes (2000), refere que a instabilidade foi a característica que dominou o mercado televisivo português durante as anos 90.

Segundo Oliveira Martins, a SIC entrou no mercado com características da neotelevisão, onde as audiências passam a ser o ponto chave de todo o novo sistema televisivo, e o “look” do canal, ou seja, a sua imagem granjea grande importância de forma a diferenciá-lo aos olhos do espectador. De igual importância, temos conceitos

⁹ <http://www.psd.pt/lider.php?i=5>

como “filosofia de programação” ou “grelha de programas”, que no caso da SIC se vão revelar como pontos fortes.

Felisbela Lopes discorre sobre esta ideia, fazendo uso de livros de José Angel Cortès, José Miguel Contreras e Manuel Palacio, que caracterizam estes dois vectores como estruturantes para um canal de televisão. Desta forma, “criar uma ‘filosofia da programação’ significa delimitar “a actividade da empresa, os seus fins, os meios com que conta e o espírito dos seus accionistas, as suas expectativas e os prazos marcados para alcançá-los”. A partir daqui, torna-se possível estabelecer uma “linha editorial”, através da qual se desenvolve uma oferta mais pormenorizada.” (Cortès, 1999: 95-96 cit in Lopes, 2009: 21)

Na generalidade dos países europeus, até meados da década de 80, os operadores de televisão eram estatais. Nas palavras de Felisbela Lopes (2009:15), “a abertura do espectro televisivo ao sector privado veio alterar a essência da televisão. Adoptando uma perspectiva sócio-semiótica, Umberto Eco vê aqui a transição daquilo a que chama a paleotelevisão (a TV do tempo do monopólio) para a neotelevisão (a TV da era da concorrência).”

A crise mais forte do audiovisual público português começa ainda no final dos anos 80, com aquilo que então se chamou a «preparação» do monopólio do Estado para a era da concorrência, dado que, como vimos, se avizinhava a entrada de operadores comerciais no mercado português no início da década de 90. Por essa altura, governavam os sociais-democratas e na RTP era notória a influência do responsável de antena, José Eduardo Moniz. A RTP realizou vários investimentos, sobretudo nos mercados estrangeiros de programas, de forma a permitir manter uma posição dominante sobre aqueles que viriam a ser os primeiros operadores de televisão privada em Portugal.

Para os analistas independentes era evidente que não haveria espaço no mercado para quatro canais disputarem a publicidade. Foram lançados, à época, vários alertas mas o governo de Cavaco Silva avançou com duas novas licenças, mantendo a RTP1 e a RTP2 também na disputa da publicidade, explica Francisco Rui Cádima, no artigo “Televisão, serviço público e qualidade.” Nesta lógica, como detalha Sousa, “questões absolutamente cruciais, num momento de abertura de um mercado desta natureza, foram relegadas para um segundo plano. A dimensão do mercado publicitário, fontes alternativas de financiamento de canais, clarificação das regras da concorrência, limites

e obrigações ao nível da programação de canais públicos e privados, entre muitas outras questões, foram negligenciadas” (Sousa, 2000 cit in Mota, p. 132).

A informação independente e um novo conceito de entretenimento foram as grandes marcas trazidas pela SIC, tanto que a estratégia adoptada garante à estação a conquista das audiências três anos depois do seu arranque graças à aposta na informação sustentada em fontes que não as oficiais (Santos, 2002: 157). Em Maio de 1995, quase três anos depois da sua fundação, a SIC conseguiu destronar a RTP da liderança televisiva portuguesa.

A SIC veio modificar a forma de fazer televisão em Portugal, uma ideia sustentada por Sobral. “Os operadores privados de televisão permitiram não só aumentar a oferta de programas, como introduziram modificações na forma de se fazer televisão no nosso país e estabeleceram uma relação de proximidade com o telespectador.” (Sobral, 2012: 147)

Desde cedo, os programas de informação, entrevista, debate e comentário, revelaram-se parte fulcral da programação. As características do canal acabaram por lhe garantir, desde muito cedo, vários prémios internacionais. “Em 1996 a reportagem ‘Os meninos de Angola’, de Cândida Pinto, obteve um prémio no FIGRA (“Festival International du Grand Reportage et du Document d’Actualité”). No ano seguinte, a SIC ganharia seis prémios ainda na área da Grande Reportagem” (Santos, 2010: 94).

A imagem inovadora, associada à independência e ao rigor informativo que o canal queria assumir, transformaram-se numa mais-valia em termos de audiências. E, como referido, a imagem contribuiu para esse sucesso. “O conjunto dos elementos assim veiculados durante a emissão do noticiário ou, se quisermos, a aparência que assume este contexto de produção perante o olhar do telespectador, participa, de forma mais ou menos marcada, mais ou menos consciente, na formação da imagem e/ou do valor atribuído à informação e, por extensão, à estação de televisão que a propõe” (Saraiva, Fernandes e Azevedo, 2009: 150).

De acordo com os mesmos autores, “ Na SIC, o Jornal da Noite quis pautar-se pela diferença. O logótipo composto por “cores quentes” transmitiu para a cenografia de informação da estação de Carnaxide essa mesma imagem. Pedro Dias caracteriza os primeiros cenários, da autoria de Tomás Taveira, como «opacos, com cores, linhas e ângulos quebrados» O importante era demarcar a SIC da RTP com «mais cor e mais luz». A inovação passa ainda por mostrar o que está por detrás do Jornal da Noite da SIC: a redacção, opção que foi posteriormente seguida pelos canais concorrentes. Este

open space participa da mensagem institucional que podemos designar por fábrica de notícias, ‘local onde se fabrica algo’. Ou seja, a transmissão da notícia do próprio local onde é feita e por quem é feita. A esta junta-se a metáfora da transparência, dado que a notícia é transmitida pelos que a escrevem sem intermediários. Esta noção participa da imagem de marca da SIC e contrapõe-se como “crítica” à imagem algo asséptica do “estúdio” do Telejornal “rtpiano”, imagem demasiado televisiva em contraste com a imagem da redacção jornalística, esta sim autenticamente jornalística (2009: 155/156).

Conforme explica Santos, outro momento inovador introduzido pela estação foi a utilização, pela primeira vez na história da televisão portuguesa, do estúdio móvel, em 1997. “O principal rosto da informação da SIC, José Alberto Carvalho, apresentou o noticiário do Oceanário, na inauguração da Expo 98” (Santos, 2010: 94).

A produção própria ao nível da ficção também conquistou o seu lugar na grelha da estação, por exemplo, com a minissérie “Adão e Eva”, “Médico de Família” e os telefilmes “Amo-te Teresa” e “Monsanto”. Mais tarde, no ano 2000, a parceria com a rede Globo, que ainda hoje existe, tornou-se outro dos pontos fortes da SIC. Uma parceria, que como refere Francisco Rui Cádima, “é importante notar que esta primeira alteração na liderança das audiências se deveu em grande parte à estratégia enérgica e de proximidade da SIC, mas também a um acordo estabelecido com a Rede Globo para transmissão exclusiva das suas telenovelas, género que agrada às audiências nacionais” (Cádima: 2001)

Também o relatório da Obercom de Julho de 2016, denominado “A Televisão em Portugal. Análise das audiências e dinâmicas concorrenciais do mercado televisivo português entre 1999 e 2015”, se constitui uma boa ferramenta de estudo sobre a evolução da televisão em Portugal. Os canais são vistos e referidos como marcas, desta forma o estudo consegue aferir em termos comparativos a evolução do número de canais.

“No início do período temporal em análise, a RTP dominava quanto ao número de propostas televisivas. Dadas as suas responsabilidades de serviço público esta oferta reflectia uma adaptação às necessidades de públicos menos passíveis de constituírem mercados alargados, fazendo-o através da RTP2, com o intuito também de corresponder às necessidades regionais por via da RTP Açores e da RTP Madeira, ou ainda pelo esforço de chegar a comunidades de língua portuguesa espalhadas pelo mundo por via da RTP Internacional e da RTP África. Contudo, este cenário foi alterado por via da

actuação da SIC. A SIC veio impor um grande dinamismo no início da década de 2000 abrindo vários canais em várias frentes temáticas. No início dessa década o movimento televisivo começa a alastrar-se decisivamente para fora dos canais convencionais e para o território da TV moderna e especializada em conteúdos mais seleccionados e dirigidos. (Obercom, 2016: 9)

Os anos 2000 trouxeram novas realidades e desafios para o canal de Carnaxide. “O novo milénio traz transformações tanto ao nível tecnológico (generalização do uso do virtual) como cenográfico em todas as televisões. Permutam-se directores e pivots. Em relação à SIC, (...) fala-se em “época Rangel” e “pós- Rangel”, com a entrada de Alcides Vieira para a direcção de Informação e o termo da colaboração de Tomás Taveira. Importava haver aqui uma demarcação da imagem anterior, com uma nova cenografia: fecha-se a vista sobre a redacção com um videowall onde podem ver-se inúmeros canais em simultâneo. Abandonam-se os ecrãs e a SIC entrega-se ao virtual e ao croma key numa redacção com a janela fechada”. (Saraiva, Fernandes e Azevedo, 2009: 158).

Por outro lado, a supremacia no prime time é colocada em causa pela concorrência, dado que a TVI estreia o “Big Brother”, o primeiro reality show da televisão portuguesa, que fora primeiramente apresentado à SIC para comercialização, mas cuja compra nunca aconteceu. Produzido pela Endemol, o “Big Brother” tornar-se-ia na âncora do horário nobre da estação de Queluz (Lopes, 2007: 147), suplantando a SIC, numa altura em que o quarto canal tinha novos acionistas – o grupo Media Capital –, e estava a fazer uma nova grelha de programação. “Programas como o Big Brother, que tanta polémica criaram a partir do segundo semestre de 2000 em toda a Europa, esta assumiu, por inteiro, a lógica de reality show, com influências diretas na própria sociedade. O Big Brother pôs-nos, a todos, a espreitar pelo buraco da fechadura e alimentou o nosso instinto ‘voyeurista’”. (Coelho, 2002: 74).

Relativamente à estação concorrente, o autor português explica que “depois de ter tomado posse, o novo responsável pela informação e programas da TVI passa mais de um ano a ‘arrumar a casa’ e, em Setembro de 2000, abre ao público a nova TVI com alterações profundas ao nível de imagem do canal, da programação e dos rostos. A âncora deste relançamento é um único produto, o Big Brother, o reality show que a SIC, o canal de audiências desde 1994, rejeitara, acreditando que nenhum outro canal concorrente, em Portugal, o iria adquirir. Ora, esse erro de avaliação do canal líder acabaria por custar, meses mais tarde, o primeiro lugar do horário nobre.” (idem). É o

próprio jornalista da estação de Carnaxide que diz que “os efeitos do BB ultrapassam, naturalmente, o próprio canal. A SIC, habituada à liderança, descobre que não tem receitas, nem estratégias, para evitar a escalada da TVI. Numa primeira fase, os programadores da SIC apressam a conclusão de formatos televisivos que tinham em carteira, num segundo momento compram o catálogo completo dos reality shows. Ambas as respostas falham de forma retumbante, sendo, em grande parte, responsáveis pelo prejuízo de 6,5 milhões de contos que a estação regista no final do exercício de 2001.” (Coelho, 2002: 89)

Gradim, por ser turno, tem uma visão crítica sobre a abertura aos canais privados. “A promessa de diversidade que a abertura aos operadores privados na década de 90 do século passado parecia significar, não se verificou. Paradoxalmente, sucedeu exatamente o contrário. A uniformização das grelhas e um estreitamento de foco nos espaços noticiosos, nomeadamente nos telejornais, com o declínio do noticiário internacional, ênfase no fait-divers, nas notícias locais facilmente novelizáveis, e não poucas vezes na autopromoção. Para este quadro atual, que é amplamente reconhecido estar longe de ser satisfatório, contribuíram estas alterações económicas, tecnológicas e de mercado, que afetaram tanto a televisão quanto a informação televisiva”. (Gradim, 2005: 72)

Como focaliza Felisbela Lopes, “as novelas da vida real revolucionaram a programação», tanto “a de entretenimento” como “a informativa”, ocupando “um grande espaço no interior das grelhas” e, naturalmente, influenciando “os restantes conteúdos televisivos dos canais privados”. (Lopes, 2008: 35 e 2007: 161 cit in Brandão s/d)

Posição crítica é também a que defende Francisco Rui Cádima, que apelida a televisão portuguesa de “analgésico pós-laboral” (2006: 31). Segundo o autor, esta caracteriza-se por “um prime time de informação burocratizada, de mimetismos de agenda e de infotainment, com telejornais que chegam a ter duas horas de duração, ensanduichados por novelas e concursos (antes e depois), é o primeiro impedimento ao desabrochar de uma cultura de Conhecimento” (idem).

“A imagem que toma forma a partir da análise dos dados da audiência entre 1999 e 2015 é a de um mercado dinâmico com vários momentos-chave a destacar. Em 1999, no horário mais nobre da emissão televisiva em termos de audiências (o “Prime-time”), os canais RTP totalizavam 32,9% das audiências, contra 49,1% dos canais SIC e apenas 13,9% da marca TVI. Comparando estes valores com os do Share global, as

diferenças esbatiam-se, mantendo-se a posição dominante da marca SIC, que totalizava 45,5% das audiências, contra 32,7% dos canais RTP e 16,4% da TVI. Ao chegar ao ano 2000 a SIC exibia uma posição forte, eventualmente dominante, sobretudo no segmento mais lucrativo. Este panorama mudaria drasticamente, isto é, significativa e abruptamente, nos dois anos seguintes. As marcas RTP e a SIC sofreriam perdas de audiência muito acentuadas, sobretudo no período do Prime-time (no caso da RTP dos 32,9% em 1999 para os 22,5% em 2001, e no caso dos canais SIC dos 49,1% para os 32,9%). (Obercom, 2016: 14)

Face a esta alteração, a SIC tenta inverter o sentido de quebra de audiências, e segue o caminho dos realityshows, mas sem grande sucesso, sendo o “Master Plan”, em 2002, o caso de maior sucesso. Em 2003, o concurso “Ídolos” estreia em Portugal, e volta a trazer espectadores à SIC.

De acordo com Bordieu, a busca da exclusividade acaba por conduzir à “uniformização” e “banalização”, pois de tanto perseguir o que faz o outro, de tanto extremar a concorrência, cria-se um fechamento mental verdadeiramente censório e “acaba-se por fazerem todos a mesma coisa” (Bordieu: 1997: 20)

Um dos grandes casos de sucesso foi a estreia de série infanto-juvenil “Floribella”, em 2006, que traz algum público perdido novamente prime-time do canal. Em 2010, por sua vez, a novela “Laços de Sangue”, suplantou, pela primeira vez desde 2000, a ficção nacional da TVI, e foi eleita a melhor telenovela mundial em 2011 ao receber um Emmy na 39ª International Emmy Awards, em Nova Iorque.

Quanto à Informação, “Em Fevereiro de 2006, a SIC apresenta o Jornal da Noite com cenário remodelado. Agora, o espectador pode ver, alternadamente, a imagem de um globo terrestre em movimento rotativo e uma ilustração da notícia, usando o virtual. A apresentação em pé também figurava neste novo modelo, no lado oposto à mesa do pivot. Alcides Vieira reitera que o que importa é «melhorar, em muito, a qualidade da informação», através do seu fortalecimento com gráficos ou imagens, e apostando na predominância do vermelho, azul e branco. Porém, esta cenografia revelou-se problemática, dado que o movimento permanente era factor perturbador e a imagem do globo era constantemente substituída por imagens relacionadas com as notícias, levando à perda da identidade daquele jornal” (Saraiva, Fernandes e Azevedo, 2009: 159).

Uma ano mais tarde, em 2007, a SIC utilizou pela primeira vez, no Jornal da Noite de 19 de novembro, a cenografia virtual fora das telas verdes (croma key) com a tridimensionalidade. De um, passa-se para dois pivots e volta-se à abertura da janela

para a redacção. O virtual permite contornar os problemas de espaço, uma variação mais rápida dos cenários, ainda que não à velocidade desejada, ao invés do cenário real que exige tempo de montagem e desmontagem. Esta transformação resultou um profundo trabalho de reflexão e de concepção de uma nova imagem para a informação da SIC e que passou pela criação da Bloom Graphics, em Março de 2007, empresa que reúne as áreas de cenografia, design gráfico e imagem gráfica de todos os canais SIC. (idem)

“Esta última mutação cenográfica da SIC colocou a nú um aparente paradoxo: ao mesmo tempo que se cria um “palco virtual” para dar todo o espaço à nova tecnologia – o tridimensional virtual –, redimensiona-se a cenografia convencional, reintegra-se a redacção no estúdio de forma mais cenografada (para que o que seja visto pelo telespectador seja mais pertinente e mais atractivo) através de uma reorganização total do espaço físico da redacção e do estúdio. O virtual comanda o concreto”. (Saraiva, Fernandes e Azevedo, 2009: 160)

Para além disso, a SIC foi “a estação que melhor compreendeu as vantagens dos canais temáticos por cabo” (Santos, 2010: 108), com a liberalização do audiovisual. Nessa lógica, em 1997, a SIC Internacional iniciou as emissões em setembro, com o objetivo de chegar à vasta Comunidade Portuguesa espalhada por todo o mundo, assim como aos Países de Língua Oficial Portuguesa. Segue-se, em 2000, o início das transmissões da SIC Gold.

A SIC volta a inovar e em Janeiro de 2001 nasce a SIC Notícias, um canal de informação advindo da compra do Canal de Notícias de Lisboa (CNL). A SIC Notícias é o canal de informação mais visto na televisão por cabo, como referem as audiências divulgadas pelo Grupo Impresa, no âmbito da lei da transparência. O jornalista Pedro Mourinho foi responsável por conduzir a primeira emissão. “Bom dia, são sete horas. Está no ar a SIC Notícias, 24 horas por dia, em direto e em português”, foi esta a frase que ditou um novo ciclo na televisão nacional. Entrevistado por Daniel Oliveira, no Programa Alta Definição¹⁰, o jornalista referiu que “havia a noção que estaria a nascer a primeira estação portuguesa de notícias, e havia a noção que a SIC podia ser uma marca internacional virada para os PALOP, virada para o mercado em português.”

Pedro Coelho é um dos autores que discorreu sobre a questão da liberalização do audiovisual. De acordo com o jornalista da estação de Carnaxide, “a televisão fragmentada, ou temática, é fruto da evolução tecnológica que, neste contexto, se afirma

¹⁰ <http://sic.sapo.pt/Programas/altadefinicao/2011-01-10-Alta-Definicao-com-Pedro-Mourinho>

como a resposta à própria vontade de fragmentação do auditório. Numa sociedade globalizada, a procura tende a individualizar-se; a tecnologia e a desregulamentação têm sabido dar resposta a essa necessidade”, acrescentando, de igual forma, que esta “ao eleger um público específico como destinatário, aproxima-se mais da revelação desse segredo. Uma das razões do seu sucesso poderá residir exatamente aí: nessa televisão a la carte que satisfaz, ponto a ponto, passo a passo, todos os desejos e necessidades de um público específico.” (Coelho: 2002: 81)

De acordo com a Lei da Televisão, no seu **artigo 8.º - Tipologia de serviços de programas televisivos** – “consideram-se «generalistas» os serviços de programas televisivos que apresentem uma programação diversificada e dirigida à globalidade do público”, ao passo que “são temáticos os serviços de programas televisivos que apresentem um modelo de programação predominantemente centrado em matérias ou géneros audiovisuais específicos ou dirigido preferencialmente a determinados segmentos do público”.

Em 2001, surge um novo canal temático – a SIC Radical – direcionada para um público jovem. O programa “Curto Circuito” é a imagem de marca do canal, tendo inaugurado as emissões e mantendo-se, até agora, na grelha de programação. Em 2003, nasce a SIC Mulher e tem como público alvo, como denuncia o nome, o público feminino. O período referente a 2001-2003 foi pautado por várias alterações estratégicas e operacionais, como a saída do director-geral Emídio Rangel.

Seguidamente, em 2009, começam as emissões da SIC K, um canal direcionado para o público infanto-juvenil entre os sete e os catorze anos. O surgimento dos vários canais temáticos representa uma estratégia para a conquista de nichos de mercado em função da variedade de interesses e do nível cultural dos telespectadores. No entendimento de Umberto Eco (1983), na neotelevisão cada espectador pode criar o seu próprio ritmo de consumo, alternando os canais conforme mais lhe convém.

Porém, como salienta Eduardo Cintra Torres, em “A televisão do nós e do eu”, “a televisão temática corresponde ao crescimento da experiência individual de ver televisão, mas nem toda a televisão por cabo corresponde a este quadro. Todavia, podemos afirmar que, quando a televisão por cabo se afasta do padrão da televisão do eu, deixa de ser televisão temática. É o caso, por exemplo, do canal HBO e das suas séries Sopranos ou Six Feet Under, dos jogos importantes transmitidos pelo SporTV ou dos acontecimentos importantes que levam à migração das emissões da SIC Notícias para a SIC. Estamos então perante a televisão do nós. A televisão generalista foi e ainda

é a televisão do nós por excelência. É a televisão de todos, a televisão para ver em conjunto, a televisão da família, a televisão para debater, a televisão para partilhar com pessoas de outras gerações, outras classes sociais e outras regiões, a televisão que se identifica com essa «comunidade imaginada» que é a nação.”

Em 2010, a ficção da SIC, assinala uma nova “página” com a produção de novelas portuguesas, em parceria com a produtora SP Televisão e TV Globo. Resultado desta parceria, a primeira novela, “Laços de Sangue”, foi um sucesso de audiências, permitindo à SIC recuperar a liderança dos principais targets comerciais no horário nobre. Em 2011, a novela “Laços de Sangue” foi premiada com um Emmy, o que conduziu a abertura aos mercados internacionais das produções de novelas da estação.

Em 2013, a SIC lançou mais um canal temático, a SIC CARAS. Em 2014, a SIC lançou o seu primeiro canal especificamente dedicado aos mercados africanos de língua portuguesa – DSTV Kids, em exclusividade para a plataforma DSTV.

Em 2015, a SIC estava presente em 14 países, através de 53 operadores com sete canais, abrangendo mais de 6 milhões de telespetadores. Nesse mesmo ano, a Impresa assume-se como o maior grupo de comunicação social em Portugal, com uma faturação de 230 milhões de euros. Por seu turno, o ano de 2016 introduz uma nova organização do Grupo Impresa, liderado pelo CEO Francisco Pedro Pinto Balsemão. O investimento na ficção volta a revelar-se positivo com a aposta nas telenovelas ‘Coração D’Ouro’ e ‘Mar Salgado’, que conquistaram as medalhas de Ouro e Bronze, respectivamente, na categoria Telenovela, na gala de prémios do ‘New York Festival's World’s Best TV & Films, em Las Vegas.

Ainda em 2016, precisamente a 6 de outubro, dia em que a SIC celebrou 24 anos, a estação tornou-se a primeira televisão nacional a disponibilizar o seu canal generalista e todos os seus canais temáticos em alta definição em todos os operadores nacionais.

Em Março de 2017, por sua vez, arrancou a SIC Internacional África, com conteúdos próprios para o mercado africano, “um passo importante para a consolidação da SIC como canal de referência nos mercados de língua portuguesa”¹¹.

¹¹ Impresa: Resultados 1º trimestre 2017. Comunicado: Contas da Impresa do 1º trimestre de 2017.

2.3 O Estatuto Editorial

O estatuto editorial¹² da estação é composto por dez cláusulas. O primeiro assume como principal objetivo do canal “a difusão de uma programação de qualidade e rigor informativo, independentemente do poder político ou económico e de qualquer doutrina e ideologia.”

Conforme dito, a programação da SIC foi sempre uma das forças motrizes da estação de Carnaxide. Tal necessidade está plasmada no estatuto editorial, uma vez que a SIC se compromete a “contribuir, através da produção nacional de programas informativos, formativos e recreativos, para a preservação da identidade cultural do País, o que implica também dar voz às novas correntes de ideias e um estilo inovador de programação”. Nesse seguimento, compromete-se, ainda, a garantir uma programação em harmonia com uma democracia pluralista.

Outro dos alicerces da SIC, segundo o estatuto editorial, é uma informação que visa “contribuir para o esclarecimento da opinião pública no que respeita ao desenvolvimento cultural e social do País, no quadro do respeito pela sua identidade e liberdade e pelos direitos fundamentais do homem.” Na linha da informação, esta deve ser “isenta e rigorosa - o que pressupõe ouvir as partes em confronto e distinguir sempre entre notícia e opinião.”

2.4 A SIC EM 2017: Dos 25 anos à crispação com Angola

No ano em que comemora 25 anos, a SIC optou por assinalar a data com uma programação especial. Primeiramente, a 17 de Abril, a exatamente 25 semanas do aniversário, a estação deu o pontapé de saída da campanha dos 25 anos, que vai contar com diversas iniciativas, como o lançamento de uma nova versão do hino do canal, que vai constituir-se como um dos cartões de visita das comemorações.

A novidade que o hino introduz é um videoclip onde marcam presença as principais caras da informação, da ficção e do entretenimento do canal. “O melhor ainda está por ver” é o novo slogan da campanha dos 25 anos.

Por outro lado, foi lançado o desafio aos espectadores para escolherem o nome da mascote da SIC, “Vote e escolha o nome da Mascote da SIC”, uma estratégia que

¹² Estatuto editorial da SIC e SIC Notícias nos Anexos 1 e 2

põe em evidência a interactividade entre o público e a estação. O boneco em forma de televisor tem como hipóteses Plim, Mix ou Six.

Do prisma informativo, o canal emitiu várias reportagens sobre a sua história, tais como a série “Fora da Caixa”, com episódios como “Fora da Caixa”, “Fora da Caixa recorda Chuva de Estrelas, Big Show SIC, A Noite da Má Língua e Ponto de Encontro”, “Fora da Caixa – os Programas”, “Fora da Caixa – a produção da Ficção”, “Fora da Caixa- a ficção”, “Fora da Caixa – a Informação”, mas também o programa “Tudo Incluído”, que vai recordar os formatos mais marcantes da história do canal.

A Digressão intitulada “SIC de todos nós” vai percorrer, de 9 de Junho a 6 de Outubro, 18 capitais de distritos em Portugal Continental, tendo esta arrancado no Porto. Relativamente às atividades, constam a caça ao tesouro, jogos, atividades interactivas, visitas virtuais aos estúdios e um casting para encontrar a próxima estrela do canal. O camião SIC estará sextas-feiras e sábados nos locais mais emblemáticos das cidades e nele irão realizar-se os *castings*. Durante a semana, em cada capital, a SIC desafiou os espectadores a participar numa caça ao tesouro aliada a um jogo de realidade virtual, no qual os jogadores vão procurar os logótipos SIC espalhados pela cidade. Outra das propostas da digressão é a transmissão do Primeiro Jornal em direto nas praças centrais das cidades, visitas virtuais em 360° aos estúdios da estação e espetáculos de *video mapping*. Sobre a transmissão em direto do Primeiro Jornal, destacamos, pelo sucesso nas redes sociais e que ultrapassou fronteiras, a entrada de Bento Rodrigues, em Aveiro, na emissão de 10 de Julho¹³.

Mas, se por um lado, 2017 marca o aniversário da estação, o ano trouxe despedimentos na SIC e a ameaça de futuros despedimentos na Impresa, por força da reestruturação do Grupo para o Triénio 2017-2019. O busílis da questão recai sobre uma declaração do CEO do grupo Impresa, onde é dito que a Impresa vai proceder a um reposicionamento estratégico da sua atividade, o que vai implicar uma redução no setor das revistas, o que “ poderá implicar a alienação de ativos.” A repercussão mediática, como expectável, não tardou. Escreve o jornal I¹⁴, “Impresa quer vender revistas até ao final do ano” – Se a meta não for cumprida, as 13 publicações, onde está incluída a ‘Visão’, podem fechar. Estratégia do grupo liderado por Francisco Pedro Balsemão assenta no digital e no audiovisual.” (...) Mercado em revolução. Pontapé de saída foi

¹³ <http://sic.sapo.pt/Programas/sic25anos/videos/2017-07-10-A-entrada-de-Bento-Rodrigues-no-1-Jornal-que-esta-a-dar-que-falar>

¹⁴ Edição de 24-08-2017

dado pela Altice. O mercado de comunicação social está em revolução e, a par dos despedimentos e de possíveis encerramentos de títulos, tem estado em cima da mesa a aquisição de grupos. E neste último cenário, o pontapé de saída foi dado pela Altice quando anunciou, em julho passado, a compra da Media Capital por 440 milhões, sendo um dos principais ativos desta a TVI.”

A marcar o ano está ainda o clima de crispação com Angola. Em Março, a Zap, a operadora de televisão angolana detida pela empresária Isabel dos Santos, deixou de emitir os canais SIC Notícias e SIC Internacional nos mercados de Angola e Moçambique. Em causa, estará a emissão de reportagens críticas do regime angolano como os trabalhos “Angola, um país rico com 20 milhões de pobres”, e a grande reportagem “Assalto ao Castelo”, do jornalista Pedro Coelho, e cujo terceiro episódio relatava a existência de “angolanos politicamente expostos” ligados a José Eduardo dos Santos, que terão investido no GES através do Dubai.

Escreveu o Jornal Público que, “no rescaldo da decisão desta operadora em Março, o semanário angolano *Novo Jornal* relacionou o corte da emissão com o facto de a SIC ter transmitido reportagens críticas sobre a situação de Angola, onde este ano se elege um novo Presidente, nas eleições de 23 de Agosto”.

A Zap iniciou a sua atividade no mercado angolano em abril de 2010, e é atualmente a maior operadora de TV por satélite em Angola. A operadora portuguesa NOS detém 30% da Zap, sendo o restante capital detido pela Sociedade de Investimentos e Participações, de Isabel dos Santos. Em Junho, a empresária escreveu nas redes sociais que “a SIC é muito cara” e que a exclusão dos canais do grupo português era uma decisão comercial. As redes sociais tornaram-se palco desta guerra. Na rede social Twitter, por exemplo, Isabel dos Santos escreveu a 8 de Junho: “A inconfessável ganância comercial de Balsemão: SIC preço 1 milhão euros/ano, comparar com BBC 33 mil€/ano, ALJazeera 66mil€/ano”. Mais tarde, a 20 de Junho, a empresária volta a apontar baterias a Francisco Balsemão ao escrever “Milionário Pinto Balsemão dono da agência lusa continua as suas instigada e campanha de sujar imagem de Angola.”

Depois, a 5 de junho, também a plataforma internacional DStv, da operadora de televisão Multichoice, cortou o sinal da SIC Notícias e SIC Internacional África em Angola. No entanto, mantém-se a transmissão de outros canais temáticos como a SIC Mulher ou a SIC Radical. Sem que sejam adiantadas quaisquer explicações para a decisão, a DStv refere apenas que “lamenta pelos transtornos causados”.

“SIC Notícias e SIC Internacional África retiradas da grelha da DStv em Angola”

Notícia SIC

“A SIC Notícias e SIC Internacional África foram retiradas da grelha de programação da operadora DStv em Angola. A SIC é totalmente alheia a esta decisão e foi apenas informada que, desde as 0:00 de hoje, foi interrompida a transmissão dos dois canais. É uma decisão que surge três meses depois da operadora ZAP ter interrompido a difusão dos canais SIC Internacional e SIC Notícias em Angola e Moçambique, depois da SIC ter divulgado reportagens sobre o regime de Luanda”.

“Isabel dos Santos diz que exclusão da SIC em Angola é decisão comercial”

Diário de Notícias

“Empresária acusa Balsemão de "ganância comercial" e diz que SIC é demasiado cara para manter na grelha da Zap, a distribuidora angolana.”

“Canais da SIC deixam de emitir em Angola”

Correio da Manhã

“A saída dos canais SIC de Angola tem sido atribuída a questão políticas, já que a estação portuguesa tem transmitido reportagens críticas sobre Angola e as suas elites políticas. Este foi o caso de trabalhos como ‘Assalto ao Castelo’, que revelava que "angolanos politicamente expostos" ao poder de José Eduardo dos Santos investiram no GES através do Dubai, e ‘Angola, um país rico com 20 milhões de pobres’, onde se mostravam as contradições sociais do país.”

“SIC responde a Angola e fala em ‘liberdade de informação’”

ECO

“A SIC preocupa-se essencialmente com a liberdade de informação e com a prestação de serviços de qualidade aos seus clientes”. É a resposta de fonte oficial da SIC ao ECO na sequência das polémicas declarações de Isabel dos Santos, dona da operadora Zap, que retirou o canal português da sua grelha.”

“Consumidores angolanos avançam para tribunal por exclusão dos canais da SIC”

Expresso

“Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC) divulgou, esta sexta-feira, que vai intentar em tribunal uma ação popular coletiva contra as distribuidoras de televisão por subscrição Zap e DStv, pela exclusão dos canais do grupo português SIC.”

3 – A experiência de estágio

O estágio curricular de seis meses na redação da SIC, compreendido de 7 de Novembro a 6 de Maio de 2017, afigurou-se muito útil para a aquisição de competências profissionais, para um maior entendimento do funcionamento de uma estação de televisão e, claro, para experimentar «in loco» o jornalismo televisivo, uma curiosidade que há muito me acompanhava. Neste sentido, a SIC foi a minha primeira opção para local de estágio, em função de dois argumentos: a durabilidade do estágio, seis meses, em primeiro lugar e, seguidamente, por associar ao canal uma informação rigorosa e factual.

A realização deste Relatório de estágio é resultado da minha passagem e experiência na Agenda, Edição de Fim de Semana e Primeiro Jornal, respectivamente. Desta feita, procedemos agora a uma sucinta descrição do funcionamento e das tarefas adjacentes a cada secção. De forma a enriquecer esta descrição, associamos a cada editoria uma característica do jornalismo. Assim, e por força da sua função, vamos atribuir à agenda a importância dos critérios de noticiabilidade e os valores notícia. À Edição de Fim de Semana atribuímos os «*fait-divers*» e o “Infotainment”. Por fim, através do Primeiro Jornal vamos explorar a força que a atualidade imprime no dia-a-dia de uma redação.

3.1 – A Agenda e os critérios de noticiabilidade

A Agenda afigurou-se o meu primeiro contacto com a redação da SIC. Tal como o próprio nome deixa antever, esta secção funciona como o antro de informação da estação. Muita da informação que chega à estação, chega através deste «canal de comunicação» que possui um número telefónico e um email próprio, ao alcance de qualquer cidadão.

A equipa é composta por quatro profissionais e dois estagiários e o processo desenvolve-se da seguinte forma: cada qual tem à sua disposição um telefone fixo e um computador com dois ecrãs, sendo que um deve ter o outlook, para acompanhar os emails que chegam, e no outro o ENPS – Electronic News Production System - o programa a que toda a redação tem acesso.

À Agenda chegam centenas de comunicações diárias, entre 300 a 600, através do email, do telefone e por carta. Muitos são “lixo”, ou seja, publicidade, newsletters e

iniciativas sem interesse jornalístico e, por isso, eliminadas. Este input de informação não é só externo, dado que há uma busca interna por notícias e eventos passíveis de ser agendados, por isso todos os dias a equipa lê os principais diários e semanários, tais como o *Público*, *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Jornal I*, *Sol e Expresso*, à procura de informação que deve ser retida. “A rádio anuncia, a televisão mostra e a jornal explica”, tal ditado não podia deixar de ser enquadrado à equipa da Agenda, uma vez que muitas informações e explicações são retiradas desta leitura diária dos jornais.

De igual forma, todos os dias a Agenda recebe a agenda diária da *Agência Lusa* para o dia seguinte e “alimenta-se.” Por volta das três da tarde chega a primeira Lusa diária, como tal é dada primazia a esta tarefa. Cabe às chefias selecionar os itens a agendar e ao estagiário compete agendar as fichas no ENPS, seguindo uma estrutura que indica o Contacto; Serviço com um pequeno lead; Assinatura de quem faz a ficha; Data e Mais informação, caso assim se justifique. Esta tarefa requer rapidez e precisão, dado que à mesma hora decorre a reunião de Planeamento das Chefias de Informação, que estão a construir o Planning, que é a lista de serviços com saídas para o terreno para o dia seguinte, com a indicação do jornalista e repórter de imagem.

Ao final da tarde, por volta das 20h00, chega a última Lusa diária, que acrescenta novas informações de agenda. Também esta é revista pelas chefias e agendada consoante o interesse dos conteúdos. À sexta-feira, a Lusa envia uma agenda para sábado, domingo e segunda-feira. Assim, todas as fichas têm de estar confirmadas até segunda-feira, uma vez que a equipa não trabalha ao fim de semana, salvo raras exceções. Recordo-me, por exemplo, do dia em que faleceu o antigo Presidente da República Mário Soares. Por solidariedade à equipa, tanto eu como a minha colega estagiária, fomos para a redação ajudar a “distribuir” o imenso fluxo de informação, neste caso notas de pesar, com que a Agenda estava a ser bombardeada.

Quando não é possível recolher logo a informação completa sobre determinado evento, mas este deve ser agendado, é colocado um (C) na ficha, o que significa que é preciso confirmar.

Na Agenda o interesse jornalístico assenta em alguns critérios de noticiabilidade, por exemplo, a “proximidade”. A ser um evento longe da Grande Lisboa e arredores, importa saber se a SIC tem correspondentes locais nessa região. Se sim, a notícia pode ganhar vida no ecrã, caso contrário é pouco provável que seja agendada, a não ser que outro critério se sobreponha como a “novidade”, por exemplo. Por outro lado, há dois

critérios que assumem uma importância acrescida: a “atualidade” e as “pessoas importantes”. Assim, qualquer informação que dê conta da presença de Ministros, Primeiro Ministro, Procuradora Geral da República, Presidente da República, presidentes de Bancos, de instituições financeiras importantes e de grandes empresas são sempre agendados. Neste sentido, o trabalho de agenda é muito benéfico para o estagiário porque obriga a um convívio diário com nomes sonantes da vida política e da sociedade, em geral. Todas as iniciativas com ministros são agendadas e confirmadas com os seus gabinetes, mas não acontece o mesmo com os Secretários de Estado. Não é dado o mesmo eco às suas presenças em determinados eventos, a não ser que nessa determinada semana, ou dias, exista um assunto “escaldante” na esfera pública relacionada com a pasta que ocupa. Aí, agendar um evento onde um Secretário de Estado possa estar, pode ser benéfico para a redação, uma vez que o jornalista pode conseguir uma boa “boca”. Este exercício existe na Agenda.

Mário Traquina (2002) segue a asserção de Mário Wolf relativamente à distinção entre os valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção. Para Wolf, os valores-notícia de seleção são os escolhidos pelos jornalistas no momento de selecionar um acontecimento para noticiar. Quanto aos valores-notícia de construção, Traquina (2002: 188) refere ainda a divisão feita por Wolf: são “critérios de seleção dos elementos dentro do acontecimento dignos de serem incluídos na elaboração da notícia.” Assim, de acordo com a lista de valores notícias de Galtung e Ruge, os valores notícia de construção são a amplificação, a relevância, a personalização, a dramatização e a consonância.

Relativamente aos valores notícia de seleção, Traquina elenca, ainda segundo a lista de Galtung e Ruge, a notoriedade, a proximidade, a novidade, tempo, notabilidade na forma de quantidade, inversão, insólito, falha, excesso/escassez; o inesperado; conflito ou controvérsia; escândalo, a disponibilidade, o equilíbrio, a visualidade e o dia noticioso.

O processo de seleção das notícias pelos critérios de noticiabilidade denomina-se de gatekeeping. O primeiro autor a ter preocupações nesse âmbito foi Kurt Lewin, que citado por Traquina (1993) afirma que estes portões se regem por regras imparciais ou por um grupo no ‘poder’ que decide. Nesta lógica de ideias, Traquina refere que o termo gatekeeper é associado “à pessoa que toma uma decisão numa sequência de decisões”, e salienta que esta filtragem “é extremamente subjetiva e dependente de

juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expetativas do gatekeeper” (Traquina, 1993: 145).

No caso da Agenda, parece-me claro que os valores-notícias de seleção são os mais evidentes, no momento da escolha de um acontecimento em detrimento de outro. Conforme explicado, a notoriedade é um critério altamente valorizado para a Agenda da SIC, tal como a proximidade, o insólito e o tempo. O dia noticioso, por outro lado, é outra das tarefas com que a equipa da Agenda se debruça. Todos os dias, por telefone e e-mail, dezenas de pessoas informam a estação de situações inusitadas de última hora, como incêndios e acidentes. Nestas situações, a equipa confirma no site da Proteção Civil se há ou não registo da ocorrência, e conforme o número de operacionais e meios no terreno, informa ou não os coordenadores responsáveis pelos blocos noticiosos que estão no ar. Em paralelo, e quando existe disponibilidade, outro elemento liga para o Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) do distrito em que a situação ocorreu para recolher novas informações. Esta primeira análise à situação é de extrema importância e influencia ou não a decisão de se enviar uma equipa de reportagem para o terreno. É exigida rapidez para agir.

Por sua vez, apesar de serem agendados os eventos há que os confirmar, ou seja, ir em busca de mais informação e que valide a informação que chegou. Aqui há verdadeiramente um trabalho de verificação de factos. Nenhuma ficha de agenda pode ficar por confirmar. Uma linha na grelha de agenda não confirmada que seja escolhida pelos Editores e Coordenadores para o planning: grelha de saídas, pode significar a saída de uma equipa em reportagem em vão, o que representaria uma perda de meios humanos e técnicos. Como tal, tanto os estagiários como as chefias fazem confirmações, no entanto, há uma divisão de tarefas. Todos os dias, seja através de comunicados ou através do telefone, as chefias da Agenda estão em contacto com os assessores dos ministros e figuras importantes para confirmar a sua presença em todos os eventos agendados. Todas as outras iniciativas podem ser confirmadas pelos estagiários, um trabalho que requer concentração e rigor.

A grelha de agenda está dividida em vários separadores: Efemérides; Greves, Manifestação e Afins; Sociedade; Política; Economia; Desporto; Cultura; Porto, respectivamente. A configuração visual da grelha de Agenda permite apresentar um título do evento, hora e local. O separador Porto é o único que pode suscitar uma explicação mais expansiva, uma vez que todos os outros são de fácil compreensão. Nas efemérides são colocados os Dias Nacionais e internacionais. Nas Greves,

Manifestações e Afins são agendadas todas as formas de protesto, como vigílias, concentrações, marchas lentas, manifestações. Em Sociedade são colocados os assuntos de Justiça, Saúde, Educação, Religião, Solidariedade. Em Desporto, as atividades desportivas, sobretudo, e em maior escala, referentes aos três grandes do futebol, o Futebol Clube do Porto, Sport Lisboa e Benfica, e Sporting Clube de Portugal e a Seleção Portuguesa A. Em Economia e Política os assuntos políticos e económicos, a par de todas as iniciativas onde se encontre o Primeiro Ministro e o Presidente da República. O separador “Porto”, por sua vez, inclui todos os eventos que vão decorrer no distrito do Porto, independentemente do tema. Assim, mesmo que se trate de uma iniciativa política, por exemplo, o Ministro da Economia num debate na Universidade do Porto, é agendado neste separador. Esta divisão acontece em função da redação da SIC em Matosinhos, cuja área de ação é efetivamente o distrito do Porto.

Na senda das tarefas, todas as quartas-feiras a LUSA envia a Agenda semanal, uma previsão com centenas de páginas. Uma vez mais, o procedimento repete-se. E mensalmente acontece o mesmo, a Lusa mensal traz à Agenda informações passíveis de serem agendadas, o que demonstra que na Agenda trabalha-se sempre para o dia seguinte, daí que as fichas sejam escritas não no futuro mas no presente. Quer isto dizer que uma ficha agendada na segunda-feira, tratando-se de um evento que vai acontecer na terça-feira, refere-se sempre ao dia de terça, por exemplo, “o Presidente da República marca hoje presença na Feira de São Mateu, pelas 15h30”.

A Agenda é o local onde é feita a primeira filtragem dos assuntos, histórias e eventos. Mas até num canal de informação há distinções entre o que é informação para um jornal de semana ou para um jornal de fim-de-semana. Devido ao menor volume de informação sobre eventos e histórias a decorrer no fim-de-semana, há uma maior probabilidade de os *fait-divers* ganharem vida. Aliás, o próprio jornal de Fim-de-semana apresenta-se com histórias mais leves, menos factuais.

No entendimento de Mário Traquina, “embora os valores notícia façam parte da cultura jornalística e sejam partilhados por todos os membros desta comunidade interpretativa, a política editorial da empresa jornalística pode influenciar directamente o processo de selecção dos acontecimentos de diversas formas. A política editorial influencia a disposição dos recursos da organização e a própria existência de espaços específicos dentro do produto jornalístico através da sua política de suplementos e sobretudo de rubricas.”

Molotch e Lester consideram mesmo que o poder das fontes reside na sua capacidade de criar acontecimentos públicos, ou seja, da mesma forma que os jornalistas têm os seus critérios de definição da rede noticiosa, as fontes criam critérios tendo em conta a rede de mediatização (cit. in. Santos, 1997).

Desta forma, ao mesmo tempo que o fluxo noticioso depende em grande parte das fontes institucionalizadas e de rotina, uma vez que são as únicas que conseguem “alimentar” o acelerado processo de produção dos meios de comunicação, surge uma nova preocupação que se prende com “a proliferação de assessorias, fontes inesgotáveis de conteúdos politicamente orientados” (Rebelo, 2002: 163). Na agenda, uma boa percentagem dos emails são comunicados de agências de comunicação, que tentam “vender” os seus eventos. Contudo, a sua influência não se esgota por aí. Ligam para perceber se a iniciativa foi ou não agendada. É portanto uma luta entre “um número de organismos-fontes de informação, que colaboram e concorrem entre si, contra um número de organismos jornalistas, que também colaboram e concorrem” (Santos, 1997: 187). Na agenda, este jogo de interesses é uma realidade quase matemática.

Outro aspecto que marca o trabalho na Agenda é a força que as chamadas telefónicas imprimem. Todos os dias chegam centenas de chamadas à Agenda, desde agências de comunicação, a pessoas que querem dar a conhecer a sua história, manifestar o seu desagrado perante alguma situação, sempre com a intenção de pedir ajuda à SIC com a realização de uma reportagem. É ouvida a história e são tomados apontamentos, contudo só certas situações resultam numa história que é enviada às chefias. Acontece que as pessoas reconhecem o poder da televisão e, antes sequer de contactarem as autoridades competentes como bombeiros e câmaras municipais, ligam para a SIC a pedir ajuda. Recordo-me, em particular, do caso de uma senhora que reportou a passagem de um tornado na sua aldeia, que varreu telhados e provocou prejuízos materiais às suas gentes. Imediatamente perguntei se já tinham chamado os bombeiros, ao que a senhora diz: “Não, ainda não. Primeiro ligamos para a SIC. Podem fazer alguma coisa.?”

Nesta perspectiva, são elucidativas as palavras de Francisco Rui Cádima. “O facto de um qualquer acontecimento ter tido lugar, não o legitima, ou melhor, não o torna imediatamente histórico” (1996: 122). Uma vez mais, é a importância dos valores noticiosos que legitima um acontecimento ser escolhido em detrimento de outro.

A agenda, vista de outra perspectiva, é também a forma que o público tem de participar na produção de informação. Catarina Rodrigues fala-nos do conceito de

prosumer, “aqueles que não só consomem o conteúdo mediático mas também o produzem.” (2013: 201). De acordo com a autora, o conceito de *gatematching*, cunhado por Axel Bruns refere-se “à participação do público na produção de informação e à consequente necessidade de redefinir o conceito de *gatekeeping*. (...) que associa ao jornalismo participativo e à possibilidade de qualquer cidadão poder colaborar no processo noticioso.¹⁵”

Por outro lado, na Agenda recebemos muitas vezes, por email, fotografias e vídeos amadores de diversas situações, que, seguidamente, são enviadas para o resto da redação, conforme o interesse e autorização do autor. Em determinadas situações, os vídeos amadores são muito importantes para as redações porque são as primeiras imagens de uma tragédia ou acontecimento importante. Nas palavras de Sónia Sá, em “O Espectador em Alta Definição”, “as imagens amadoras estão, assim, a tornar-se significativas na nossa cultura visual, indo dos incidentes mais inócuos aos acontecimentos mais disruptivos. (...) O que observamos através do jornalismo televisivo é que os produtores profissionais se apercebem cada vez mais que a presença ativa do espectador na produção e emissão de conteúdos é fundamental para que este género se mantenha popular e credível, ainda que com a necessária verificação dos conteúdos amadores por parte do jornalista. O hibridismo estético entre as imagens amadoras e as imagens profissionais é uma realidade e inaugura, assim, o elogio do espectador que vê o mundo através de uma nova cultura visual que o jornalismo televisivo lhe proporciona. (Sá, 2015: 165)

No fundo, qualquer pessoa poder ser uma fonte ao fornecer informações. Cultivar uma fonte é um processo que envolve uma lógica diferente, que tem subjacente um “jogo de interesses” e uma relação de troca permanente, entre os jornalistas e as fontes. No caso da Agenda é notória esta relação, na medida em que uma relação de confiança com as fontes faz toda a diferença na hora de “arrancar” dos assessores e relações públicas a informação que estes tentam blindar. No fundo, esta ligação “constitui um relacionamento entre os actores que perseguem objectivos diferentes mas que se encontram num ponto comum: a notícia” (Lamy, 2010: 4).

¹⁵ Rodrigues, Catarina. Redes sociais: novas regras para a prática jornalística? Prisma.com nº 12 2010. Especial Ciberjornalismo 2010, p.4.

3.2 – A Edição de Fim de Semana

A Edição de Fim de Semana é responsável por alimentar os blocos informativos de sábado e domingo. Fruto de uma escolha pessoal e estratégica, a Edição de Fim de Semana foi a minha equipa durante seis semanas. Por ser uma equipa reduzida, por norma, é uma secção onde os estagiários conseguem sair muitas vezes em reportagem. A equipa trabalha de quarta a domingo, com um ritmo próprio. Como tal, fui introduzida na equipa e, desde então, todas as quartas-feiras procedia a uma pesquisa aprofundada, com vista à procura de estória e factos noticiáveis, de forma a para propor ao coordenador Luís Marçal e à produtora Cláudia Araújo. Posteriormente, eram decididas as reportagens a fazer e, salvo raras excepções, as tarefas de produção, como contactar fontes e agendar a reportagem, eram competência do estagiário.

Importa referir que, ao nível organizacional, esta equipa tinha um ritmo de trabalho particular, em virtude do tipo de «estórias» e das peças. Quer isto dizer que as temáticas abordadas nestes blocos informativo, regra geral, são de um determinado padrão: “soft news”, “fait-divers” ou “infotainment”. Dada a natureza informativa, é mais fácil ao estagiário começar nesta equipa. À equipa fixa, juntam-se outra dezena de jornalistas que, rotativamente, integravam a equipa no sábado e domingo.

Desta forma, importa perceber qual é a definição de fait divers. O Livro de Estilo do jornal *Público* atende ao conceito como “matérias que valem pelo interesse pessoal, a originalidade, a curiosidade ou até mesmo a expectativa e o suspense inerentes”. O conceito chegou ao seio do jornalismo no século XIX, data da criação da imprensa de massas. Foi Roland Barthes quem o introduziu pela primeira vez. Barthes (1964) aponta o fait divers como detentor de uma informação bastante completa, sendo que encerra em si toda a informação que o espectador necessita para compreender o assunto em causa, não sendo assim necessário um conhecimento específico sobre determinada área do saber.

Já Dejavite (2001) frisa que a vertente de entretenimento dos *fait divers* e o facto de estes serem facilmente associados à cultura popular e à imprensa sensacionalista lhe conferiu uma conotação negativa e pejorativa desde a sua criação. Todavia, hoje em dia, o *fait divers* não se remete, exclusivamente, para a imprensa popular e passou a ocupar lugar de destaque nos media ditos de referência. Segundo Dion (2007), há uma

necessidade de explorar e dramatizar a informação, transformando uma história desinteressante num produto com elevado impacto junto da audiência.

De igual forma, importa destringir o neologismo “infotainment”, o infoentretenimento, que resulta da simbiose entre informação e entretenimento, operada no jornalismo moderno. É no enquadramento deste tipo de padrão noticioso que se insere os “*fait-divers*”.

Na perspectiva de de Leonel Aguiar, este conceito resulta da “fusão dos termos informação e entretenimento, é utilizado para designar a hibridização do ideal moderno do jornalismo – informar aos cidadãos – com uma das principais características da cultura de massa: a competência para entreter, distrair, divertir. Demonstra de que modo a potencialidade de entretenimento do acontecimento torna-se um valor-notícia fundamental para configurá-lo na ordem do discurso jornalístico. Aponta que o sensacionalismo – entendido como modalidade de conhecimento centrada na lógica das sensações – é uma estratégia de comunicação voltada para produção de narrativas jornalísticas com capacidade de atrair o interesse do público e expandir o universo de leitores.” (Aguiar, 2008: 1)

O Manual de Jornalismo de Anabela Gradim (2000: 94), define *fait-divers* como notícias com temas diversificados que relatam aspectos curiosos do dia-a-dia, como roubos, acidentes, coincidências e factos curiosos pela originalidade ou coincidências que envolve. Gradim (2000: 94) diz: “é a pequena notícia de interesse humano exemplar que apela ao lado voyeur e um pouco mórbido de todos os leitores.” Assim, o papel deste no jornal é distrair e desanuviar os espectadores.

O diagnóstico de Anabela Gradim refere que as “alterações de mercado são visíveis na consolidação de lógicas concorrenciais de mercado, de que são sintomas a aposta na espectacularização, o infotainment, a tabloidização da informação, a compressão de custos, a novelização dos telejornais, o esvaziamento do jornalismo de investigação, e a colonização dos espaços de opinião e comentário pelos políticos (...) (Gradim, 2015: 69)

Como refere António Fidalgo (1996): “O que se diz é que a informação para o grande público é cada vez mais uma informação talhada à medida da curiosidade informativa e menos uma informação visando a formação cívica dos seus destinatários.”

Fábia Dejavite considera que “os *fait-divers* caracterizam-se por um elemento catalisador e estimulador do entretenimento, porque visam levar o homem ao mundo

dos sonhos, das fantasias e dos medos, tal como um filme, uma telenovela ou uma série.” (Dejavite cit in Fernandes, Patrícia, 2013)

Quanto à minha experiência, primeiramente acompanhei vários jornalistas em reportagem de forma a observar a forma de atuação no terreno, a relação com o repórter de imagem e, depois, já na redação, a transformação de toda a informação numa reportagem de televisão. Nas semanas seguintes, realizei várias reportagens como a “Dress a Girl Around the World¹⁶” ou a “Sapateira de Gouveia”, que durante a semana dificilmente iam para o ar. Deparei-me com a necessidade de utilizar uma linguagem sugestiva, dinâmica, sem referências temporais para não inviabilizar a peça no caso de “cair” no alinhamento.

O Manual de Televisão do Cenjor (2007: 25) indica que “Devemos, por fim, escolher palavras ou expressões sugestivas para condimentar ou apaladar um texto ou uma frase. A escrita sugestiva é uma escrita apontada às conotações semânticas, às metáforas, aos signos, ao adagiário popular. Desta forma, estaremos a conferir às palavras, às frases e às expressões um condimento que vai torná-las mais apetitosas e, por isso, mais facilmente entendidas pelos telespectadores. Se assim for, estaremos a garantir que o que dissemos foi bem ouvido e bem guardado. Uma escrita sugestiva estimula a imaginação do espectador”.

“Se o assunto não encontrar eco no leitor, ele não o lerá, por melhor que seja o texto. A preocupação de conquistar as boas graças do público, através da criação de invisíveis cadeias de cumplicidade, levou os teóricos do jornalismo a desenvolverem pesquisas que culminaram no estabelecimento de uma regra de ouro – a Lei da Proximidade. É uma arma poderosa, susceptível de ser usada para o bem e para o mal (entendendo-se por mal o desvio sensacionalista) já que é eficaz em diversas “frentes”: temporal, geográfica, afectiva e social” (Raimundo 1992: 70).

Outro aspeto a realçar, é a multiplicidade de regiões representadas nos jornais de fim de semana, em particular no “Primeiro Jornal”. Os correspondentes alimentam grande parte do alinhamento com reportagens e diretos sobre festas, estórias caricatas e tradições das mais variadas regiões. Aliás, o nome dos correspondentes figura nos alinhamentos da estação especialmente no jornal de Fim de Semana.

¹⁶ <http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2017-01-28-Dress-a-girl-costurar-vestidos-para-criancas-de-paises-pobres>

3.3 – O Primeiro Jornal

O “Primeiro Jornal” representou a última equipa por onde passei no seio da redação. Debaixo da ditadura do tempo, o ritmo de trabalho neste bloco informativo é o mais frenético, o mais emocionante e o que se prende com a velha máxima de dar a notícia em primeira mão. Nuno Goulart Brandão dá conta que “as novas regras do jornalismo audiovisual são essencialmente a rapidez e a emoção.” (2002: 86)

A equipa do “Primeiro Jornal”, compreendida por um certo número de jornalistas fixos, é coordenada por André Antunes. A partir das oito da manhã, são delegadas reportagens aos jornalistas da equipa, por vezes, agendadas no dia anterior no “Planning”, outras no próprio dia atendendo à própria atualidade. A deadline não é igual para todos, uma vez que cada peça ocupa uma determinada posição no alinhamento, mas às 13h00 todas as peças têm de estar prontas, ou pelo menos as que vão para o ar na primeira parte do alinhamento.

Nas palavras de Patterson o “implacável ciclo de vida das notícias”, representa que “cada dia é um começo do zero, uma nova realidade. A novidade é premiada, e a sua infalibilidade também. Os jornalistas têm de ter uma história para contar, e ela tem de ser sempre diferente da de ontem” (Patterson, 1997: 82). Esta realidade é a que se vive no Primeiro Jornal.

No que concerne à minha experiência, acompanhei jornalistas durante alguns dias de forma a ambientar-me aos ritmos exigentes da equipa. Mais tarde, comecei a sair em reportagem e a fazer as peças para o próprio dia, o que exigia uma rapidez acrescida. Quanto ao processo jornalístico, competia-me visualizar os brutos, escrever o texto e escrever as frases e oráculos. O processo de edição de imagem era acompanhado por um editor de imagem, dada a complexidade do programa de edição. Sair diariamente em reportagem, no caso de um jornalista estagiário, representa uma novidade, uma oportunidade e uma aprendizagem. O terreno nunca é igual e todos os dias há um novo aspecto a reter e a melhorar.

No meu caso, foram-me atribuídas reportagens de um vasto leque de temas, desde justiça, saúde, ambiente, sociedade, solidariedade, e, claro, trivialidades como a meteorologia ou a vida do Cristiano Ronaldo. Por várias vezes, foi-me pedido realizar entrevistas para serem utilizadas nas peças de outros jornalistas que se encontravam na redação, como foi o caso de uma entrevista ao Bastonário da Ordem dos Médicos e ao Ministro da Educação.

A nível orgânico, o “Primeiro Jornal” apresenta um estilo destinado a um determinado tipo de público, logo dá ênfase a assuntos que, por exemplo, não figuram no “Jornal da Noite”, como trivialidades e «soft-news», primeiro, porque é um bloco informativo de tamanho inferior, mas também porque se trata do principal bloco informativo da estação, o do horário nobre. O “Jornal da Noite” evidencia uma postura mais elitista no alinhamento, assente em hard-news.

A rotina de um jornalista é gerida pela pressão do tempo, mas com diferenças, como tive a oportunidade de constatar entre a Edição de Fim de Semana e o Primeiro Jornal.

Como refere Fernandes, “a luta pelas audiências é, também, marcada por prazos muito apertados, isto porque, importa dar a notícia o mais rápido possível, ou melhor, importa a um canal de televisão dar a notícia antes dos seus pares. Expressões “em primeira mão” ou “em exclusivo” são mercadorias valiosas no mercado do jornalismo televisivo e, portanto, na hora de decidir acabam por pesar mais do que alguns dos princípios deontológicos defendidos pelos jornalistas.” (Fernandes, 2013: 29)

Como nota Jaspers (1998:66), “a transmissão precipitada das notícias poderá ter efeitos colaterais graves, em especial, porque, a notícia poder-se-á revelar parcial ou totalmente falsa. Com efeito, “quanto mais se reduz o tempo entre o acontecimento e o seu relato televisivo, menos é possível assegurar este relato de forma deontológica e metodologicamente aceitáveis. A credibilidade dos jornalistas e dos próprios media deve ser uma prioridade e, neste sentido, a informação tem que ser “escrupulosamente verificada e reconfirmada antes de ser transmitida”. Assim, a exclusividade noticiosa de um determinado acontecimento também pode ser perigosa e, nessa lógica, impõe-se um cuidado ainda mais detalhado na verificação dos dados e no tratamento das fontes de informação que poderão estar a manipular o jornalista.

Porém, a exigência do imediatismo tem outras consequências que merecem alguma atenção da nossa parte. “Logicamente, a concorrência implica que os diferentes canais façam um maior aposta e investimento, no sentido de dar mais e melhor e, desse modo, superarem os seus concorrentes. Desta feita, seria previsível uma maior originalidade e um leque de notícias mais heterogéneo, contudo, em termos práticos, o que acontece, como expressa Pierre Bordieu (1997: 17/18), é que a concorrência, nesta situação em particular, homogeneiza, sendo que é regular os diversos canais darem enfoque aos mesmos acontecimento noticiosos, quando muito, “na melhor ou na pior das hipóteses só a ordem das informações transmitidas varia.”

Pierre Bordieu (1997) faz referência à “circulação circular de notícias”, que no fundo se caracteriza pelo facto de, antes de os jornalistas escreverem as suas próprias notícias averiguarem quais são as notícias a que outros meios dão referência. Como explica, o jornalismo televisivo funciona como uma “espécie de jogo de espelhos que se refletem mutuamente” o que “produz um formidável efeito de encerramento, de enclausuramento mental.”

“As principais imagens dos telejornais caracterizam-se pelo seu dramatismo, pois o espírito de concorrência a isso obriga de modo a não perder espectadores durante o mesmo (Brandão, 2002, 86/87). A concorrência leva os jornalistas a “procurar o sensacionalismo a todo o custo, a quererem ser os primeiros no terreno a enviar de imediato imagens com força” (Ignacio Ramonet cit. In Brandão, 2002, p. 86)

3.4 – As Madrugadas

Ao longo de três semanas não consecutivas, as madrugadas foram outra componente do estágio. Da meia noite às seis da manhã, o estagiário assegura os “serviços mínimos da estação”, como optei por designar, na companhia de um repórter de imagem. Compete-lhe, assim, ouvir os noticiários da TSF, atentar aos feeds das agências noticiosas internacionais, nomeadamente a Reuters (Inglaterra), France Press (França), AP e AFP (Estados Unidos da América). As agências de comunicação são fontes que representam uma espécie de “grossistas da informação”, disponibilizando informações aos órgãos de comunicação social que pagam uma assinatura pelos seus despachos. Considera-se que 98% da informação que circula no mundo, resulta do trabalho efectuado por estas quatro agências mundiais.

Por outro lado, o estagiário tem de realizar contactos telefónicos com as autoridades, entre as quais a PSP, GNR, Bombeiros Sapadores e Protecção Civil. A finalidade é garantir que, em caso de algum acontecimento, há alguém na redação pronto para ir para o terreno recolher as primeiras informações.

No meu caso, ao longo dos vários dias de madrugadas, não aconteceu nada que justificasse uma saída em reportagem. Neste sentido, realizei, acima de tudo, trabalho de redação, como redação de «OFF» e «Talking Head – TH», caso o coordenador da Edição da Manhã optasse por alinhá-los no jornal.

4 – Metodologia

Para a realização deste relatório de estágio, foi escolhido para análise um tema específico, tratado jornalisticamente pela redação da SIC. Para chegar às conclusões pretendidas, o presente trabalho recorre a métodos que visam traduzir uma conceção global de planeamento de uma investigação que engloba um caminho apropriado aos objetivos, meios e resultados.

Segundo Morse, as estratégias de investigação são meras ferramentas, assim, é da responsabilidade do investigador a sua seleção, de forma a eleger as mais pertinentes para os objetivos a que se propõe alcançar. (1994: 223)

Neste capítulo, inclui-se, assim, toda a explicitação e fundamentação no que concerne às opções metodológicas, sendo que seguidamente apresentamos o tema, a pergunta de partida e os objetivos e, seguidamente, a abordagem metodológica e a escolha e planeamento das técnicas de recolha de dados.

4.1 - Pergunta de Partida e Sub-Perguntas

A pergunta de partida deste relatório revela, de forma clara, aquilo a que nos propomos a investigar, na medida em que se tornou o fio condutor da nossa investigação. Assim, “Na SIC, existe uma cobertura noticiosa sobre as Regiões Autónomas Portuguesas?”, é a nossa pergunta de partida. Na sequência desta, podem-se definir algumas sub-perguntas:

Q1 - “A existir, a cobertura noticiosa é eficaz?”

Q2 - “As notícias são elaboradas na redação ou por correspondentes locais?”

Q3 - “Qual a região autónoma mais noticiada. Porquê?”

Q4 - “Que tipo de temáticas são retratadas, e se vão ao encontro do interesse do público nacional?”

4.2 – Objetivos

Para uma melhor compreensão do objeto de estudo deste relatório, delinearam-se como objetivos:

1) Analisar os conteúdos do Alinhamento da SIC, do Primeiro Jornal e do Jornal da Noite, de 1 de Janeiro a 31 de Abril de 2017, de forma a obter uma amostra razoável.

- 2) Analisar a grelha da Agenda referente ao mês de Abril e estabelecer uma comparação com os dados do Alinhamento do mês de Abril;
- 3) Realizar entrevistas aos correspondentes locais da SIC nas regiões autónomas;
- 4) Compreender como é que as peças sobre as ilhas chegam aos ecrãs da estação: jornalistas na redação ou correspondentes;
- 5) Verificar se os temas noticiados são de atualidade ou outros temas;
- 6) Perceber se a SIC pode melhorar a sua cobertura sobre as Regiões Autónomas.

4.3 – Abordagem Metodológica

Para a realização deste relatório de estágio, optámos por, num primeiro momento, realizar uma análise quantitativa aos dados do Alinhamento, dispostos numa grelha de análise com base nas seguintes variáveis: Nome da peça; Jornalista; Duração da peça; Localização no alinhamento; Região autónoma a que se refere; Género jornalístico; Jornal a que pertence - “Primeiro Jornal” ou “Jornal da Noite”. A nossa amostra é referente ao período de 1 de janeiro a 31 de abril de 2017 e inclui 91 unidades de análise, ou seja, peças jornalísticas. De igual forma, optou-se por fazer uma abordagem quantitativa aos dados da Agenda do mês de abril. No atinente a esta análise, importa justificar a nossa escolha, na medida em que a agenda assume algum relevo na forma como pode ou não condicionar a agenda mediática, daí que se tenha afigurado importante procedermos a esta análise.

Num segundo momento revelou-se pertinente construir uma grelha de análise de conteúdo, referente a variáveis de discurso e de conteúdo, com o objetivo de aferirmos, com maior rigor, características sobre as peças das Regiões Autónomas. Desta forma, optamos por dividir a grelha de análise de conteúdo em duas partes: uma referente a variáveis de discurso e a segunda referente a variáveis de conteúdo. Nas variáveis de discurso incluímos “Peça”, “Tipo de Enquadramento Narrativo”, “Citações”, “Tom” e “Tipo de argumentação”. Por seu turno, nas variáveis de conteúdo incluímos a “Localização geográfica”, “Atores identificados”, “Temática dominante” e “Grau de desenvolvimento da peça.” Esta análise foi feita, como já mencionamos, posteriormente à análise quantitativa, uma vez que os dados obtidos revelaram padrões importantes de explorar. Por força destes padrões, a nossa análise qualitativa não é igual à amostra da nossa análise quantitativa. Assim, a nossa amostra é de apenas três meses – Janeiro,

Fevereiro e Abril, justificando-se a exclusão de Março na medida em que os dados observados através da análise quantitativa apontam para dois eventos extremamente mediáticos que alteraram significativamente a realidade mediática. Constatamos, em parte, que a ocorrência de dois grandes eventos numa das Regiões Autónomas, introduziu um grande enfoque mediático à Região em causa.

De acordo com Antonio Chizzotti, o objetivo deste método é o de “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. (Chizzotti, 2006: 98)

No cômputo global, as opções de metodologia – universo e amostra - devem-se a vários factores, sendo que o primeiro está relacionado com o facto de ter sido necessário limitar o tamanho da amostra, por isso a SIC Notícias ficou fora desta equação, pela inúmera variedade de blocos noticiosos. Seguiu-se a necessidade de escolher um jornal da SIC generalista, mas uma vez que, à partida, a amostra seria reduzida, optámos por alargar o âmbito da nossa recolha, analisando assim o “Primeiro Jornal” e o “Jornal da Noite”. Importa salientar que de ambos os blocos informativos, o que obtém mais audiência é o “Jornal da Noite”.

Com efeito, importa referir que a nossa amostra exclui todos os leads, rodapés, oráculos e promos das peças televisivas, uma vez que estes elementos são, muitas vezes, da responsabilidade de outras pessoas – os lineproducers – que não os jornalistas.

No caso da pesquisa bibliográfica, cujo objetivo é verificar e compreender o que já foi estudado sobre o tema, a nível nacional e internacional, procuramos dar eco aos estudos de vários investigadores, sendo que os principais resultados dessas mesmas investigações, constituíram uma ferramenta de acrescido valor para o presente Relatório.

Para não limitarmos a nossa investigação ao estado de arte, optámos por realizar entrevistas aos correspondentes da SIC nos Açores e na Madeira, por serem as pessoas que estão “in loco”. No arquipélago dos Açores, ao jornalista **Estêvão Gago da Câmara** e ao repórter de imagem e fotógrafo **Rui Caria**. Na Madeira, aos jornalistas **Paulo Figueira** e **Marta Caires**. De igual forma, entrevistamos o coordenador do Primeiro Jornal **André Antunes**. A observação direta e participante, possibilitada através do estágio, também se constitui como componente metodológica.

O tipo de entrevista escolhido foi a semi-estruturada por permitir perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistado pode discorrer sobre o tema que lhe é

perguntado. Assim, seguimos um conjunto de questões pré-definidas, mas na lógica de uma conversa informal.

Em termos cronológicos, a pesquisa bibliográfica aconteceu entre junho e setembro de 2017, a recolha e análise de conteúdo das peças decorreu, numa primeira fase, em maio e a análise em agosto. Quanto às entrevistas foram realizadas por via telefónica e e-mail nos meses de outubro, consoante a disponibilidade dos entrevistados.

Com a construção destas duas grelhas de análise, uma quantitativa e uma qualitativa, pretendemos, acima de tudo, facilitar a observação dos elementos da investigação desenvolvida neste relatório, de modo a reforçar a força metodológica do mesmo.

4.3.1 - Contextualização e caracterização do caso em estudo

Nesta senda de ideias, importa perceber as circunstâncias em que a nossa amostra reside, ou seja, perceber o atual panorama televisivo português, de modo a facilitar o enquadramento e dados que possam surgir na análise de dados, mais adiante neste relatório. Assim, vamos recorrer à Digital News Report 2015 e ao Anuário de Comunicação 2015-2016 da Obercom, respectivamente, para nos auxiliar nesta tarefa. De acordo com o Perfil sociodemográfico do consumo de notícias em Portugal da Reuters Digital News Report 2015, ficamos a saber que no nosso país “os homens preferem as notícias de desporto, a ciência e tecnologia e a política nacional. A economia e as finanças são preferências masculinas, sendo nesta última a preferência dos homens o dobro da das mulheres. Se olharmos as preferências em função da dimensão espacial, as mulheres preferem ainda mais do que os homens as notícias de carácter nacional e essa tendência também se manifesta nas notícias locais - mas com menor interesse.” (Reuters: 7)

Como focaliza o estudo, a idade tem um impacto relevante na preferência por conteúdos noticiosos. “Os géneros mais consensuais são, efectivamente, as notícias Nacionais (...) e as notícias Internacionais que, apesar de se constituírem como um género abrangentemente preferido em termos etários, tende a ser mais preferido pelos inquiridos mais velhos. As notícias de Economia, Finanças, Regionais, Desporto e Política Nacional são claramente preferidas por portugueses mais velhos, enquanto que as notícias sobre Divertimento, Entretenimento & Celebidades e Ciência e Tecnologia

tendem a atingir valores de resposta mais elevados entre os mais novos. A destacar, também, a consensualidade da preferência por notícias sobre Saúde e, também, a maior preferência por notícias de Educação entre os inquiridos entre os 25 e os 44 anos de idade, uma idade coincidente com uma maior consciência face à educação de filhos e às dinâmicas pedagógicas da escola, enquanto instituição, na sociedade portuguesa”. (Reuters, 2016: 3)

Regra geral, os dados obtidos no âmbito deste projecto revelaram que em 2015 as plataformas tradicionais e, em particular, a televisão, continuam a desempenhar um papel fundamental nas audiências de conteúdos noticiosos.

Quanto ao Anuário de Comunicação 2015-2016, ficamos a saber que em 2016, a SIC obteve 17,6% share, face aos 18,7% de 2015. Em 2016, o visionamento diário de televisão por espectador registou o valor mais alto desde 2000, 04:46:63, nomeadamente.

Por sua vez, relativamente ao tempo médio de emissão/audiência por género e programa e por canal, em minutos médios, a informação correspondia a 200 minutos médios em 2015 e a 225 minutos em 2016. Passando estes minutos médios para percentagem, a informação representava 13,9% do tempo diário de emissão em 2015 e 23,8% em 2016, num universo de 100%.

Quanto ao perfil de audiências de TV generalista por região, de 2004 a 2016, de acordo com a antiga nomenclatura, em 2014, 20,6% da audiência é registada na Grande Lisboa, 11,7 % no Grande Porto, 17,2 no Litoral Norte, 15,6 % no Litoral Centro, 22,7% no Interior e 12,1 % no Sul. Com a nova nomenclatura, ou seja, nova divisão em Norte, Centro, Lisboa e Sul. Tanto em 2015 como 2016, os valores são iguais. Norte com 36,8% das audiências, Centro com 23,3 %, Lisboa com 27,9 % e Sul com 12,0 %.

Passando da TV generalista para a TV por cabo, vamos agora debruçar-nos sobre o perfil de audiência por género e por idade, durante o período correspondente de 2004 a 2016. Quanto ao género, em 2015 as mulheres representavam 49,3% da audiência face ao 52,4 % de 2016. Já os homens em 2015 representavam 50,7% e em 2016 apenas 47,6 %.

Por seu turno, o perfil de audiência com TV cabo por idade, indica que, em 2015, 16,8% refere-se a pessoas com mais de 65 anos, 13,9% (55 a 64 anos), 15,4% (45 a 54 anos), 17,9% (35 a 44 anos), 13,3% (25 a 34 anos), 9,6 % (15 a 24 anos) e 13,2% (4 aos 14 anos).

O perfil de audiência com Tvcabo por regiões Markttest, 2015-2016, evidencia que entre 2015 e 2016 não se verificaram quaisquer alterações, sendo que o Sul representa 12% das audiências, Lisboa 27,9%, Centro 23,3% e o Norte 36,8%.

Por fim, o tempo total de visionamento de televisão num dia de semana normal (%), de 2002 a 2014.

Tabela 1 Baseada na Tabela 3 - Tempo total de visionamento de televisão num dia de semana normal (%), 2002 a 2014 - Anuário de Comunicação

2014	Portugal	TA: total amostra
Nenhum	3,8 %	5,2
Menos meia hora	7 %	6,3
Entre ½ e 1h30	17,9 %	13,9
Entre 1h e 1h30	18,7 %	14,2
Entre 1h30e 2 horas	14,3 %	16,6
Entre 2h e 2h30	13,9 %	13,4
Entre 2h30 e 3horas	8,9 %	1,5
Mais de 3 horas	15,7 %	18,8

Por fim, uma caracterização de Rebelo ao público da estação, revela que o espectador SIC é o mais escolarizado, o mais jovem e o mais equilibrado na relação homem/mulher e o recetor. (Rebelo, 2008)

4.4- Abordagem morfológica e de conteúdo

De igual forma, consideramos ser oportuno operacionalizar os conceitos que dão corpo à investigação. Seguidamente, apresentamos neste relatório uma breve descrição do *Primeiro Jornal* e *Jornal da Noite*, bem como dos géneros noticiosos que figuram na nossa grelha de análise, por conseguinte no alinhamento da SIC generalista nestes supracitados blocos noticiosos.

4.4.1 - Caracterização do Universo: “Primeiro Jornal” e “Jornal da Noite”

“Nas estações generalistas, a informação assume-se como o eixo principal das suas programações diárias”. (Brandão, 2010: 15)

O *Primeiro Jornal* é o bloco informativo da hora de almoço da estação de Carnaxide. Começa às 13:00 horas e termina por volta das 14:30, com um intervalo de que varia entre dez a quinze minutos. É apresentado, na maioria das vezes, e nos dias úteis, por Bento Rodrigues e Fernanda de Oliveira Ribeiro. Ao fim de semana, a emissão é conduzida por João Moleira.

O *Jornal da Noite* é o principal jornal da estação. Corresponde ao horário mais nobre da emissão televisiva em termos de audiências, o “prime-time”. É apresentado, regra geral, por Clara de Sousa, Rodrigo Guedes de Carvalho e Pedro Mourinho.

Nuno Brandão frisa que a importância dos telejornais explica-se devido a “encontros quotidianos com a atualidade, contribuindo para uma melhor perceção e construção social da realidade, induzindo a produção de sentido” (Brandão, 2002: 39). Felisbela Lopes¹⁷ (2009: 12), por sua vez, refere que a “a valorização de certas franjas horárias, por exemplo, não pode ser encarada apenas como uma iniciativa unidireccional do programador, mas deve ser lida à luz das modificações das formas de vida (emprego e lazer)”.

Nuno Brandão (2010: 16) explica que o telejornal pode ser entendido como um género em si mesmo, com as suas próprias regras de seleção, destacando-se a hierarquização, estruturação narrativa e mediação.

Na mesma linha de pensamento, Marion explica que os telejornais são “encontros quotidianos em que a uma determinada hora somos convidados à messe da informação. Estes encontros regulares com a atualidade, para uma grande parte dos telespectadores, funcionam mais numa dimensão ritual, ou seja, suplantam o próprio valor informativo.” (Marion, 1998: 163)

Como refere Canavilhas (s/d) “a probabilidade de um noticiário captar audiências depende da sua capacidade de oferecer uma realidade completa, global e o mais natural possível. O impacto da informação reside na capacidade de oferecer uma imagem do mundo mais completo do que aquela que o telespectador pode colher

¹⁷ Comunicação e Sociedade, vol. 15, 2009, pp. 7-27

directamente no local. Este processo de melhoria da realidade é, só por isso, uma espetacularização da informação.”

Nesta lógica, Brandão avisa que “as pessoas retiram cada vez menos conhecimento das notícias devido em parte à ascensão e queda constante dos temas, bem como face às suas atuais prioridades, esquecendo-se de que o conjunto das suas rotinas é muito importante para a percepção da realidade. O papel da agenda torna-se então decisivo, visto que em função das opções jornalísticas a seguir temos também uma inerente reconstrução de ideologia.” (Brandão, 2006: 97)

Bernard Roscho nota que nas sociedades contemporâneas organizadas segundo o princípio da divisão do trabalho os indivíduos têm absoluta necessidade de se informar sobre as atividades dos outros, pelo que as notícias se tornam “parte inerente da vida social organizada” (Roscho, 1975: 33). Gradim refere que as notícias “tornam-se como que o lubrificante da vida social que, especialmente em democracia, necessita da sua circulação para poder funcionar de modo adequado.” (Gradim, 2005: 72)

De acordo com dados da Marktest, referentes aos jornais das televisões generalistas portuguesas, o *Primeiro Jornal* durante o período compreendido entre novembro e maio de 2017 foi o programa que emitiu mais trabalhos. Em novembro, emitiu 1166 peças, enquanto que o *Jornal da Noite* foi o programa que emitiu mais horas de informação: 36 horas e nove minutos. O padrão repete-se em dezembro. O *Primeiro Jornal* foi o que mais peças emitiu, 1179. Também o *Jornal da Noite* manteve-se como o programa que mais horas de informação emitiu: 38 horas e 32 minutos.

Em janeiro, fevereiro, abril e maio, o *Primeiro Jornal* voltou a ser o programa a emitir mais trabalhos, com 1204, 1069, 1119, 1209, respectivamente. A única exceção é o mês de Março. Por sua vez, o *Jornal da Noite* não apresenta um padrão tão regular, uma vez que disputa com a TVI o programa que emitiu mais horas de informação. Assim, em Janeiro foi o *Jornal da Noite* a apresentar mais horas de informação, com 37 horas e 47 minutos, mas em fevereiro, abril e maio foi o *Jornal das 8*, da TVI, a emitir mais horas de informação.

Alinhamento

Discorre o Manual de Jornalismo do CENJOR¹⁸ que “o alinhamento é uma realidade viva e dinâmica, capaz de surpreender pelo interesse súbito que desperta nos espectadores” (2007: 63).

O alinhamento de um telejornal é um documento de leitura internacional, em que os símbolos são comuns a todas as línguas e televisões. É o espaço onde estão reunidas todas as informações para a produção do jornal, nomeadamente o nome das peças, o jornalista, a posição de emissão, a identificação do suporte de vídeo e áudio e duração da peça. De certa forma, o alinhamento define a notabilidade das notícias, em função do tamanho da peça e da sua posição hierárquica no jornal.

A produção do alinhamento tem em atenção determinados critérios jornalísticos e editoriais, visíveis, por exemplo, na escolha que o coordenador faz para a peça de abertura do jornal, que se constitui como a informação mais forte, que seja susceptível de captar a atenção do máximo possível de espectadores, indo directamente ao encontro das suas necessidades informativas.

Equilibrando os factores importância – interesse – curiosidade, o coordenador escolhe depois as peças que considera serem importantes e que de algum modo possam relacionar-se com o tema de abertura.

Nesta tarefa de alinhar o jornal, o coordenador deve ter a preocupação de criar vários “picos” de interesse, para evitar que o jornal se torne de intensidade decrescente e, por outro lado, para que não seja monótono, o que pode levar o espectador a mudar de canal. “O primeiro bloco abre sempre com algo factual forte, uma notícia de impacto do dia.” “No segundo e terceiro blocos, outras matérias do dia ou mesmo matéria de gaveta, notícias que não foram usadas, mas não perderam a atualidade.” “No quarto e último bloco (...) Como referiu o editor é um bloco leve do jornal.” (Vizeu, 2002: 100 e 101) Assim, como refere Cruz, “a disposição dos sectores temáticos tem uma relativa mobilidade, sendo os factos mais mediáticos colocados à frente, podendo mais tarde ser retomados com maior desenvolvimento.” (Cruz, *A desconstrução do jornal. Uma análise metodológica para a desmontagem dos noticiários televisivos*, s/d)

Cruz opina ainda que “os alinhamentos informativos constituem a disposição da tematização no noticiário televisivo. Através deles há material noticioso que ganha mais notabilidade, quer pelo tempo disponibilizado, quer pela sua posição hierárquica no jornal.” Por todas estas razões, a autora conclui que a elaboração de um alinhamento

¹⁸ Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas

potencia características ao produto noticioso, logo reflete um papel determinante na construção, reconstrução e desconstrução da realidade social, que leva a situações de estereotípias. (idem)

Grelha de Agenda

A Grelha de Agenda é utilizada para agendar factos considerados de interesse para o trabalho jornalístico. Como referido anteriormente no presente relatório, a grelha aglutina informações como o título do evento, local, hora, e notas à produção. A cada linha criada na agenda corresponde uma ficha com as principais informações de cada evento d que obedece a uma determinada estrutura, no caso da SIC.

Géneros Jornalísticos em Televisão

OFF

O off é um pequeno texto jornalístico lido pelo pivot, e é acompanhado por imagens alusivas ao assunto a que se refere. É, regra geral, um bloco com pouca informação, que dá apenas as informações mais importantes, com a durabilidade de 30 a 40 segundos. É mais utilizado nos blocos informativos dos canais temáticos de informação.

Peça de telejornal

É uma informação com duração entre 1:20 a 1:50. O seu tratamento não exige grande investigação ou trabalho de exterior, na maioria das vezes. Diz Jacinto Godinho que “a notícia passou a comandar os ritmos da pequena «reportagem» dos telejornais”, isto é, a reportagem representa, descreve, mostra, ilustra, uma notícia/acontecimento. (2001: 53)

Talking Head – TH

O Talking Head ou TH é uma “boca” ou vivo. O jornalista quando sai em reportagem pode trazer uma boa boca de um político, por exemplo, mas que não se enquadra em nenhuma reportagem em particular. Desta forma, o TH serve para dar destaque a uma resposta ou assunto. O jornalista escreve um lead que é lido pelo pivot e, seguidamente, entra o TH no ar, eis pois um bloco de vídeo não muito extenso.

Reportagem de telejornal

De acordo com o Manual de Televisão do Cenjor, trata-se de uma informação recolhida in loco, com duração variável entre os 1:20 e os 1:50. O tema é importante e o seu tratamento exige recursos técnicos e o conhecimento de regras de preparação, produção, concepção e execução. Aplica técnicas narrativas próprias, baseadas em critérios de preponderância da imagem, tempo de discurso, ritmo, velocidade, pausa e técnica de escrita.

Direto de Reportagem

Situação em que o repórter relata, in loco, ou seja, em directo do local do acontecimento, situações e informações jornalisticamente relevantes. Dadas as facilidades técnicas atuais, os diretos são cada vez mais “requisitados” pelos coordenadores dos jornais aos jornalistas. A necessidade de mostrar que se está no local, a recolher em primeira mão as opiniões e informações, mesmo quando não há muito para acrescentar, é uma realidade dos tempos atuais. Acontece que, em grande parte das vezes, “o jornalista sabe tanto como o telespectador acerca dos acontecimentos em curso”. (Mesquita, 2003: 236 cit in Brandão, s/d).

Conforme salienta Brandão, “os jornalistas com o objectivo de responderem às exigências do directo que tantas vezes ocupa espaço nos telejornais, estão sujeitos a alguns perigos que ameaçam a sua própria conduta. (...) «o repórter de campo», estando sob a pressão do directo, «vive a obsessão técnica de não permitir segundos de silêncio e, quando dá por si, já está a fazer uma pergunta disparatada ao primeiro» que aparece (Marinho, 2005: 572 cit in Brandão s/d).

5 – Enquadramento Teórico

5.1 Jornalismo Televisivo Nacional e a questão da proximidade

“À medida que o mundo vai ficando mais global, também assume uma dimensão mais local.” (Abercrombie cit in Coelho: 2005: 73).

Local e global: o que são, onde se tocam e onde se distanciam estas duas dimensões da informação. Se à primeira vista estamos perante uma dicotomia, um olhar mais atento depressa desmonta este argumento. No campo dos media coexistem ambas as dimensões da informação, na medida em que vivemos num mundo cada vez mais global e sem fronteiras, muito devido ao advento das novas tecnologias e, em paralelo, um mundo mais atento ao local.

Nesta lógica, e com base no objeto de estudo do presente relatório, vamos agora centrar a nossa atenção no jornalismo regional e de proximidade, de forma a facilitar, à posteriori, ao seu enquadramento no âmbito do jornalismo nacional da SIC. Com base nesta premissa vamos procurar destrinçar binómios, tais como global vs local; distanciamento vs proximidade e objetividade vs subjectividade.

Desta feita, apresentamos, seguidamente, um balanço crítico de teorias e conceitos diretamente relacionados com o tema em análise. Assim, vamos seguir as perspetivas de autores que se debruçaram sobre esta temática, como Carlos Camponez, Pedro Coelho, Pedro Jerónimo, Peruzzo, Mathien, Ringlet, a par de outros. No quadro teórico por nós convocado neste relatório são centrais os conceitos de proximidade, jornalismo regional, jornalismo local, comunidade e correspondentes.

5.1.1 - A questão da Proximidade

O jornalismo atravessa hoje um paradigma que coloca em evidência novos e maiores desafios, nomeadamente no que concerne ao jornalismo de proximidade. Se antes era difícil trazer para o espaço mediático informações sobre regiões geograficamente distantes, hoje a realidade é outra.

Quer isto dizer que, pelos motivos que mais adiante vamos privilegiar, há um esforço em trazer as regiões para a esfera mediática e, sobretudo, um maior interesse das agendas dos órgãos de comunicação social para com informações regionais e locais. Por essa lógica de ideias, importa deixar claro, desde já, que a questão da proximidade não pode ser entendida somente na perspectiva de um tipo de jornalismo praticado pelos

órgãos de comunicação locais e regionais, dado que os órgãos de comunicação nacionais estão conscientes da importância de aproximar dos seus ecrãs os públicos mais distantes. O recente interesse de grandes oligopólios mediáticos sobre alguns títulos de expressão regional e local é grande e pode ser aferido, na ótica de Jorge Pedro Sousa¹⁹, por exemplo, pela aquisição dos jornais *Açoriano Oriental*, o mais antigo em Portugal, e *Jornal do Fundão* pela Lusomundo.

As reflexões de Carlos Camponez sobre a proximidade são valiosas para a nossa investigação. Para o autor não é só no jornalismo que tem feito um esforço de aproximação à população, mas sim um pouco em todas as áreas. “Hoje, à medida que ouvimos falar das grandes fusões entre empresas mundiais, desponta um pouco por todo o lado o desejo de encontro com o próximo: fala-se de gestão local, de políticas locais, da ligação do político aos seus eleitores, de políticas de proximidade, de mercados locais e fragmentários, renasce o interesse pelas identidades e as culturas particulares e, conseqüentemente, pelos fenómenos de comunicação local” (Camponez, 2002: 15)

O conceito de comunicação social regional tem sido estudado por diversos autores, culminando em reflexões que, no fundo, se complementam, e que indicam que a “imprensa regional e local opera por recorte de um espaço mais ou menos limitado, por seleção do tipo de informação, por uma escolha cultural e, em consequência, por identificação” (Camponez, 2002: 128).

Na asserção de Carlos Camponez, a proximidade é um dos valores centrais do jornalismo, determinante do interesse do público pelas notícias, sendo, no entanto, para o autor, “um dos mais complexos [conceitos] utilizados no campo jornalístico, tendo em conta a transversalidade a polissemia e, conseqüentemente, a opacidade com que é utilizado nos diferentes domínios de aplicação, nomeadamente empresarial, ético e socioprofissional.”

No entendimento de João Mesquita, estas expressões, tal como as utilizamos em Portugal, estão carregadas de equívocos e, por vezes, apenas pretendem esconder uma divisão subliminar de uma imprensa de primeira e uma imprensa de segunda. (Camponez: 2002: 107).

Na concepção de Sofia Santos, “a expressão imprensa regional sempre foi sonante porque sugere de imediato um leque de pequenos jornais não diários, mais

¹⁹ Sousa, Jorge Pedro (s/d). Comunicação regional e local na Europa. Ocidental Situação geral e os casos português e galego. P. 7.

vocacionados para a história quotidiana das comunidades locais do que para o país ou o mundo” (Santos, 2007: 26-27).

Nesta linha de pensamento, também Feliciano Barreiras Duarte alerta para o facto de a definição de imprensa de proximidade ser tão vasta (nos termos da Lei da imprensa, Lei nº 2/99, de 13 de janeiro), pois nela é capaz de “caber quase tudo”. (Duarte, 2005: 45)

De acordo com Mathien, “a imprensa regional desempenha um conjunto de funções entre as quais as mais determinantes serão: servir de elo da comunidade a que se dirige; constituir-se como complemento à experiência quotidiana dos seus leitores, completando-a através da informação disponível, quer sobre a realidade mais próxima, quer sobre os acontecimentos mais distantes; Reduzir a incerteza que rodeia o leitor, tentando responder às questões banais acerca das «novidades» e da atualidade; Funcionar também como «enciclopédia dos conhecimentos vulgarizados», a partir da qual o leitor, bem ou mal, adquire e alarga a sua cultura, acerca dos conhecimentos mais diversificados e superficiais; servir como um banco de dados sobre a região de influência e a imprensa regional desempenha ainda uma função de recreio e de psicoterapia social. (Camponez, 2002: 122)

Para Camponez a proximidade é “uma questão transversal no jornalismo, no esforço de comunicar conteúdos considerados pertinentes aos seus leitores e, particularmente, na definição de estratégias empresariais com o objectivo de conseguir a fidelização dos públicos” (2002: 113).

A este respeito, importa perceber quais são as linhas que diferenciam estes dois tipos de jornalismo. Em primeiro lugar, a forma de organização empresarial e a estratégia. Neste prisma, o jornalismo nacional constitui-se como aquele que está vocacionado para uma abordagem dos temas mais generalistas e destinado a um território vasto.

Por outro lado, o território é um factor diferenciador. Sobre este assunto, Camponez diz que “na realidade, o território de pertença e de identidade, ao qual a informação local parece estar ancorada, pode por si condicionar as formas de expressão de uma comunicação de massa, circunscrevendo os media locais e regionais a formas de comunicação mediatizadas a uma escala mais restrita e comunitária.” (2002: 108)

O território assume um enorme relevo nesta distinção, uma vez que a “implantação estrategicamente localizada de um título circunscreve, naturalmente, o seu âmbito de ação, quanto ao espaço geográfico de implantação, que é também o lugar de

produção e de apreensão dos acontecimentos; ao espaço de difusão privilegiada e estratégica; aos conteúdos partilhados; à informação disponível e à seleção do ou dos públicos.” (idem)

Por seu turno, João Mesquita refere que a distinção entre a imprensa nacional e regional é feita apenas por uma questão de comodidade, visto que “boa parte dos meios de comunicação social cuja sede é em Lisboa e no Porto – aqueles a que normalmente atribuímos o qualitativo de imprensa nacional – nem por isso deixam de ter um carácter eminentemente regional”, ou seja, basta ver a que região estão relacionadas as notícias para perceber que é esse o local em que está instalada a sua sede. (Mesquita cit. in Camponez, 2002, 107)

O espaço geográfico de um órgão de comunicação regional tem um papel determinante quanto à seleção de temas. Carlos Camponez ajuda-nos a distinguir a imprensa nacional e regional pela “diferenciação de territórios de uma e outra abordagem.” Outro ponto possível de diferenciação é a aplicação de conceitos de massa e de audiência, uma vez que o autor considera que o território de pertença e de identidade pode restringir os media locais e regionais a formas de comunicação mediatizadas a uma escala mais restrita e comunitária. (Camponez, 2002: 108).

Gabriel Ringlet considera que, ao inverso de outros tipos de informação, a imprensa local não se define pelo seu conteúdo mas pelo espaço geográfico. Neste contexto, a geografia assume na asserção deste autor um papel estruturante na informação local, devido a condicionalismos, desde a proximidade a um território, a um público em específico, a fontes concretas, a um todo nessa comunidade e sociedade. (Ringlet citado por Camponez, 2002: 108)

Nas palavras de Xosé López Garcia, “o local é um espaço territorial singularizado, sendo que essa singularidade se manifesta em especial no campo social” (López Garcia citado por Sousa, 2002: 3).

Ringlet reconhece que “a informação local é constituída por notícias que dizem respeito a uma área geográfica delimitada e relativamente restrita”, logo, a um tipo de informação relacionada com o modo de vida de um bairro urbano, de uma pequena cidade, de uma aldeia ou mesmo uma região específica do interior de determinado país (Ringlet citado por Camponez, 2002: 109).

No fundo, são locais onde coexistem problemas, potencialidades, onde há a partilha de uma cultura, sendo que estas características dão vida a notícias que impõem

como valor de notícia a própria região e, ainda, permitem que se fale de um tipo de jornalismo «mais humano e verdadeiramente social» (Camponez, 2002: 121).

A defesa da importância do factor geográfico é, igualmente, explorada por Paulo Ferreira: “a imprensa local e regional tem, ou deve ter, como objectivo primeiro, a recolha, tratamento e divulgação de factos noticiosos que ocorrem na sua área de implantação, seja ela concelhia, distrital ou regional” (2005: 157)

Para além do espaço geográfico, segundo Carlos Camponez, o que melhor caracteriza a imprensa regional é a territorialização dos conteúdos. Este conceito é sustentado por Juan Maciá Mercadé, na medida em que relaciona os acontecimentos com “âmbito de difusão e cobertura; a vocação discursiva ou temática e intencionalidade da publicação; o tratamento dado aos conteúdos; a percepção do jornal sobre o leitor; e a relação com as fontes de informações institucionais” (Mercadé citado por Camponez, 2002: 19 e 109). Desta forma, a territorialização assume-se um conceito de extrema importância para a explicação da comunicação social regional e local, na medida em que esta se refere sempre a um território ou área geográfica. É aquela que se vincula à realidade regional e local, à vida quotidiana da comunidade onde se insere, à vida comercial dessa comunidade, à dinamização sócio-cultural comunitária, à "necessidade de reafirmar a personalidade própria face aos outros povos" (López García, 1995: 15).

Na opinião de Mercadé, para além do factor geográfico, “teríamos de ter em conta questões como a sede territorial da publicação; o seu âmbito de difusão e cobertura; a vocação e intencionalidade da publicação; o tratamento dado aos conteúdos; a percepção do jornal sobre o leitor; e a relação com as fontes de informação institucionais.” (Mercadé cit in Camponez, 2005: 109)

É convicção de Peruzzo que a proximidade se refere a um espaço entre elos de proximidade e familiaridade, que culminam na formação de relacionamentos e laços de identidades, desde uma história em comum, até a partilha dos costumes, condições de existência e conteúdos simbólicos, e não simplesmente em decorrência de demarcações geográficas. (2005: 69). Esta opinião também é defendida por Ramirez. Para o autor “a região ou o território é sobretudo uma relação entre pessoas, um espaço de apropriação e de identificação, uma construção social permanente.” (2000: 15)

Günter Kieslich conclui que devemos entender por comunicação local tudo o que “diz respeito à maioria das pessoas e membros integrados nesse sistema local”. (citado em Camponez, 2002: 108 e 109)

Como focaliza Mercadé, “a imprensa regional tem por área privilegiada de difusão a região ou a cidade na qual se situa também a sua sede editorial. A vocação, a intencionalidade, os conteúdos e a percepção sobre o leitor são determinados pelo contexto local ou regional, sendo também as relações com as instituições e organismos locais e regionais mais directas, de carácter permanente e num grau maior de intensidade, comparativamente aos órgãos que se encontram, administrativa e politicamente, a um nível hierárquico superior.” (Mercadé cit in Camponez, 2005: 110)

A defesa desta opinião é, igualmente, explorada por Carlos Camponez, por não valorizar apenas a localização geográfica dos órgãos de comunicação que, na perspectiva do autor, sendo importante, não é decisiva. “Esta ancoragem de território/conteúdo na imprensa regional e local, e aqui pretendemos sublinhar, parece bem evidenciada na feliz expressão de Jean-Marie Launay quando afirma: «quem diz imprensa regional diz informação local.» É, de resto, nesta ligação conceptual entre a sua localização territorial e a territorialização dos seus conteúdos que a imprensa regional e local constrói a sua razão de ser, a sua especificidade e a sua força.” (Camponez, 2005: 110)

Como vimos, há vários autores que acentuam a importância da dimensão territorial, contudo há outras formas de perceber a proximidade. Yves Agnès e Jean-Michel Croissandeau, por exemplo, atribuem importância às dimensões temporais, psico-afetivas, socioprofissionais e socioculturais. Para um órgão de comunicação regional, a proximidade social quando associada à realidade geograficamente mais próxima constitui-se como “um dos fatores mais poderosos no momento de escolher notícias” ou temas para publicação (Fontcuberta, 1993: 45).

Neste contexto, Camponez reforça que “a questão da proximidade não deve ser circunscrita apenas a uma questão teórica, relacionada com a definição dos leitores alvo. A proximidade tem a ver também com as realidades sociais que nos rodeiam, os serviços de que dispomos na nossa vila ou aldeia. E essa realidade só pode ser apreendida pela imprensa local e por uma abordagem bastante segmentada dos públicos.” (2005: 119)

Na sua dimensão geográfica, explica Camponez, a proximidade pode funcionar numa lógica de criação de interesses e de fragmentação de públicos, sendo por isso explorada em estratégias comerciais que visam públicos específicos do mercado. É importante ter em mente que, no fundo, os conteúdos da comunicação regional

pretendem alcançar a fidelização do público, que conquista maior sucesso quanto mais os assuntos tratados pelo órgão forem ao encontro das necessidades do seu público.

Outras vertentes do conceito de proximidade são desenvolvidas por Orlando Raimundo. Destaca-se, por exemplo, a proximidade temporal, relacionada com o momento em que determinados acontecimentos ocorrem, tendo como finalidade situar os leitores no tempo. Esta estrutura não só o ciclo comercial das notícias, como determina a própria noção de atualidade. Na perspetiva psico-afetiva, a proximidade permite também a criação de conteúdos e modelos comunicacionais mais ou menos “intimistas”, que apelam aos apetos mais emocionais, e “integra valores como o sexo, a vida e a morte, a segurança, o dinheiro e o destino” (Camponez, 2002: 117).

Quando falamos de proximidade social, não podemos deixar de falar de interatividade, na medida em que esta está relacionada com interesses quotidianos e problemas que merecem visibilidade. “No caso das ambições interativas que se encontram por detrás dos media tratar-se-ia de fornecer mensagens que não fossem destinadas ao mero consumo de tempos vazios, mas que dissessem respeito à “própria vida” dos públicos, entendida esta “própria vida” como sua quotidianidade” (Correia, 1998: 6).

“A região acaba por se impor como um valor-notícia em si que se impõe nos critérios de elaboração das notícias, de seleção dos factos e na inspiração dos editoriais. Nesse sentido há um universo de preocupações que têm a sua vivência discursiva no campo dos media regionais e que só ganha consistência para o comum dos cidadãos nessas publicações” (Correia, 1998: 7).

A relação de proximidade que se estabelece entre o órgão regional e o seu público não tem limites geográficos. Aliás, este tipo de imprensa funciona como elo de ligação com as comunidades de emigrantes, por exemplo, que manifestam interesse face à atualidade da Região da qual são naturais. Desta forma, «proporcionar aos emigrantes portugueses no estrangeiro informação geral sobre as suas comunidades de origem, fortalecendo laços entre eles e as respetivas localidades e região» é uma função específica da imprensa regional (Estatuto da Imprensa Regional, 1988)

De acordo com Gerbaut, “o jornal local estabelece uma relação mais convival e calorosa, regida pelo dever de informar: em primeiro lugar, sobre o que está à sua volta, em segundo lugar, acerca dos acontecimentos no seu país e, finalmente, sobre o mundo, interpretando os factos à luz das vivências locais.” (Gerbaut in Camponez, 2002: 121)

Segundo Mathien, as funções da imprensa regional incidem tanto sobre os públicos próximos como dos públicos distantes, portanto, a residir dentro ou fora da dimensão social e geográfica de implantação de um jornal.

Com efeito, não obstante da sua geografia, a informação de proximidade pode, segundo Carlos Camponez, assumir vários significados, o que faz deste conceito escorregadio no âmbito do jornalismo. Por isso, importa delimitar a proximidade enquanto valor informativo, ético e deontológico.

Como vimos, a questão da proximidade não é exclusiva do jornalismo regional, frisa Camponez que “a proximidade está longe de ser apanágio da imprensa regional,”(2005: 103) Sobre este assunto, o autor refere que “a redescoberta do conceito de proximidade assumiu uma importância tanto maior, nos últimos anos, quanto a crise de leitores parecia agravar-se, constituindo-se como uma estratégia para recuperar imensas franjas de públicos que normalmente estão alheados dos grandes meios de comunicação de massa, quer pelo acesso ao seu conteúdo, quer pela possibilidade de se constituírem como sujeitos de comunicação. (2005: 114)

De igual forma, a visão de Teu Van Dijk sobre a questão da proximidade merece a nossa atenção. Nesta senda, Carlos Camponez diz que o autor quando trata dos valores-notícia, frisa que a proximidade local e ideológica é transversal aos restantes valores. Assim, a proximidade permite ao jornalismo perceber os contextos que determinam os valores-notícia e organizar os elementos valorativos, como a novidade, a atualidade, a relevância, a negatividade.

No cômputo geral, “o valor da proximidade local e ideológica dos acontecimentos jornalísticos pode inferir-se dos diferentes critérios atrás discutidos. A proximidade ideológica resulta dos critérios gerais de consonância. A proximidade local inclui a pressuposição de conhecimentos adquiridos, bem como o de relevância: sabemos mais sobre a nossa própria aldeia, cidade, país, continente, em parte pela nossa experiência directa e pelas comunicações informais das experiências de outros que, conhecemos” (idem)

Como focaliza Santos, a missão da imprensa regional é a da proximidade que, por sinal, “é facilitadora da interação dessas pessoas, que por norma são quadros médios que procuram nessas localidades respostas para aquilo a que estão habituados: o médico, o restaurante, o infantário... E todas essas respostas estão na imprensa regional”. (Santos, 2004).

Em suma, para Camponez, “parece-nos ser possível defender a ideia de que, assim como não é a proximidade geográfica que, por si, faz o media regional, também não é a comunicação de massas que, automaticamente, destrói a identidade. Pensar de outro modo, seria esquecer que, para além de construídas, estas delimitações conceptuais não são estanques. São, quando muito, marcos de referência e instrumentos de análise.” (2005: 129)

5.1.2 – Jornalistas regionais e correspondentes nacionais

O jornalismo de proximidade encerra em si alguns perigos, que podem colocar em causa princípios como a objetividade e a imparcialidade, que norteiam a atividade jornalística. No caso do jornalismo nacional, uma vez que as sedes são nas grandes cidades, no caso nacional – Lisboa e Porto -, os órgãos recorrem aos seus correspondentes espalhados pelo país para explorar histórias e temas “locais” na sua área de influência, estabelecendo uma ponte entre o local e o regional para um público nacional. Tanto para um correspondente ao serviço de um órgão de comunicação nacional, como para um jornalista de um órgão de comunicação local há perigos que merecem ser destacados.

Assim, algumas destas condicionantes são: pressões por parte das fontes e das elites locais, riscos das sanções económicas e políticas, os desafios para fazer respeitar princípios de equidade no tratamento da informação, o problema do envolvimento dos jornalistas em causas locais e regionais, que podem pôr em causa a integridade e independência profissional do jornalista.

Como sublinha Marc François Bernier, o jornalista em contextos de proximidade geográfica, está exposto a situações que o tornam vulnerável em termos de bases das normas do jornalismo. Vários autores e estudos sobre a imprensa regional e local evidenciam a natureza convivial e enviesada das práticas profissionais, bem distinta da ideia de um jornalismo “cão de guarda”. (Camponez: 39)

De acordo com Izquierdo, a relação construída entre o jornalista local e as suas fontes manifesta uma componente positiva e negativa, na medida em que assenta num tipo de relação denominada “binómio pessoal/profissional” (Izquierdo, 2010: 108). O distanciamento entre a relação pessoal e profissional pode não ser fácil de estabelecer. Por um lado, é um tipo de relacionamento fruto de uma confiança resultante do tempo e deduz-se que é uma fonte confiável, mas cuja relação pode mostrar fragilidades que podem pôr em causa a seriedade e rigor do jornalista local.

Na ótica de Izquierdo, há fontes de informação que abusam da relação de confiança, ao apresentar apenas a informação que lhes é conveniente, ou seja, “meias verdades” ou “meias mentiras” (Izquierdo, 2010: 109-111).

Não obstante, os órgãos de comunicação nacionais publicam notícias de âmbito local, apesar de não estarem próximos dos acontecimentos, de não conhecerem o local onde ocorrem e de não manterem um contacto regular com as fontes de informação do local. Estas observações levam a algumas questões. Num órgão de distribuição nacional que publica notícias locais não existe, à partida, a mesma probabilidade de se verificarem situações “comprometedoras” entre os jornalistas e as fontes porque não são próximos.

Como refere Ribeiro, a distinção entre jornalistas e jornalistas da imprensa regional foi reforçada em 1993 pela Alta Autoridade para a Comunicação Social, “reservando para estes últimos uma espécie de estatuto especial, onde o amadorismo era admitido e fazia crer que o exercício da profissão não era semelhante na imprensa nacional e na regional”. Definiu mesmo que os jornalistas regionais tivessem que solicitar um cartão de identificação, por requerimento ao Ministério da Justiça. Não obstante estas distinções entre profissionais do mesmo ofício, o certo é que ainda no início dos anos 90 o Sindicato dos Jornalistas começou a emitir carteiras profissionais para a imprensa regional, exactamente iguais para todos os jornalistas portugueses. (Ribeiro, 2010: 19)

O correspondente de uma determinada área, ao estar próximo do local da acção, tem maior conhecimento da sua área de cobertura, o que é positivo, na medida em que: Pode facilmente deslocar-se ao local; Consegue identificar rapidamente as fontes que deve contactar para obter mais informações sobre o sucedido; Tem uma maior proximidade com as fontes daquela região, sendo mais fácil contactá-las; Ao conhecer as fontes, está mais atento a tentativas de desvirtuação da informação que estas lhe fornecem; Está familiarizado com a região e, portanto, é mais provável que saiba se já aconteceram situações semelhantes e a razão por que aconteceram; Ao cobrir apenas uma determinada área, pode ter conhecimento de temas que sejam susceptíveis de terem interesse para o jornal e investigar com uma maior precisão, porque conhece melhor aquela zona.

Esta especialização dos correspondentes na sua área de intervenção pode contribuir para uma maior qualidade da informação devido à proximidade que estes têm com o local. A utilização de correspondentes tem vantagens para os jornais que estão,

sobretudo, concentrados nas grandes metrópoles. Ainda assim, existem perigos que devem ser tidos em conta pelos editores do jornal. Um correspondente nunca se desloca à redacção (se o fizer é muito raramente), o que significa que está fisicamente afastado do editor para o qual trabalha. Por este motivo, torna-se complicado para o editor aperceber-se dos métodos de trabalho do correspondente, das suas rotinas e interesses.

Como referido anteriormente, o correspondente ao estar próximo das fontes está mais exposto a desenvolver relações que comprometam a sua imparcialidade e objectividade. Por outro lado, ao ser conhecido como correspondente daquela região, algumas organizações podem tentar exercer a sua influência sobre ele para promover os seus interesses, uma vez que sabem que, ao serem bem-sucedidas, a informação irá ser distribuída a nível nacional, obtendo um maior impacto do que se fosse através dos jornais regionais.

Mário Wolf considera que o estreitamento das relações entre estes jornalistas e as fontes, que se tornam “fontes pessoais” ou “quase informadores que mantêm os repórteres actualizados”, acaba por levar a que se crie uma relação “simbiótica de obrigações recíprocas entre fonte e jornalista-especializado”, o que, simultaneamente, facilita e dificulta o trabalho (Wolf, 1987: 201). Como explica Wolf, o receio de perder uma determinada fonte conduz, a determinada altura, o jornalista “a uma dependência mais ou menos consciente, justificada pela produtividade da fonte” (idem).

Por este motivo, quando existe uma maior proximidade entre a fonte e o jornalista e uma constante utilização dessa fonte, a dependência do jornalista torna-se maior, podendo considerar-se que o poder está do lado da fonte. Os custos de perder esse contacto podem levar o jornalista, mesmo que não esteja consciente disso, a compactuar com certos interesses da fonte, pelo que, como afirma Gans “os correspondentes devem calcular com frequência os custos e as desvantagens que há em antagonizar as suas fontes com uma notícia, decidindo se a devem ou não publicar, de forma a manterem intacta a relação” (Gans in Wolf, 1987: 202).

Assim, se, por um lado, a utilização de correspondentes traz enormes vantagens para os órgãos sediados em Lisboa e no Porto, por outro o dito afastamento dessas pessoas da redacção pode fazer com que estas estabeleçam relações promíscuas com o poder político e económico das regiões em que trabalham sem que os editores e coordenadores dos órgãos se apercebam, uma vez que desconhecem a realidade daquela zona específica do país.

Christian Sauvage, num texto sobre os jornalistas locais, dedica várias páginas à identificação das especificidades do jornalista regional e local. Entre elas destacamos: 1. O jornalista local é uma pessoa preocupada com as consequências do seu comentário; 2. é pouco dado à revelação de escândalos com o intuito de preservar as suas fontes de informação com as quais contacta todos os dias; 3. é um generalista sobre as questões da sua região; 4. É uma pessoa bem enraizada na sua região, mantendo um contacto fácil com as pessoas; 5. é um narrador do quotidiano repetitivo; 6. faz um jornalismo de "notáveis", podendo ele próprio tornar-se num notável a prazo; 7. é um profissional mais sério e mais solidário com os seus colegas do que os seus congéneres da imprensa nacional. (Sauvage in Camponez, 2012: 40)

Esta questão foi também estudada pela investigadora Raquel Paiva, quando se refere ao "jornalismo comunitário", assemelhando-o a um jornalismo de trincheira, em resultado do seu compromisso com a comunidade a que está ligado. O jornalista é visto como um comunicador social, cuja função é a de "provocar a participação"

Neste quadro de pensamento, o jornalismo de proximidade pode ser encarado como um reflexo das necessidades dessa comunidade. Nesta lógica, Raquel Paiva defende que para além da abertura de uma nova área de atuação sugerida pela proposta de uma comunicação comunitária, esta pode servir de base para a discussão sobre possíveis formas alternativas de jornalismo.

No entendimento de Morais e Sousa, "o campo jornalístico é o lugar de uma lógica específica imposta aos jornalistas por meio de condicionamentos e controlos" (Bourdieu, 1997, p. 83 cit. in. Santos, 2006, p. 19). Condicionamentos que segundo os autores não só têm a ver com as pressões organizacionais dos meios de comunicação, mas sobretudo com as pressões que as fontes de informação exercem. Nas palavras de Santos, "o campo de notícia é um espaço de relações sociais em torno de um enjeu ou desafio com ganhos e perdas por parte dos agentes intervenientes" (Santos, 2006, p.17 cit in Morais e Sousa, p. 193)

5.1.3 – A legislação portuguesa em matéria de Jornalismo Regional

A legislação portuguesa tem procurado definir e redefinir imprensa regional ao longo dos anos, permanecendo, no entanto, um conceito científico difícil (Palmeiro 2002: 157).

Começamos por atender ao Estatuto da Imprensa Regional e ao Decreto-lei nº 106/88, ainda hoje em vigor quase trinta anos depois, que por um lado, procurava reconhecer o papel social da imprensa regional e, em simultâneo, estabelecer regras de relacionamento entre o Estado e este tipo de imprensa. Este começou por definir a imprensa regional como aquela a que se referem “todas as publicações periódicas de informação geral, conformes à Lei de Imprensa, que se destinem predominantemente às respetivas comunidades regionais e locais, dediquem, de forma regular, mais de metade da sua superfície redatorial a factos ou assuntos de ordem cultural, social, religiosa, económica e política a elas respeitantes. De acordo com esta mesma lei é importante que não estejam dependentes, diretamente ou por interposta pessoa, de qualquer poder político, inclusive o autárquico”

A atual Lei de Imprensa, no n.º 2 do artigo 4.º, define as publicações de âmbito regional como sendo aquelas que “pelo seu conteúdo e distribuição, se destinem predominantemente às comunidades regionais e locais”. A Lei de Imprensa de 1971 detalha que a “imprensa regional é constituída pelas publicações periódicas não diárias que tenha como principal objetivo divulgar os interesses de uma localidade, circunscrição administrativa ou grupos de circunscrição vizinhos” (Ferreira, 2005). No entanto, em 1975, já depois da revolução de 25 de Abril de 1974 e em pleno PREC3, a Lei da Imprensa acrescenta que “as publicações periódicas podem ser de expansão nacional e regional, considerando-se de expansão nacional as que são postas à venda na generalidade do território” (Ferreira, 2005). No fundo, circunscreve a imprensa regional como aquela que não era posta à venda em todo o território nacional, concluindo-se, por exclusão de partes, que aquelas que não fossem colocadas à venda na generalidade do território seriam de expansão regional.

Só nestas duas publicações, nota-se que aquilo que está na base da definição de imprensa regional é o âmbito geográfico de proximidade, o que a distingue, à partida, da imprensa dita nacional.

A importância da imprensa regional foi reconhecida pelo Estado através da publicação do Decreto-Lei n.º 106/88, de 31 de Março, que aprovou um Estatuto específico para o sector. Do preâmbulo destaca-se a relevância dada ao papel da imprensa regional como “factor de ligação com as comunidades de emigrantes e a intenção de definir de ‘forma justa e institucionalizada’ a função de apoio do Estado à imprensa regional, “para que esta – incluindo os seus trabalhadores – conheça não só as exigências sociais que sobre ela impendem, mas igualmente os direitos e as regalias que lhe são devidos”. (ERC: 2000: 118)

Para a época em causa, o Estatuto da Imprensa Regional, determinou a sedimentação de princípios importantes que integram o “código genético” daquele sector de comunicação social. Contribuiu, em primeiro lugar, para a caracterização legal do conceito de imprensa regional, alterando o paradigma que derivava da definição subjacente à Lei de Imprensa de 1975. Efectivamente, o n.º 7 do artigo 2.º da Lei de Imprensa de 1975 distinguia a imprensa regional da nacional em função da sua expansão, aferida pela cobertura da rede de vendas, como referimos. (ERC, 2010: 108)

Esta forma de definir a imprensa regional era efetivamente redutora, porque a tratava como uma espécie de resíduo da imprensa em geral mas também porque não atendia às qualidades que melhor distinguem os produtos de comunicação social, moldados em função dos seus objectivos, funções e destinatários. (ERC, 2010: 118)

Por fim, a Lei de Imprensa de 1999 define as publicações de carácter regional como as “que pelo seu conteúdo e distribuição se destinem predominantemente às comunidades regionais e locais” (Sousa, s.d).

Nesta lógica, segundo o Estatuto da Imprensa Regional, no artigo 2, esta tem como funções:

- a) Promover a informação respeitante às diversas regiões, como parte integrante da informação nacional, nas suas múltiplas facetas;
- b) Contribuir para o desenvolvimento da cultura e identidade regional;
- c) Assegurar às comunidades regionais e locais o fácil acesso à informação;
- d) Contribuir para o enriquecimento cultural e informativo das comunidades regionais e locais;
- e) Proporcionar aos emigrantes portugueses no estrangeiro informação geral sobre as suas comunidades de origem, fortalecendo os laços entre eles e as respetivas localidades e regiões;

f) Favorecer uma visão da problemática regional, integrada no todo nacional e internacional

5.1.4. - Regional, local e Comunidade

Até agora temo-nos referido à imprensa regional e local como uma só, sem distinção. No entanto, são dois termos distintos e que comportam diferenças e particularidades.

Na imprensa regional deparamo-nos com a realidade de grupos empresariais, com uma estrutura sólida quer a nível de mão-de-obra especializada, com jornalistas profissionais, quer a nível de estruturas e recursos financeiros. Pelo contrário, a imprensa local diferencia-se por estes mesmos aspectos, ou seja, são os mensários ou semanários das freguesias e das pequenas localidades. São os pequenos títulos, cuja propriedade é de associações culturais, juntas de freguesia, fábricas e da Igreja, com recursos limitados.

Elencamos, agora, quatro conceitos basilares, intimamente relacionados com os órgãos e proximidade: regional, local, comunitário e vizinhança.

Segundo Diniz, dentro de um jornal regional “de circulação localizada e noticiário concentrado no registro dos factos dos municípios de uma região” cabe também a ideia de local “tiragem e linha editorial circunscrita a uma cidade específica” e a de comunicação comunitária “concentrada no interesse dos cidadãos e problemáticas sociais, de um lugar específico” (Diniz, 2008: 5).

Porém, estabelecer a fronteira entre cada um dos termos não é fácil, uma vez que acabam por se interconectar. Como sublinha Peruzzo, “não se trata apenas de fronteiras territoriais ou geográficas, mas da inclusão de territórios de outros tipos, como os de base cultural, ideológica, de idioma, de circulação da informação, etc.” (Peruzzo, 2003: 67-68).

O jornalismo local está sujeito a uma área mais restrita que a do jornalismo regional, uma vez que o primeiro centra a sua atenção numa cidade ou zona, num município ou localidade no meio rural e o segundo, por seu turno, foca-se na espacialidade mais ampla, ou seja, a própria região. Todavia, como refere Peruzzo, estes termos só podem ser compreendidos “na relação um com o outro, ou deles com outras dimensões espaciais, como o nacional e o global” (Peruzzo, 2003: 68). O mesmo autor refere que “os acontecimentos dizem respeito mais diretamente à vida das pessoas daquela localidade. Ou seja, embora as demarcações geográficas não sejam

determinantes, em alguns casos elas são importantes na configuração do local, já que podem significar uma fonte de significados em comum para um determinado contingente de pessoas, expresso na língua e dialetos, nas raízes históricas, nos costumes e valores culturais, nos aspetos geográficos e de clima, nas crenças religiosas, nos meios usados para a comunicação (...)" (Peruzzo, 2003: 68).

Como observa Joana Martins, "é nos títulos de índole local que o leitor encontra a partilha das suas preocupações mais imediatas e que ele próprio ganha voz. É nesta imprensa de especificidade que o público lê a entrevista do presidente da sua Junta de Freguesia, encontra o resultado do jogo de futebol da equipa da sua vila e se inteira do que tem a dizer o vizinho do lado. A região é-lhe explicada e especificada no dia-a-dia, de acordo com as rotinas e preocupações dos seus habitantes, daqueles que com ele dividem o mesmo espaço geográfico» (Martins, 2008: 7).

De igual forma, importa relacionar e distinguir os termos local e comunitário. A comunidade insere-se num espaço local e o local é um termo mais amplo e diversificado, por outro, é na comunidade que se criam vínculos sociais mais estreitos. É na comunidade que se formam "laços mais fortes de identidades entre as pessoas, os sentimentos de cooperação e de pertença são mais imensos; há participação ativa e mais interação entre os membros de uma comunidade do que no espaço local. Enfim, numa comunidade há uma conjugação de interesses em comum, o que não necessariamente acontece num espaço local" (Peruzzo, 2003: 69-70).

Como sublinha Jorge Pedro Sousa, "a comunicação social regional e local estabelece-se numa comunidade, rural ou urbana, porque se desenvolve entre pessoas em interação próxima, aglutinada em grupos familiares, que partilham valores, modos de vida, interesses e língua comuns, ou seja, partilham uma cultura comum, e têm raízes na mesma terra. A comunidade de que aqui se fala é telúrica. O seu referente é a terra, o território, mesmo quando as pessoas dele se afastam fisicamente, como acontece quando surgem fenómenos de migração e emigração." (Sousa, 2002: 4)

De acordo com Peruzzo, o que verdadeiramente distingue os meios de comunicação local e comunitário é o tipo de conteúdos tratados e transmitidos. O local ocupa-se de assuntos e informações de proximidade mais gerais, enquanto que o comunitário procura ir na direção da cidadania, da mobilização social, da educação dos leitores, da amplitude da prestação de serviços e formação da identidade. "A tendência maior é que a mídia local se ocupa de assuntos mais gerais (das vias públicas, tragédias, violência urbana, tráfico de droga, política local, serviços públicos, problemas da

cidade, culinária regional, etc.), enquanto os meios comunitários trabalham principalmente com pautas de interesse mais específico de segmentos sociais (assuntos dos bairros, do trabalho, dos movimentos sociais, questões de violência esclarecimentos quanto aos perigos relacionados às drogas e outras problemáticas de segmentos sociais excluídos) (Peruzzo citada por Dornelles, 2008: 163-164).

Dornelles, por seu turno, refere que os jornais locais “passaram a divulgar assuntos específicos das comunidades, de movimentos coletivos e de segmentos populacionais ou de interesse público, que normalmente não encontram espaço na media convencional; a ter como principal motivação o desenvolvimento comunitário como forma de ampliar o exercício dos direitos e deveres de cidadania; os conteúdos dizem respeito às necessidades, problemáticas, artes; cultura e outros temas de interesse local (...)” (Dornelles, 2008: 167).

É convicção de López García que o território comunitário é menos abrangente no espaço local, porém mais abrangente no espaço regional. O espaço regional abarca várias comunidades locais interligadas, enquanto a comunidade local se restringe a ela mesma, sendo a sua célula básica a família. O local é o espaço social a seguir à família (1995: 15).

Assim, comunitário é o termo que se aplica ao jornalismo que coloca o cidadão, o protagonista das histórias que ocorrem no quotidiano, em primeiro lugar. Para Barreiras a imprensa regional tem “uma capacidade de gerar informação mais útil e com impacto mais imediato no dia-a-dia das populações” (Barreiras, 2005: 14).

Quando um órgão de comunicação social se afirma de “proximidade” estabelece um compromisso com uma determinada região, trazendo até si a responsabilidade de honrar compromissos com as pessoas da região. Para Moragas, “entre os meios de comunicação social de proximidade e os destinatários há um conjunto de experiências compartilhadas e isso surge refletido nos conteúdos impressos ou emitidos”. (2000: 27)

Como sublinha Camponez “essa proximidade da comunidade de lugar, criada na partilha de valores e de um território é também geradora de formas comunicacionais características de que a imprensa regional e local é um exemplo. E isso faz a diferença entre o órgão de comunicação “da terra” e os outros: os de outras regiões, os nacionais, os de além fronteiras” (Camponez, 2002: 20).

A comunicação social regional e local tem também uma importante função de produção simbólica comunitária. De facto, este papel é o que mais contribui para a integração, socialização e aculturação dos membros da comunidade, pois agudiza o sentimento de

pertença (Correia, 1988: 158 cit in Jorge Pedro Sousa, s/d) e permite ver o "outro de fora" como genericamente diferente, enquanto o "outro daqui" como genericamente semelhante (Camponez, 2002: 69 cit in Jorge Pedro Sousa, s/d).

De acordo com Van Dijk, “a proximidade ideológica resulta dos critérios gerais de consonância”, enquanto que a “a proximidade local inclui a pressuposição de conhecimentos adquiridos, bem como a relevância: Sabemos mais sobre a nossa própria aldeia, cidade, país, continente, em parte pela nossa experiência direta e pelas comunicações informais das experiências de outros que conhecemos”. Por isso, continua o autor, “os acontecimentos que nos são mais próximos são melhor compreendidos”, pelo que também “proporcionam melhores temas de histórias para contar na conversação quotidiana” (Dijk, 1990: 180). A posição de van Dijk acaba por ser reforçada por Natalício Norberto quando este diz que “também o leitor prefere ter conhecimento de um facto pequeno, mas próximo, do que outro, mais importante, porém, ocorrido a quilómetros de distância” (Norberto citado por Fernandes, s/d: 6).

Para além do conceito de comunidade, Sousa destaca o de vizinhança, que pressupõe uma proximidade física e mental, sendo que esta última assume uma preponderância maior quando ocorrem fenómenos de migração e emigração. (Sousa, 2002: 5)

5.1.5 - Televisões de proximidade

De acordo com Dora Mota, em Portugal verificam-se duas fórmulas de televisão regional: os canais autónomos da RTP Madeira e Açores e os centros regionais da mesma estação pública, classificados como descentralização de um canal nacional (Moragas Spà & Garitaonandía, 1995 cit in Mota, 118).

No caso das regiões autónomas portuguesas, Açores e Madeira, temos o caso de televisões de proximidade, refiro-me à RTP Madeira e RTP Açores, que começaram as suas emissões a 6 de Agosto de 1972 e 10 Agosto de 1975, respectivamente, e têm autonomia organizativa, financeira e de programação.

Na asserção de Coelho, “a televisão de proximidade é, como vimos, a televisão posta ao serviço da comunidade, a televisão cúmplice do processo de desenvolvimento dessa comunidade, que produz e emite conteúdos de proximidade”. Para o autor são “os centros regionais que dependem de uma estação central, e que emitem entre 15 a 30 minutos de produção própria, normalmente noticiários, para as regiões, produzindo ao mesmo tempo, conteúdos para a casa-mãe”. (Coelho, 2005: 170) Como estação de

Serviço Público, a RTP cultiva esta relação de maior proximidade com as regiões, uma vez que tem esta responsabilidade em criar espaços para informação regional e local e contribuir para o desenvolvimento das várias regiões no país. Ainda na lógica dos princípios, a televisão de serviço público deve produzir programas que sirvam todos os públicos, inclusive os interesses específicos de públicos regionais (...). (Coelho: 2005: 105)

De acordo com os Estatutos da RTP²⁰, (aprovados pela lei n.º 39/2014, de 9 de julho que alterou a lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro Publicado no D.R. n.º 130 (Série I), de 9 de julho de 2014) no capítulo I – Denominação, sede, duração e objeto, no Artigo 2º referente a “sede, representações e duração” pode ler-se que “a sociedade tem um centro regional em cada região autónoma, com a capacidade e autonomia necessárias para a produção e/ou difusão de programas, dentro dos respetivos limites orçamentais, dispondo também de competências para a prática de atos de gestão corrente, de acordo com as regras definidas para a sociedade.”

Segue-se, agora, uma breve abordagem sobre a Lei da Televisão. Desta forma, destacamos, por exemplo, alguns artigos que servem melhor a análise a que o presente relatório se pressupõe.

No artigo 7.º referente a Áreas de cobertura ficamos a saber que “os serviços de programas televisivos podem ter cobertura de âmbito internacional, nacional, regional ou local consoante se destinem a abranger, respectivamente: a) De forma predominante o território de outros países; b) A generalidade do território nacional, incluindo as Regiões Autónomas; c) Um distrito ou um conjunto de distritos contíguos ou uma área metropolitana, no continente, ou um conjunto de ilhas, nas Regiões Autónomas; d) Um município ou um conjunto de municípios contíguos e eventuais áreas limítrofes, de acordo com as exigências técnicas à necessária cobertura daqueles, no continente, ou uma ilha com vários municípios, nas Regiões Autónomas.”

Na secção II do documento - Obrigações dos operadores – no artigo 34.º referente a obrigações gerais dos operadores pode ler-se que “constituem obrigações dos serviços de programas televisivos generalistas de âmbito regional ou local: a) Alargar a programação televisiva a conteúdos de índole regional ou local; b) Difundir

²⁰ <http://media.rtp.pt/empresa/wpcontent/uploads/sites/31/2015/07/estatutosRTP-1.pdf>

informações com particular interesse para o âmbito geográfico da audiência; c) Promover os valores característicos das culturas regionais ou locais”.

Relativamente ao artigo 52.º - Concessão de serviço público de televisão – esta pressupõe: “a) Um serviço de programas generalista distribuído em simultâneo em todo o território nacional, incluindo as Regiões Autónomas, com o objectivo de satisfazer as necessidades formativas, informativas, culturais e recreativas do grande público; b) Um segundo serviço de programas generalista distribuído em simultâneo em todo o território nacional, incluindo as Regiões Autónomas, aberto à participação da sociedade civil e com o objectivo de satisfazer as necessidades informativas, recreativas e, em especial, educativas, formativas e culturais dos diversos segmentos do público, incluindo as minorias; c) Dois serviços de programas televisivos especialmente destinados, respectivamente, à Região Autónoma dos Açores e à Região Autónoma da Madeira”.

Por fim, o artigo 56.º - Serviços de programas televisivos de âmbito regional – “os serviços de programas televisivos especialmente destinados às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira devem atender às respectivas realidades sociais, culturais e geográficas dos arquipélagos e valorizar a produção regional. 2 - Os serviços de programas televisivos de âmbito regional devem ceder tempo de emissão à Administração Pública, incluindo a administração regional autónoma, com vista à divulgação de informações de interesse geral, nomeadamente em matéria de saúde e segurança pública. 3 - A concessionária do serviço público de televisão e os Governos Regionais dos Açores e da Madeira podem estabelecer acordos específicos que prevejam o financiamento de obrigações complementares específicas do serviço público de televisão, como tal definidas pelas respectivas Assembleias Legislativas”.

Finda esta explicação, centramos agora a nossa atenção na asserção de Dora Mota sobre as televisão de proximidade em território nacional. De acordo com a autora, surgiram dois canais de índole regional que, porém, não correspondeu a uma pulsão regional. Mas antes participados pela então Portugal Telecom e dirigiam-se aos públicos de Lisboa e Porto. O Canal de Notícias de Lisboa (CNL) emitiu pela primeira vez a 15 de Setembro de 1999, mas acabou por ser vendido no ano seguinte ao grupo Impresa, que o substituiu pela SIC Notícias. “O (CNL), produzido pela empresa Lisboa TV, foi o segundo canal temático português a surgir, depois da Sport TV22. A sua promoção gerou expectativas cedo defraudadas. O elenco de nomes conhecidos e conceituados de

outras andanças televisivas e uma redacção muito jovem, praticamente sem experiência de televisão, não se impôs nas audiências” (Mota: 124)

Apesar do fracasso em Lisboa, arrancava no Porto, a 15 de Outubro de 2001, a NTV, participada a 25% pela RTP. As emissões regulares arrancaram em Novembro de 2002. Mais tarde o canal foi adquirido na totalidade pela RTP, passando a ser a RTP-N, “sem o aval da entidade reguladora, que censurou a transferência de uma obrigação do serviço público – a cobertura regional – para um canal de sinal fechado”, explica Mota. “Além do grafismo moderno e da equipa muito jovem – cuja imagem foi usada na promoção do canal em vários suportes (incluindo o exterior dos autocarros da cidade do Porto) – a NTV (entendendo-se o N como inicial de Norte) apostou fortemente na formação multimédia dos seus jornalistas”. (Mota: 125)

O avanço tecnológico é uma das principais razões que leva autores como Pedro Coelho a afirmar que este processo tecnológico “veio alterar o conteúdo original dos conceitos” não podendo assim “restringir a classificação das televisões à geografia, porque o satélite e o cabo destruíram as barreiras geográficas”. (Coelho: 2005)

A situação económica da maioria das regiões do país é uma das razões pelas quais ainda há um fraco investimento no que toca a implementação das televisões regionais. Para Coelho (2005: 172), “Portugal tem encarado o investimento na televisão de proximidade como um luxo”. Porém, há que ter em consideração que muitas das pessoas que vivem nessas comunidades distantes vêm nesses meios de comunicação uma forma de se afirmarem e de estarem realmente próximo daquilo que lhes é próximo.

Aguilar afirma que “cada região deve ter uma televisão à sua medida, que se adapte não só à sua cultura, mas também à estrutura económica” (1999: 40). Não pode existir uma televisão regional onde não há uma relação com a própria comunidade, ou seja, não há televisão regional sem que haja uma proximidade com a região em causa, devendo então os media procurarem manter um alço forte de proximidade com a comunidade em causa. Como refere Musso, “é a região quem faz os media, não são os media que fazem a região, ainda que estes tenham a capacidade para as engradecer e transformar” (1999: 40).

Como vimos anteriormente, há uma diferença entre a informação regional e a local. Neste capítulo das televisões regionais, recorreremos a autores que defendem que há também diferenças entre as televisões regionais e locais. Coelho afirma que umas das principais características que sustentam esta teoria é que as televisões locais são, na sua

maior parte, projetos menos profissionalizados, com equipamento de maior qualidade cuja missão e empenho tem mais a ver com a assunção do papel de montra da actividade cultural do concelho do que com objectivos sociais, políticos ou económicos mais estruturados que, em tese definem as televisões regionais. (2005: 178).

Quem também defende uma diferenciação entre as televisões regionais e locais é Vacas que formulou três critérios de diferenciação entre estes dois meios: área de difusão, propriedade e origem. O autor defende que as televisões locais emitem para um município, as regionais para uma região, ambas são públicas ou privadas, embora o sector público seja o motor da maior parte das regionais. Originalmente, as televisões locais arrancaram muito ligadas à comunidade, as regionais resultaram, sobretudo, da descentralização dos canais públicos nacionais. (1999: 34).

Assumindo que a televisão de proximidade tem um papel social no seio da sociedade à qual está inserida, podemos afirmar que é esta função social que lhe define como próximo. Deste modo, servirá melhor essa comunidade, quanto mais próximo desta forem os conteúdos emitidos.

Nesta lógica de ideias, vamos adiante averiguar qual a posição da SIC face às regiões, nomeadamente se a emissão de conteúdos regionais e locais nos espaços informativos que não são exclusivamente dedicado às regiões, acontece ou não, no caso particular dos Açores e Madeira.

Esta proximidade proveniente das televisões regionais e locais para além de dar a conhecer uma determinada região ou localidade, incentiva o desenvolvimento das mesmas, uma vez que permite levar a opinião dos cidadãos a instâncias superiores, tornando-os assim capazes de intervir e participar na sociedade e opinião pública. Uma televisão que preste este tipo de serviço a uma dada comunidade está a contribuir para a sua afirmação, ao mesmo tempo que reforça laços de uma identidade comum, para preservar as culturas e as tradições das populações e explicar o que se passa dentro daquela comunidade.

Apesar das características da televisão de proximidade assentarem nas raízes populares das regiões, Coelho (2005: 184) afirma que estas não a transformam numa “televisão folclórica”, no sentido em que embora os conteúdos de proximidade recuperados das tradições locais possam ser norteados pela lógica do entretenimento e mostrem uma visão folclórica da realidade, a televisão deve ultrapassar essa tendência, introduzindo conteúdos que, respeitando a tradição, não tratem em exclusivo esse seu lado mais popular.

Francisco Rui Cádima refere que “a questão dos localismos, da dualidade global vs local e, em particular, da televisão regional e local, ganhou, nestes finais dos anos 90, uma outra atualidade em Portugal, mercê, fundamentalmente, de algumas experiências-piratas e também mercê da discussão política em torno da regionalização.” (Cádima, 1998: 223)

Desde os anos 80 que as televisões regionais têm tido um percurso com sobressaltos, refere Pedro Coelho. “Nos últimos anos, assistimos, por isso mesmo, ao aparecimento e desaparecimento de experiências frágeis, concretizadas por curiosos e voluntários de que os poderes locais se tornaram, nalguns casos, cúmplices, num primeiro momento, mas de que se divorciaram quando estes projetos se apresentaram sinais de desagregação”. (Coelho, 2005: 192). Para Coelho “a televisão posta ao serviço da comunidade, a televisão cúmplice do processo de desenvolvimento dessa comunidade, que produz e emite conteúdos de proximidade.” (Coelho, 2005: 170)

Para Fidalgo, o instrumento social, cultural e económico de altíssimo valor em que a televisão de proximidade pode transformar-se quando posta ao serviço da região, basta que seja entendida como uma actividade económica e empresarial cada vez mais importante com consequências enormes no desenvolvimento regional. O autor revela que há uma passividade habitual que normalmente caracteriza as regiões menos desenvolvidas do país, diz o autor que estas são “meras receptoras de imagens que as regiões mais ricas lhes enviam” (2000: 102). Desta forma podemos dizer, que por estas estarem um pouco dependentes das regiões mais ricas, acabam por não permitir que haja um desenvolvimento da região.

O professor Merayo afirma que as televisões que emitem a partir de Lisboa “têm uma visão metropolitana do país, reservando os acontecimentos locais para segundo plano, a não ser que sejam tragédias”. O que aqui é referido é o facto de as televisões se concentrarem nas grandes regiões do país e deixarem à parte as regiões mais distantes, falando nelas somente quando acontece algo que esteja fora do normal. Defende ainda que há essa necessidade de criar televisões de proximidade, mas com verdadeiro foco no regional e no local, emitindo conteúdos que normalmente são omissos pelos canais nacionais.

Mais recentemente, há um desabrochar de novos projetos de televisões regionais e locais, por exemplo, a Tomar TV²¹, em Tomar, a SMTV²², em São Miguel, Açores, ou TV Amadora²³, na Amadora.

5.1.6 - Globalização e Local

A internet e, em particular, as redes sociais vieram trazer ao jornalismo novos focos de atenção, novas formas de difusão de informação, contudo a informação local não deixou de ter um papel crucial no seio jornalístico. Quando falamos de global e local, não nos estamos a referir a dois extremos que se opõem, mas que interagem entre si. Conforme diz Camponez (2002), “o local é o lugar de compromissos comunicativos, que tanto podem direcionar-se para as denominadas de lugar como para as lógicas globais mais desterritorializadas”.

Atualmente, observa-se, em simultâneo, ao nível da comunicação e informação, a uma revalorização do local, o que origina uma disputa de atenção entre as informações globais e as locais. Metaforicamente pode-se afirmar que da "aldeia global" de McLuhan emerge a "nossa aldeia" (Camponez, 2002: 70). Tal como referiu McLuhan, os meios de comunicação de âmbito local (tal como os media em geral) funcionam como uma espécie de próteses/extensões identitárias.

A noção de glocalização nasceu, precisamente, para fundir dois conceitos aparentemente contraditórios, que tão depressa são locais como globais. (Cascais: 2001)

Joseph Stiglitz serve-se de algumas palavras que refletem a essência do modelo glocal: “o mundo é um sítio complicado. Cada grupo na sociedade foca-se na parte da realidade que mais o afecta”. Se, por um lado, com a globalização se assiste a uma certa standardização da cultura e de outras manifestações e realidades sociais, por outro, passa-se a gerar o movimento contrário. Do caos global do mundo globalizado, emerge o fator identidade local. (2002: 217)

Porém, este processo de globalização pode ser contraditório, como refere Morley e Robins (1995), pois, “à medida que os territórios sofrem transformações, o mesmo acontece aos espaços de identidade. As culturas e identidades nacionais tornam-se mais

²¹ <http://tomartv.com/>

²² <http://www.saomigueltv.com/>

²³ <http://www.tvamadora.com/>

problemáticas” (1995: 108), ao mesmo tempo há um reforço na informação de proximidade que a passo e passo vêm conquistando um espaço na comunicação social e como referem os autores acima citados estes vêm “afirmando-se, agora, como pólos de identidade, comunidade e continuidade” (idem).

Por seu turno, Spá acrescenta que “a nova sociedade da informação não é uma sociedade transnacional mas antes, mais exactamente, uma sociedade ao mesmo tempo ‘local’, e ‘global’”. (citado por Cádima, 1999: 13) Hall, já em 1998, reconhecia a importância da homogeneização e do encanto pela diferença: “A globalização, na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao contrário de pensar no global como substituto do local”, torna-se mais relevante “pensar numa nova articulação entre global e local”. (citado por Vieira, 2009: 65).

Para Coelho (2005: 116), nesta era da globalização o local e o regional não terão a dimensão refundadora que a ilusão de análises simplistas poderia querer atribuir-lhes, mas não deixa de ser curioso que, ao mesmo tempo que o mundo se torna único, o próximo e a tradição tenham conquistado um outro peso, assumindo, inclusive, a dimensão romântica de refúgios onde aqueles que tentam romper a lógica global parecem querer abrigar-se”. Assim, de acordo com Peruzzo (2002) a globalização não aniquila as regionalidades, mas antes contribui para a sua revalorização.

Tal como afirma Carlos Camponez, “seremos, então, levados a compreender que o local e o global não são extremos que se opõem, mas espaços que interagem, ainda que de forma desequilibrada. (...) O local é o lugar de compromissos comunicativos, que tanto podem direccionar-se para as denominadas de lugar como para as lógicas globais mais desterritorializadas” (Camponez: 2002).

Nesta lógica, Coelho refere que os meios de comunicação social de proximidade podem ser encarados como espaços alternativos de comunicação, “onde, em tese, se poderiam refugiar todos os que acreditam no pensamento e na razão” e que, por isso “elegem a discussão e o debate como instrumentos essenciais para se chegar ao consenso. (Coelho: 2005: 154)

João carlos correia (1998: 156) afirma, por sua vez, que os meios de comunicação social de proximidade podem transformar-se no elemento estruturador desse espaço público regional. Não obstante, Pedro Coelho deixa o alerta que (2005: 154 e 155), para que tal aconteça, é preciso que uma “opinião pública crítica e participativa”, e meios de comunicação social de proximidade que não se limitem a “denunciar os problemas que

afectam a comunidade”, mas que se envolvam também no “esforço colectivo de promoverem o debate”.

Pedro Coelho vaticina que “enquanto o jornalismo regional em Portugal continuar refém de um conjunto de marcas negativas que o tornam anacrónico, pesado e ineficaz, dificilmente poderá afirmar-se como pilar do espaço público”. (Coelho, 2005: 161)

De acordo com Coelho (2005:186), “o fenómeno da globalização aproxima os lugares e fragiliza as fronteiras e as identidades, e torna mais premente ainda a existência destes microcanais de televisão que apostam e reforçam as marcas da diferença”. Refere ainda a complementaridade que a globalização permite entre o global e o local e a “necessidade de o local reforçar a sua marca num mundo cada vez mais global”. (idem)

É deste modo que Vacas (1999: 142) afirma que a progressiva tendência para a informação de proximidade em todos os media assegura um espaço para a televisão regional no futuro próximo, mas só para os projetos seriamente estruturados, ajustados à realidade local, planificados economicamente e que valorizem realmente a identidade da região.

“À televisão é reconhecido o poder de, inclusive, criar novas comunidades quando integra, pela recepção conjunta de um determinado programa, grupos dispersos. A todos é dado o mesmo conteúdo televisivo, tornando-se assim a televisão, como reconhece Joshua Meyrowitz, “a base de experiências comuns e interações.” A cobertura de acontecimentos mediáticos, tendo em capacidade de criar audiências planetárias, pode criar uma comunidade que, no limite, toca todos os lugares do mundo. Que outro meio permite esta experiência conjunta, este assistir, em direto, ao mesmo acontecimento. Mesmo não estando fisicamente ligados, os membros desta imensa comunidade são recetores da mesma mensagem, ainda que os respectivos quadros de referência suscitem decodificações diferentes.” (Coelho, 2005:104)

Esmiuçar o que são órgãos de informação de proximidade, não é tarefa fácil. Especialmente, e como avança Ribeiro “numa altura em que as comunicações são mais globais a cada dia que passa. Neste cenário, para além da ligação territorial, a afinidade cultural ou a comunhão de interesses tornam-se factores cada vez mais importantes.” (Ribeiro, 2006)

Para Camponez, “o papel estratégico da proximidade leva a que alguns considerem a Imprensa Regional como a Imprensa do século XXI. A ideia é sustentada

na tese de estarmos hoje perante um campo da comunicação virado do avesso: quanto mais fácil é tomarmos conhecimento dos acontecimentos longínquos, mais nos distanciamos da realidade mais próxima.” (Camponez: 2002).

Mar de Fontcuberta enfatiza que deve entender-se por vizinhança não só a geográfica mas também a psicológica e social. A proximidade não é somente o que se passa fisicamente perto de nós, como também aquilo com que nos identificamos socialmente ou psicologicamente. Pode-se, assim, falar de proximidade quando um espectador dos Açores vê uma notícia sobre a Madeira com a qual se identifica, mesmo que esteja afastado pela geografia.

“Na era da «aldeia planetária», as pessoas contentam-se com um verniz de conhecimento sobre o que se passa de importante no mundo, mas querem estar ao corrente dos mais pormenores do que se passou na rua e na aldeia ao lado”. (Nobre-Correia, 2000:34)

5.1.7 - A implementação da informação local em Portugal

Segundo um estudo apresentado pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social, “a imprensa local e regional, não obstante desempenhar um importante papel no sistema mediático português, enfrenta enormes problemas, entre os quais, o escasso investimento publicitário e outras fontes de receitas (sobretudo em áreas geográficas económica e empresarialmente pouco consolidadas)”. Ainda aponta o reduzido índice de leitura nas zonas do interior, a diminuição do número de assinantes, as dificuldades na distribuição, e, conseqüentemente, o seu impacto diminuto na vida política, económica, social e cultural, a nível nacional, ao contrário do que sucede nas respectivas zonas de circulação, onde o seu impacto é significativo (ERC: 2010).

Como refere o ponto 1, do artigo 6º do Estatuto da Imprensa Regional²⁴, “para além dos jornalistas profissionais que exerçam as suas funções em publicações da imprensa regional, são ainda considerados jornalistas da imprensa regional os indivíduos que exerçam, de forma efectiva e permanente, ainda que não remunerada, as funções de director, subdirector, chefe de redacção, coordenador de redacção, redactor ou repórter fotográfico das publicações referidas no artigo 1º do presente Estatuto”.

²⁴ <http://www.bocc.ubi.pt/pag/estado-portugues-estatuto-imprensa-regional.pdf>

De acordo com Azeredo Lopes, a imprensa regional desempenha “um papel notável de reforço de um conceito rico de cidadania. Cultiva a proximidade, é útil para quem a lê, estimula ou, pelo menos, conserva, laços identitários, culturais e históricos da maior importância. Acarinha o particular, numa altura em que só se prega o global. Cultiva a língua portuguesa, num plano cada vez mais raro na Imprensa em geral” (ERC, 2010: 18).

Nesta lógica, vamos ainda atender às considerações de Pedro Jerónimo²⁵. O autor afirma que “quando falamos em ciberjornalismo de proximidade, referimo-nos à prática de um jornalismo de proximidade, comprometido com um determinado território e a sua comunidade e que usa o ciberespaço para recolher, editar e sobretudo disseminar informação noticiosa. (2012: 81)

No caso português, o mesmo autor refere que os estudos mais recentes revelam que os jornais regionais não estão a aproveitar as potencialidades da internet, o que leva o autor a afirmar que no nosso país a prática do ciberjornalismo por parte da imprensa regional é ainda residual. E que quando existe é, sobretudo, shovelware, a chamada transposição de conteúdos.

5.1.8 – Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira: Breve caracterização e história da comunicação social

Entende-se Região Autónoma como sendo uma parcela do território nacional que, pelas suas características específicas, foi dotada de um estatuto político-administrativo e de órgãos de governo próprios. Assim, a região Autónoma dos Açores e da Madeira possuem uma assembleia legislativa e um Governo regional e são desde 1976 regiões autónomas integradas na República Portuguesa

As Regiões Autónomas são constituídas pelos arquipélagos dos Açores, com nove ilhas divididas em três grupos – Oriental, Central e Oriental, e da Madeira, com quatro ilhas – Madeira, Porto Santo, Desertas e Selvagens. As regiões representam 3,6% da superfície do território nacional, ou seja 3.134 km² dos 92.145 km² do todo nacional,

²⁵ Jerónimo, Pedro. (2012). Origens e evolução do ciberjornalismo de proximidade em Portugal: O caso da imprensa regional. *Ágora – Jornalismo de Proximidade*, 81 – 86.

e 4,6% da população portuguesa, ou seja 492.773 dos 10.637.713 habitantes que formam Portugal no seu conjunto, de acordo com os Censos de 2011²⁶.

A Região Autónoma da Madeira tem, segundo os censos de 2011, 267 785 habitantes, ao passo que a Região Autónoma dos Açores tem 246 746, uma diferença na ordem dos vinte mil habitantes.

Encontrar bibliografia relacionada com a cobertura noticiosa das regiões supramencionadas no jornalismo nacional revelou-se uma barreira à nossa investigação. Refiro-me, em particular, ao Anuário da Comunicação 2015-2016 da Obercom, que não abrange estes territórios na sua análise. Desta forma, revela-se, assim, necessário procedermos a uma sumária caracterização da comunicação social regional.

No caso dos Açores, os principais jornais são o “Açoriano Oriental²⁷”, o “Correio dos Açores²⁸”, o “Diário dos Açores”, sediados em São Miguel, o “Diário Insular²⁹” na Terceira, e o “Tribuna das Ilhas” no Faial.

Na Região Autónoma da Madeira, os principais títulos são o “Diário de Notícias³⁰”, que é o de maior tiragem, seguindo-se o “Jornal da Madeira³¹”. O “Tribuna da Madeira” e o “Notícias da Madeira” são semanários.

Os órgãos com mais expressão são o “Açoriano Oriental” e o “Diário de Notícias Madeira”, que pertencem ao mesmo grupo de comunicação social. Assim, segundo dados da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação referentes ao 1º e 2º bimestre de 2017, quando colocados em comparação, verificamos que é o DN Madeira o que tem maior circulação.

²⁶

http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554

²⁷ <http://www.acorianooriental.pt/>

²⁸ <https://www.correiodosacores.info/>

²⁹ <http://www.diarioinsular.pt/>

³⁰ <http://www.dnoticias.pt/>

³¹ <https://www.jm-madeira.pt/>

Jornal	1º bimestre		2º bimestre	
	Açoriano Oriental	4651	2902	4593
Diário de Notícias Madeira	10. 695	10. 130	10. 446	9961

2- Dados da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação

O “Diário de Notícias Madeira” está ligado aos grupos Blandy e Global Media Group, que detem ainda o “Diário de Notícias de Lisboa”, do “Jornal de Notícias” e o “Açoriano Oriental”. O “Jornal da Madeira” pertence ao Governo Regional, sendo que o executivo de Miguel Albuquerque está a vender o jornal como compromisso eleitoral devido às críticas da oposição que acusavam o jornal de ser monopolizado por Alberto João Jardim. O “Notícias da Madeira” está ligado a um grupo familiar, a Controlmedia, que também é proprietário de uma série de estações de rádio locais, enquanto o “Tribuna da Madeira” pertence a um grupo industrial.

O “Açoriano Oriental” é o título do mais antigo jornal português e um dos dez mais antigos de todo o mundo em publicação contínua e regular com o mesmo nome, o que foi reconhecido pelo Estado ao conceder-lhe em 1989 o título de Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique.

O “Açoriano Oriental” foi fundado a 18 de abril de 1835, sendo o seu fundador Manuel António de Vasconcelos. A maioria do capital é detido pelo Global Media Group. O “Tribuna das Ilhas” foi fundado a 19 de Abril de 2002, o “Correio dos Açores” foi fundado por José Bruno Tavares Carreiro em Maio de 1920. Por sua vez, o “Diário Insular” pertence à Sociedade Terceirense de Publicidade e foi fundado a 1946. Tanto na Madeira como nos Açores, a RTP Açores e Madeira é o único canal televisivo regional. A RTP começou a transmitir para as regiões autónomas na década de 70 do século XX, nomeadamente em 6 de Agosto de 1972, para a Madeira e em 10 de Agosto de 1975, para os Açores. No caso das rádios, para além da RDP Açores e Madeira, há várias rádios de iniciativa privada.

6 - Apresentação dos Resultados

Com base na nossa observação apresentamos agora a análise de conteúdo, onde vamos sistematizar os resultados da nossa análise quantitativa, primeiramente, e qualitativa. Os dados serão dispostos na sequência natural dos meses: Janeiro, Fevereiro, Março e Abril, a nossa amostra quantitativa. Seguidamente, apresentamos a nossa análise qualitativa.

Janeiro

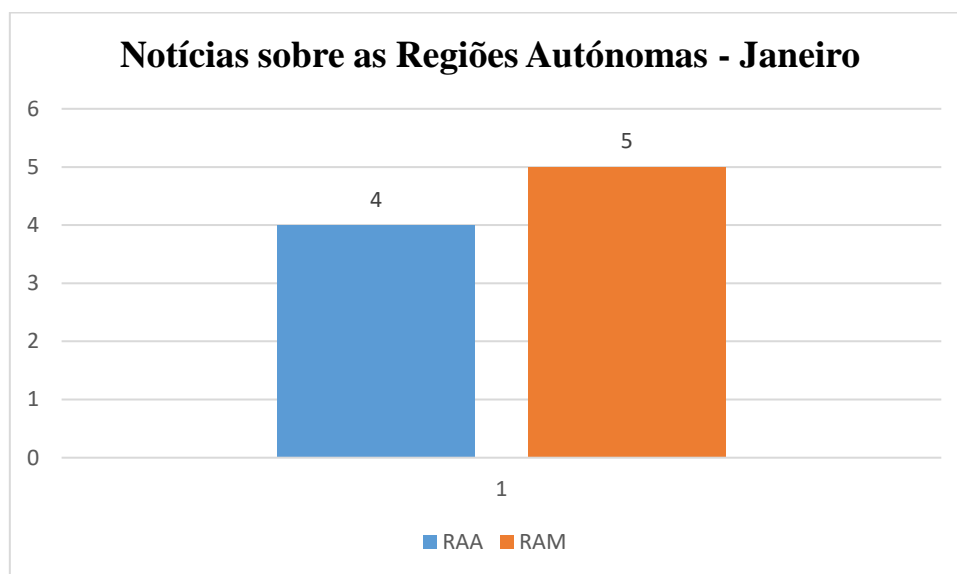
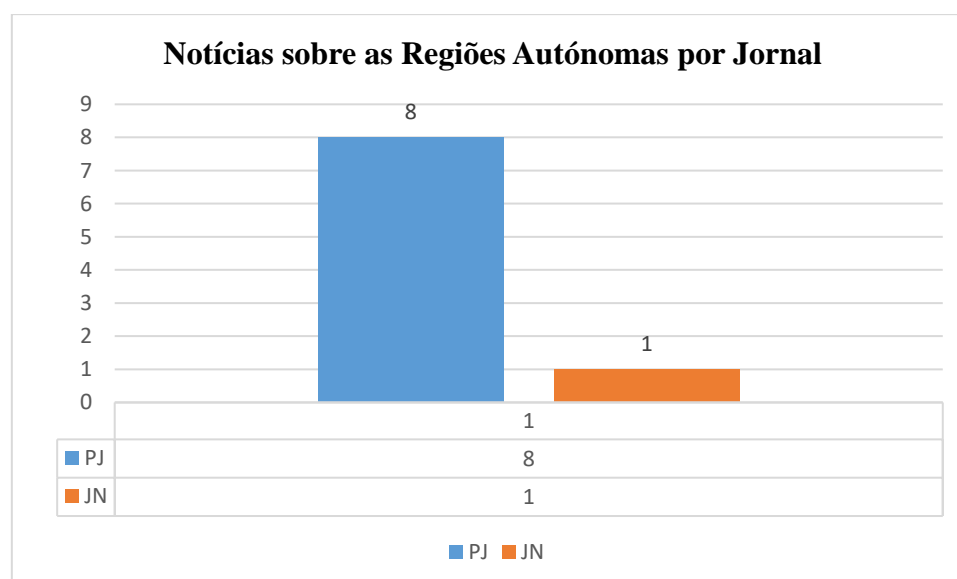


Figura 1- Notícias sobre as Regiões Autónomas em Janeiro

O gráfico revela que em Janeiro constavam nove notícias sobre as Regiões Autónomas, sendo que cinco são sobre a RAM (Região Autónoma da Madeira) e quatro sobre a RAA (Região Autónoma dos Açores), o que demonstra um equilíbrio.



Para afunilarmos estes dados, verificamos que desse total, a esmagadora maioria – oito – constavam no alinhamento do Primeiro Jornal e apenas uma no Jornal da Noite.

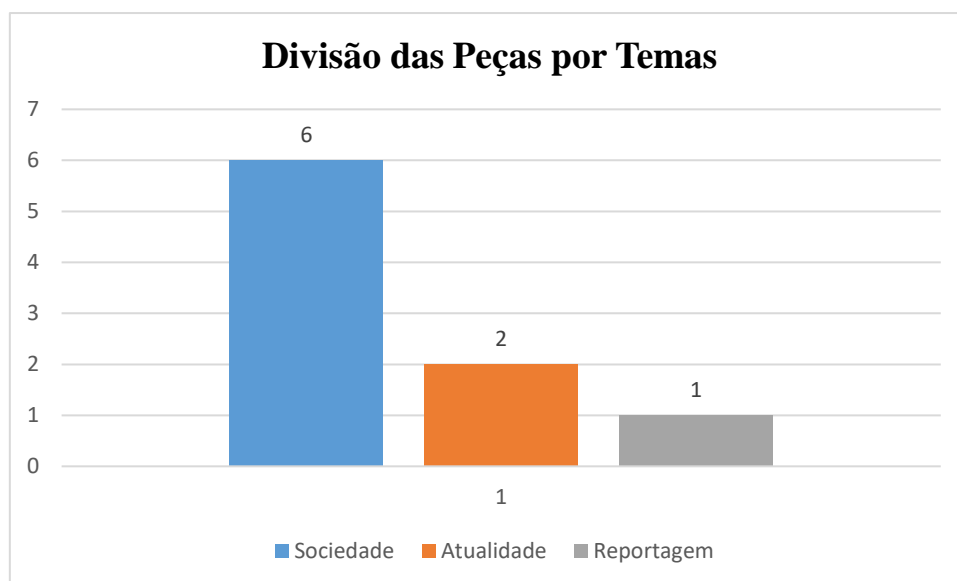


Figura 2- Divisão das Peças sobre as Regiões Autónomas em Janeiro por Editorias

O gráfico é bastante elucidativo, uma vez que demonstra que a maioria das peças sobre as Regiões Autónomas são referentes a assuntos de Sociedade. Assim, entendemos por assuntos de Sociedade os que dizem diretamente respeito a Justiça, Educação, Saúde, Solidariedade e Forças de Segurança. Em Atualidade optamos por incluir notícias com base em factos que irromperam na esfera mediática, como mau tempo.

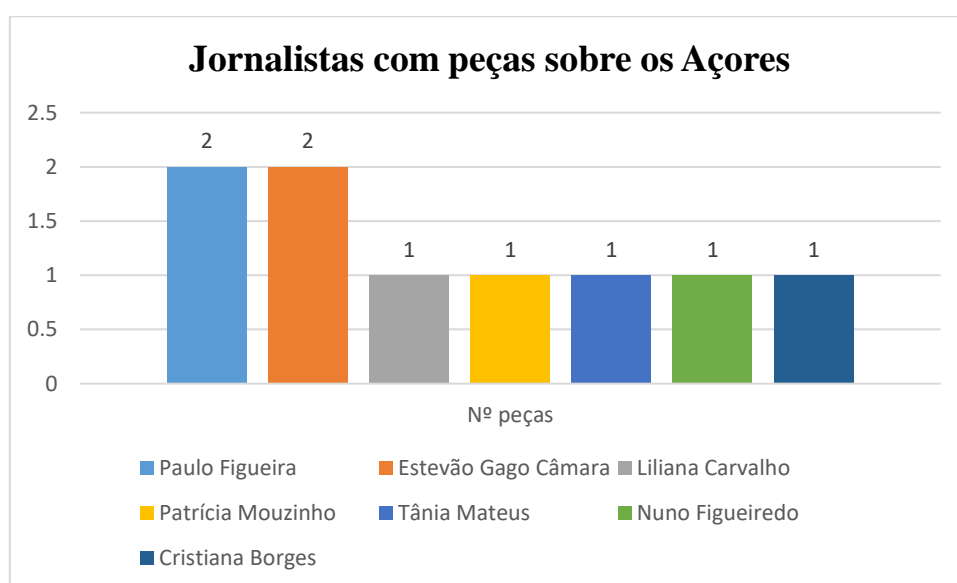


Figura 3- Jornalistas com peças sobre as Regiões Autónomas em Janeiro

Este gráfico solidifica, por um lado, a influência dos correspondentes da SIC nas Regiões Autónomas, nomeadamente Paulo Figueira e Estêvão Gago da Câmara, que são responsáveis por quatro das nove peças sobre as Regiões em Janeiro.

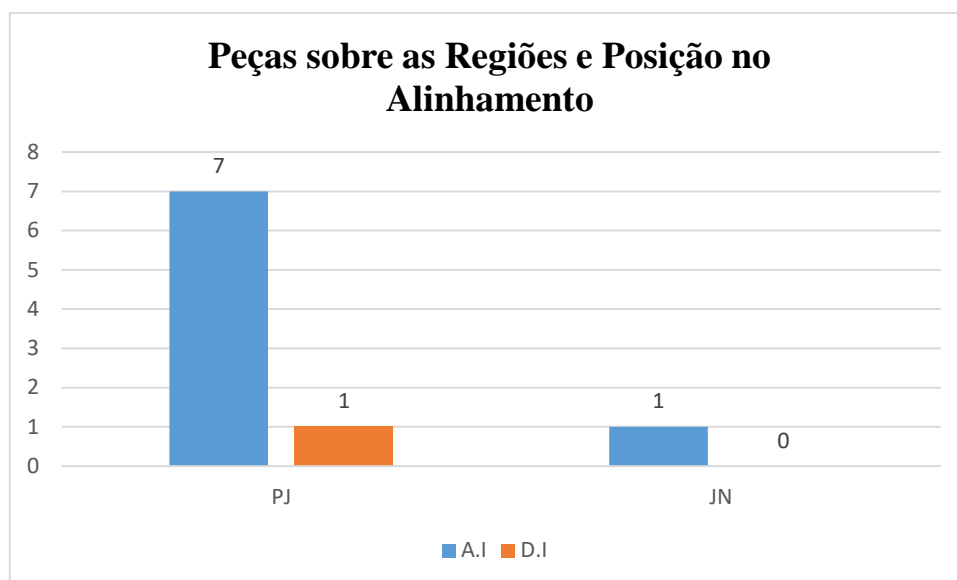


Figura 4-Posição das peças sobre as Regiões Autónomas no alinhamento com base no intervalo

No que diz respeito ao enquadramento das peças sobre as Regiões Autónomas nos dois jornais em causa, optámos ainda por perceber quais as que estão alinhadas na primeira parte do jornal, logo antes do intervalo (A.I) e, por outro lado, as que estão alinhadas na segunda parte do respectivo jornal, logo depois do intervalo (D.I). Nesta lógica, verifica-se que a peça que integra o Jornal da Noite estava alinhada na primeira parte do jornal. Por sua vez, constata-se que das oito peças emitidas no Primeiro Jornal, sete estavam alinhadas na primeira parte do jornal.

Fevereiro

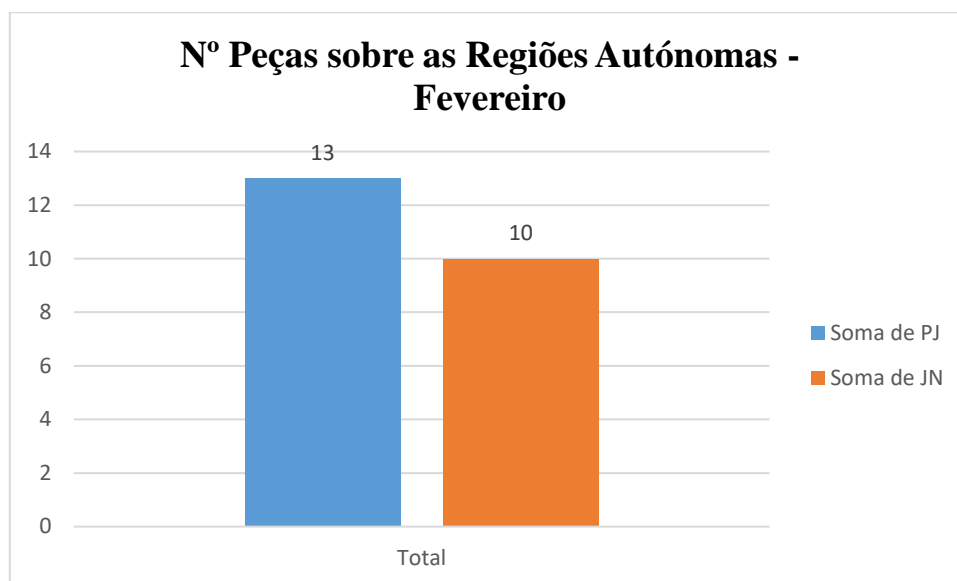


Figura 5 - Número de Peças no Alinhamento de Fevereiro sobre as Regiões Autónomas

Em Fevereiro, verifica-se, em primeiro lugar, que o número de peças sobre as Regiões Autónomas é significativamente superior face ao mês anterior. Desta feita, constam no alinhamento do Primeiro Jornal e do Jornal da Noite precisamente 23 peças, sendo que 13 foram emitidas no PJ e dez no Jornal da Noite. Este gráfico repete a tendência que se registou em Janeiro, ou seja, é o Primeiro Jornal, para já, o bloco noticioso que emite mais peças sobre as Regiões.

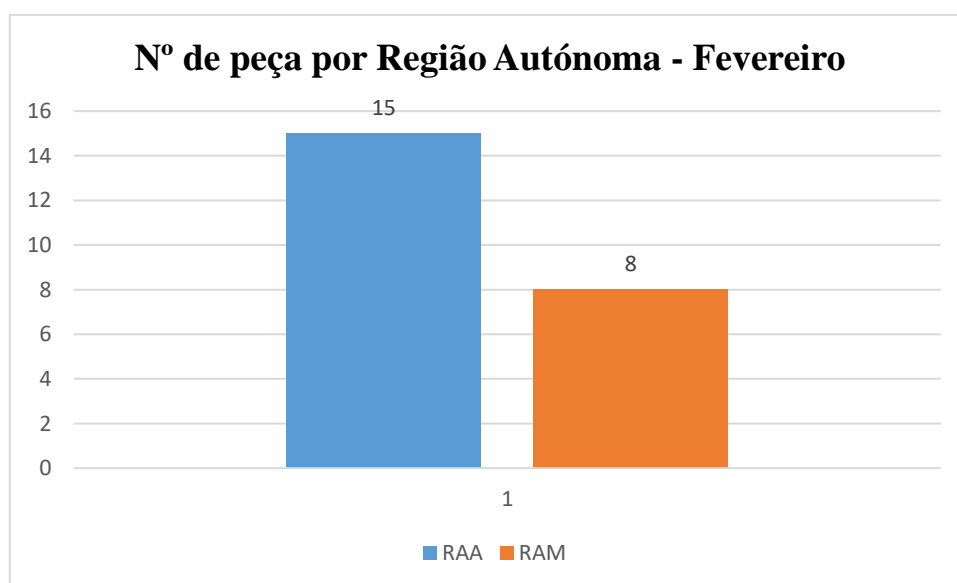


Figura 6 - Número de peças referente às Regiões Autónomas em Fevereiro

Em Fevereiro, por inverso ao registado em Janeiro, são emitidas mais peças sobre a Região Autónoma dos Açores – 15 – face a oito sobre a Região Autónoma da Madeira.

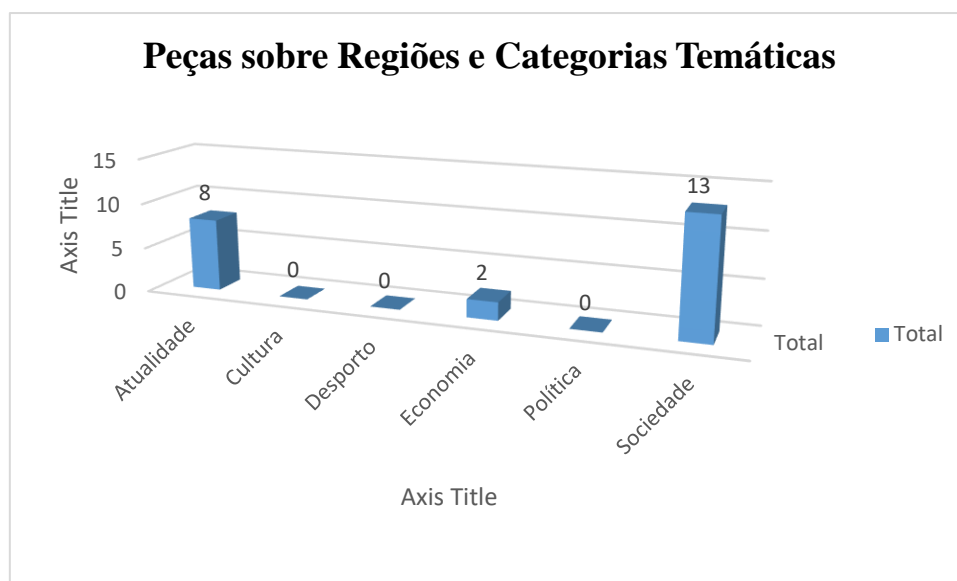
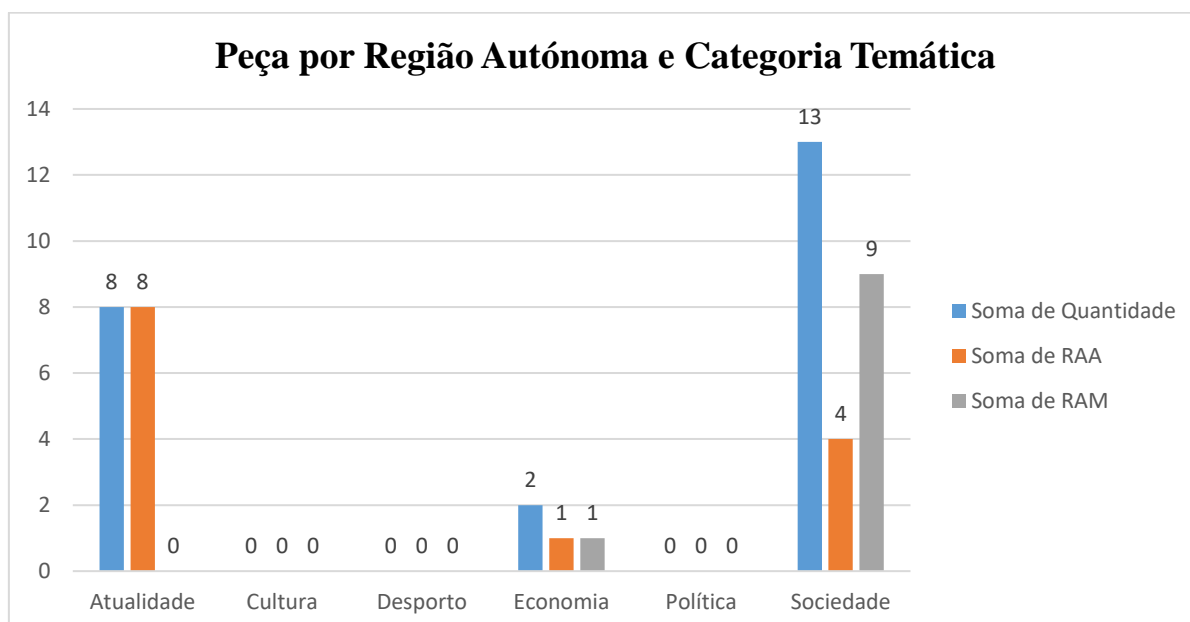


Figura 7 - Peças sobre as Regiões Autónomas e Categorias Temáticas

Este gráfico reforça a tendência registada em Janeiro, ou seja, a maioria das peças emitidas sobre as Regiões Autónomas referem-se a assuntos de Sociedade – 13 – e a assuntos de Atualidade. Em Fevereiro registaram-se, ainda, duas peças sobre Economia.



Os dados indicam que todas as peças sobre assuntos de Atualidade emitidas são sobre a Região Autónoma dos Açores, o que é explicado pelos dois ciclos de mau tempo verificados no arquipélago durante o mês de Fevereiro. Por sua vez, as peças sobre

sociedade são 13, sendo que nove são sobre a Madeira e as restantes quatro sobre os Açores.

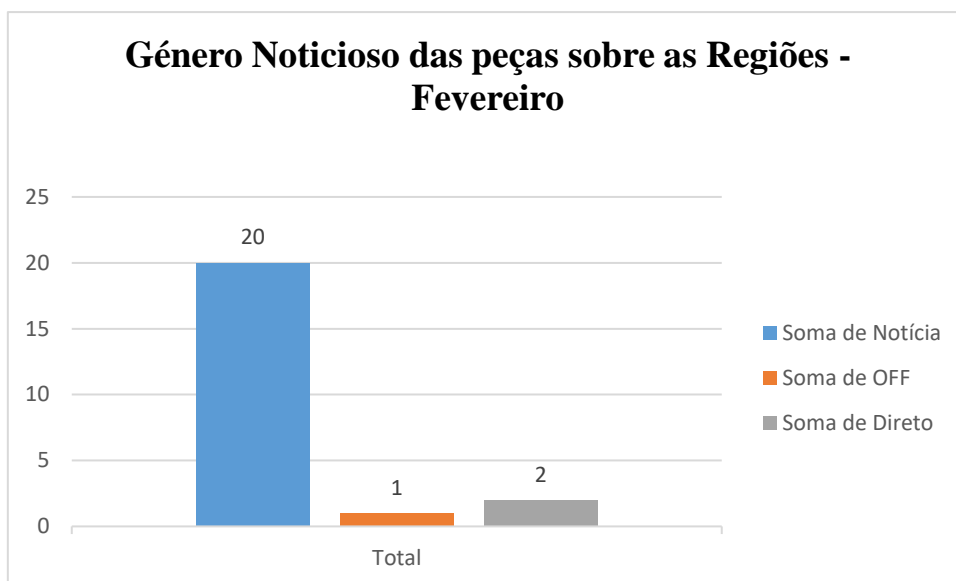


Figura 8 - Géneros noticiosos das peças sobre as Regiões Autónomas em Fevereiro

O destaque é dado à notícia. Assim, 20 peças são notícias, uma é um OFF e, por fim, dois diretos.

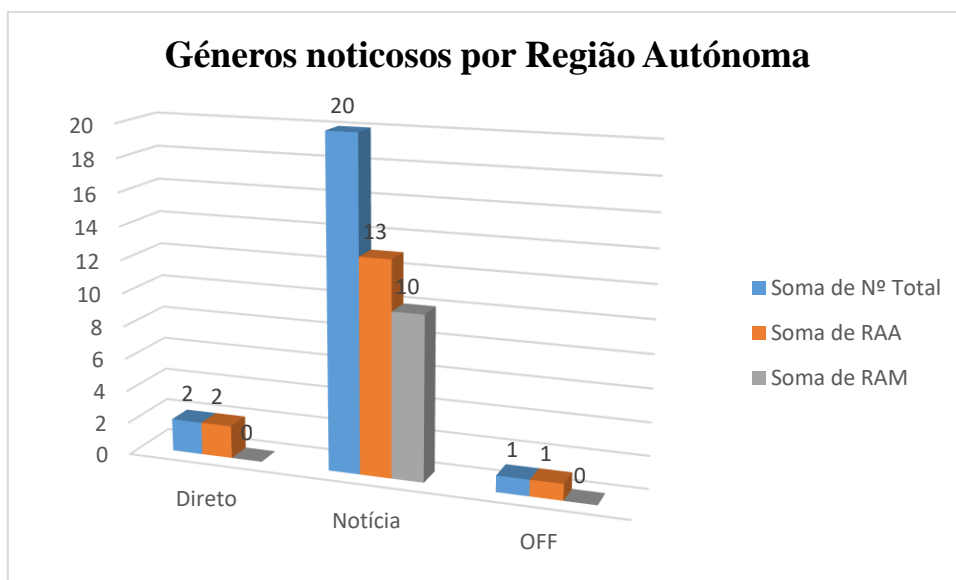
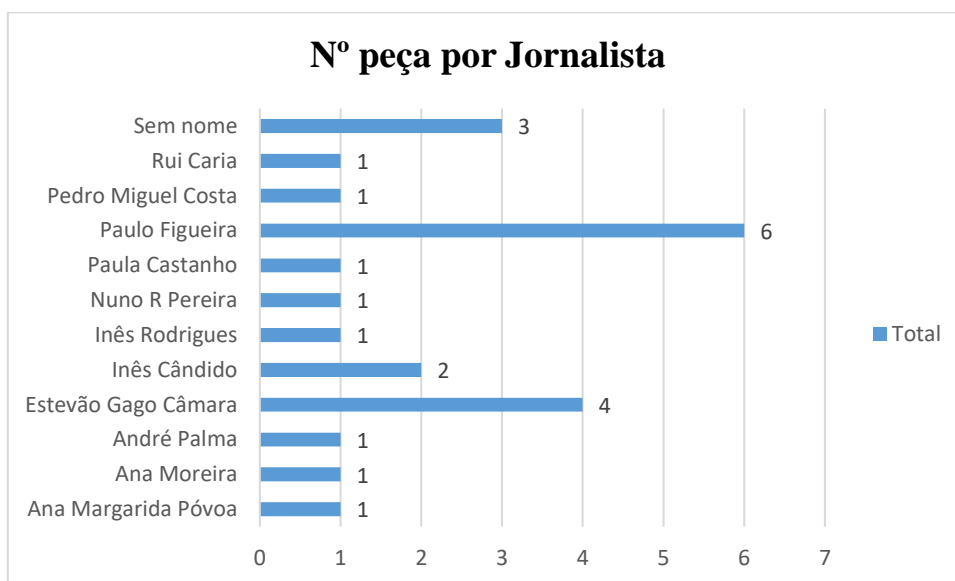


Figura 9 - Géneros noticiosos por Região Autónoma em Fevereiro

De forma a afunilarmos a informação do gráfico anterior, este gráfico revela que os dois diretos são sobre os Açores, 13 notícias são sobre os Açores face a 10 da Madeira e, por último, o OFF diz igualmente respeito aos Açores.



Uma vez mais, são os correspondentes que realizam a maioria das peças sobre as Regiões Autónomas. Contrariamente ao mês anterior, em Fevereiro é o correspondente Paulo Figueira quem fez mais peças. A acrescentar um direto do repórter Rui Caria, também correspondente nos Açores, mais precisamente na ilha Terceira.

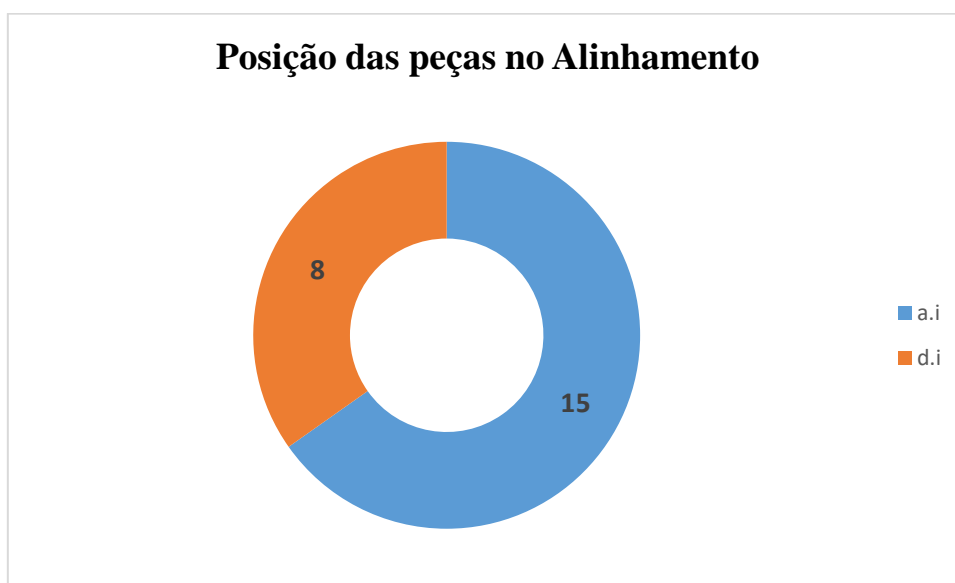


Figura 10 - Posição das peças no Alinhamento em Fevereiro com base no intervalo

O gráfico demonstra, em termos genéricos, que 15 peças foram emitidas na primeira parte dos jornais, logo antes do intervalo, e oito foram transmitidas depois do intervalo, ou seja, na segunda parte do jornal.

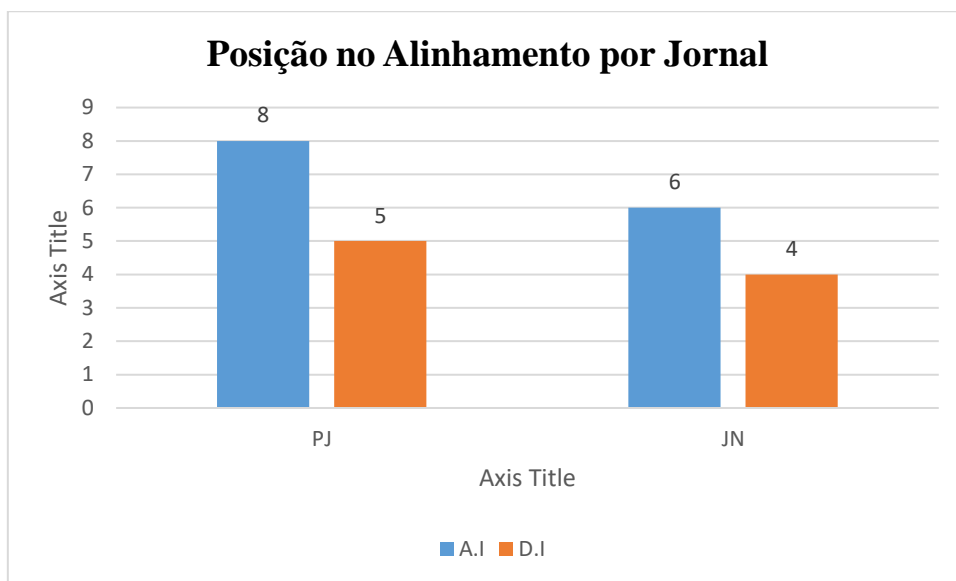


Figura 11- Posição no Alinhamento por Jornal em Fevereiro

Assim, notamos que no Primeiro Jornal foram emitidas 8 peças sobre as Regiões antes do intervalo face a 5 depois do intervalo, o que, aliás, se repete no Jornal da Noite. Desta forma, o JN emitiu 6 peças antes do intervalo e 4 depois do intervalo.

Março

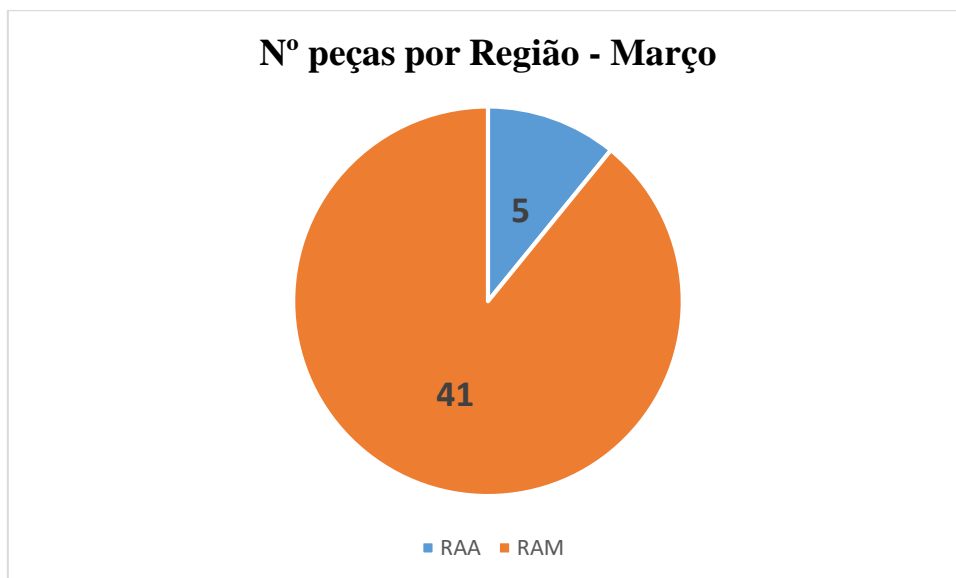


Figura 12 - Número total de peças sobre as Regiões Autónomas em Março

O gráfico revela que em Março há um aumento considerável do número de peças sobre as Regiões Autónomas. Assim, registamos 46 peças, sendo que a esmagadora maioria – 41 – são sobre a Madeira e apenas 5 sobre os Açores. Uma discrepância explicada por um evento “disruptor” na tendência assinalada em Janeiro e Fevereiro, nomeadamente a

inauguração do aeroporto Cristiano Ronaldo e a presença da seleção de Futebol A na Madeira, o que motivou a deslocação de duas equipas de reportagem à ilha da Madeira, uma de política e uma de Desporto.

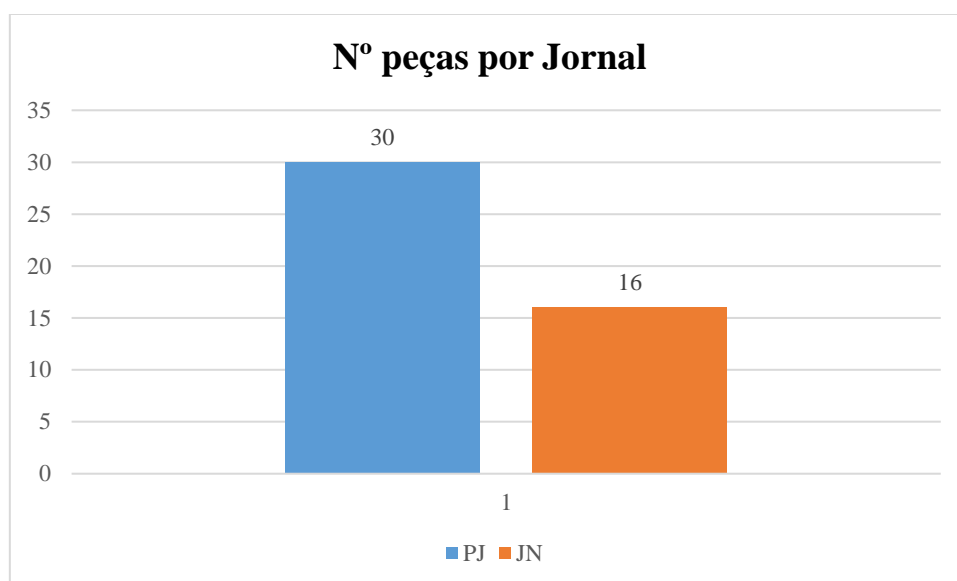


Figura 13- Número de peças das Regiões Autónomas por Jornal

Este gráfico demonstra que 30 peças foram emitidas no Primeiro Jornal e 16 no Jornal da Noite. Este gráfico vem acentuar a tendência verificada nos meses anteriores, de que o Primeiro Jornal é o bloco noticioso que emite mais peças sobre as Regiões.

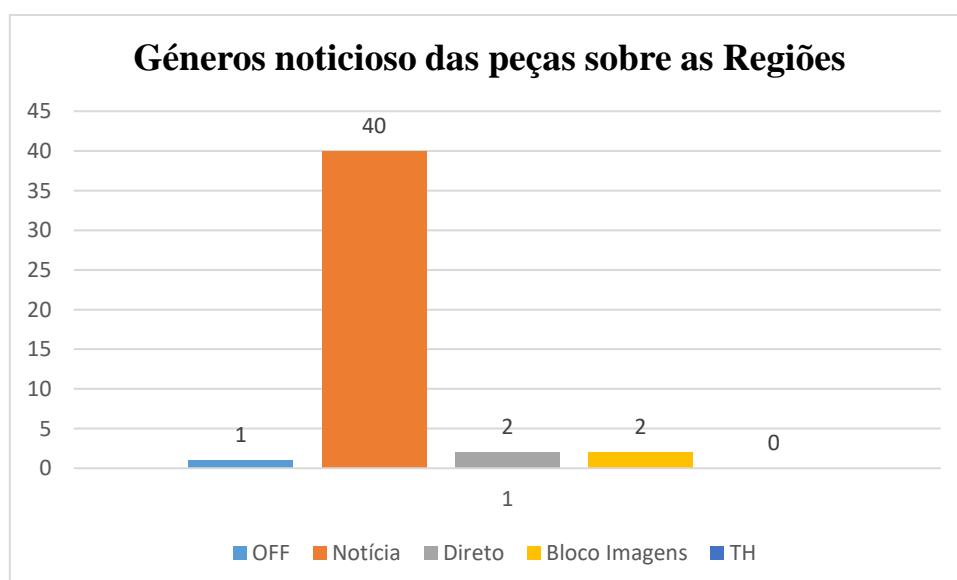


Figura 14 - Géneros Noticiosos das peças sobre as Regiões Autónomas em Março

O gráfico não deixa margens para dúvidas. O género noticioso dominante nas peças sobre as Regiões foi claramente a notícia. Assim, registaram-se 40 notícias – entenda-se por isto peças, um OFF, dois diretos e dois blocos de imagens.

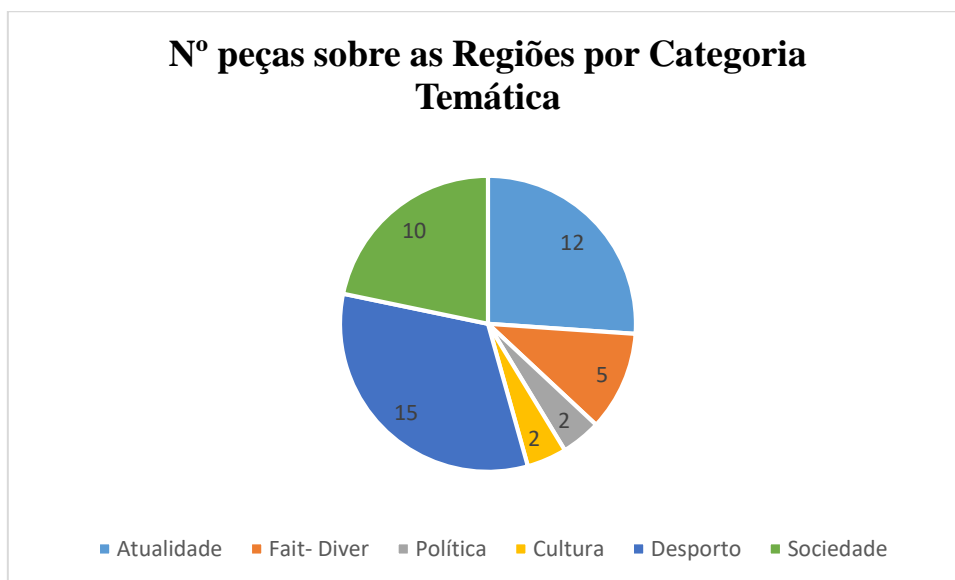


Figura 15 - Peças sobre as Regiões Autónomas e as Categorias Temáticas

Este gráfico revela que 15 das peças são de Desporto, 12 de Atualidade, 10 de Sociedade, cinco são Fait Divers, duas de Política e duas de Cultura.

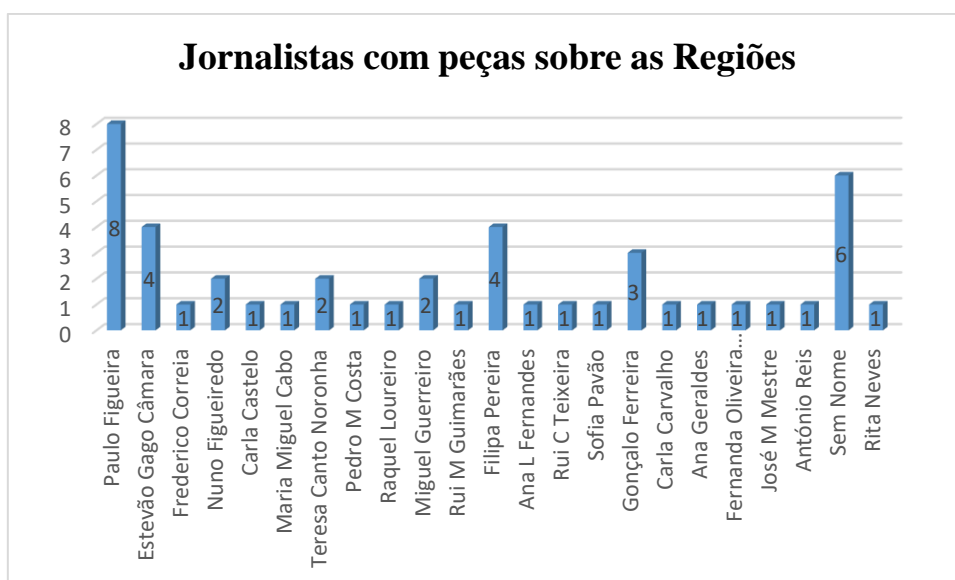


Figura 16 - Jornalistas com peças sobre as Regiões Autónomas em Março

Este gráfico verifica que, novamente, o correspondente Paulo Figueira foi quem fez mais peças sobre as Regiões Autónomas. O seu homólogo açoriano Estêvão Gago da

Câmara realizou quatro, as mesmas que Filipa Pereira, jornalista da Editoria de Desporto, destacada para cobrir o jogo e a envolvência da seleção na Madeira. O jornalista Gonçalo Ferreira, também de Desporto, realizou três peças. Destaca-se, também, que há seis peças não assinadas. Há ainda que destacar “Sem nome”, que significa que no alinhamento do jornal não está o autor da peça. O que nos leva a uma hipótese. Pode, por exemplo, serem peças feitas pelos correspondentes, que são enviadas para a redação, mas que os produtores ou coordenadores se esquecem de identificar no alinhamento.

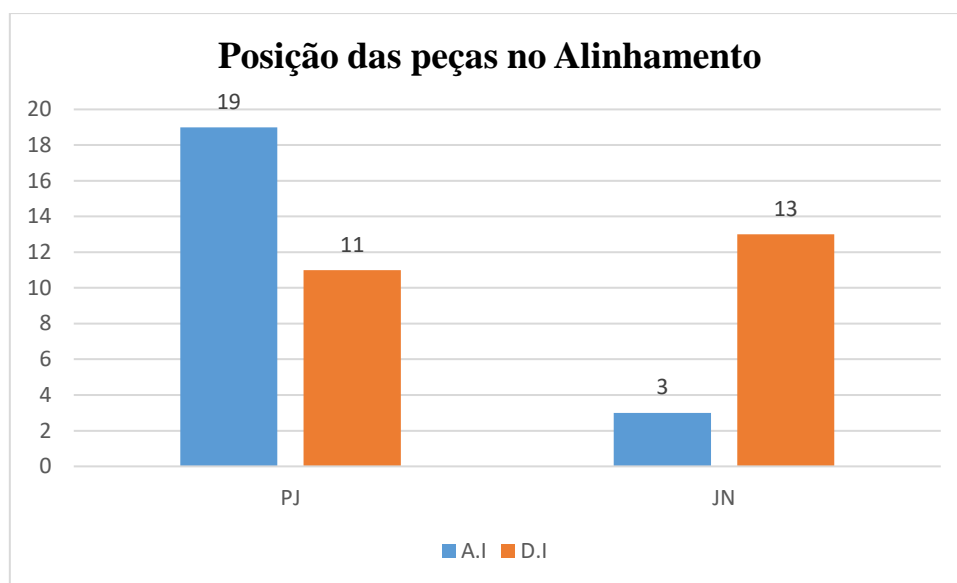


Figura 17- Posição das peças no alinhamento com base no intervalo

Este gráfico indica que, uma vez mais, a maioria das peças sobre as Regiões Autónomas é alinhada na primeira parte do Primeiro Jornal, logo, antes do intervalo (A.I). Por seu turno, acontece o inverso com o Jornal da Noite. Só três peças foram emitidas na primeira parte, face a 13 emitidas depois do intervalo (D.I)

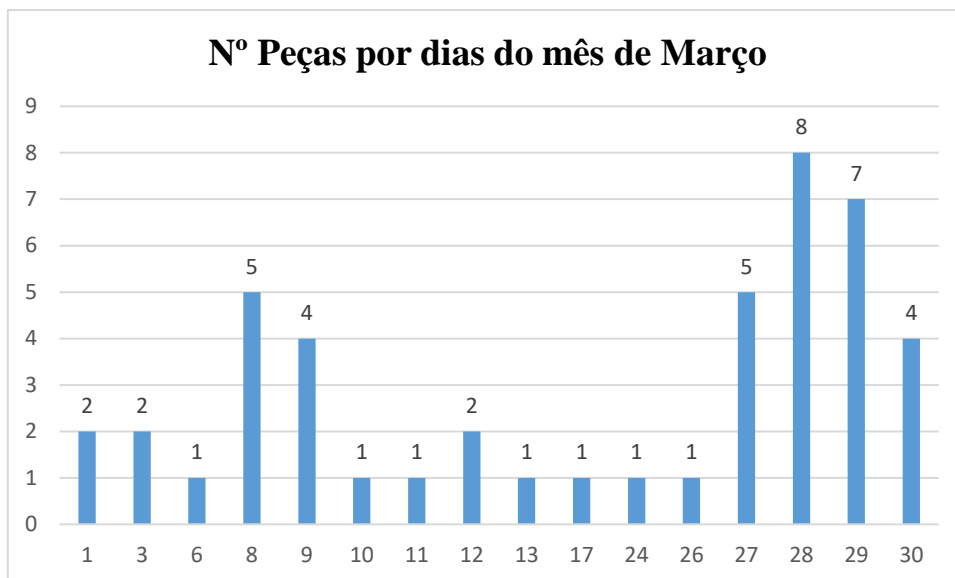


Figura 18 - Número de peças por dia do mês de Março

Este gráfico demonstra que o mês de Março foi um mês atípico, ou seja, devido à presença da seleção na Madeira e à inauguração do aeroporto Cristiano Ronaldo verificou-se um pico de afluência de peças sobre a Região Autónoma da Madeira no final do mês, período coincidente com os acontecimentos descritos. Assim, verifica-se que os dias com mais peças emitidas sobre as Regiões Autónomas são precisamente dia 28 e dia 29.

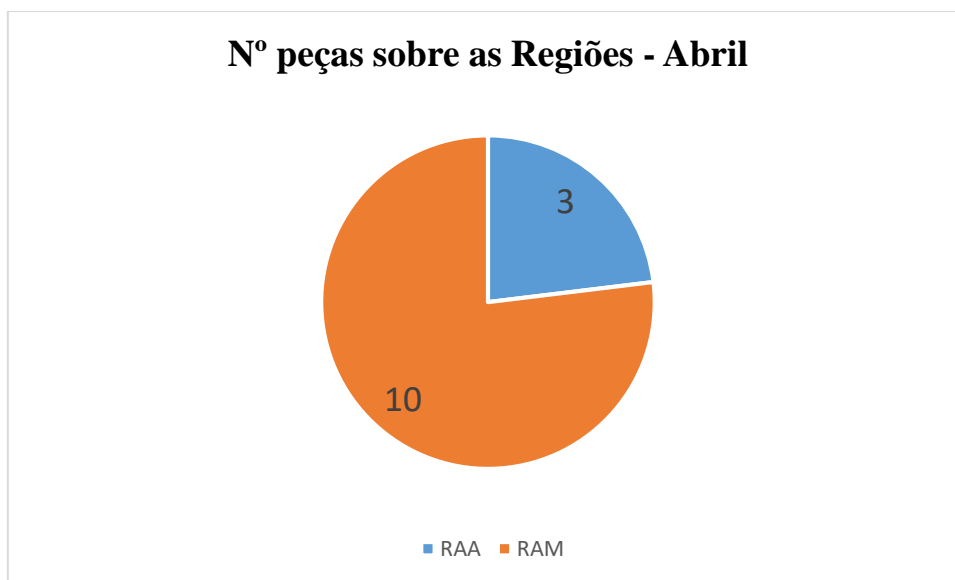


Figura 19- Número de peças sobre as Regiões Autónomas em Abril

O gráfico demonstra que em Abril, último mês da nossa amostra, foram emitidas 10 peças sobre a Região Autónoma da Madeira face a três sobre a Região Autónoma dos Açores. Uma tendência que, aliás, foi registada em todos os meses. Assim, podemos dizer que a SIC emitiu mais peças sobre a Região Autónoma da Madeira.

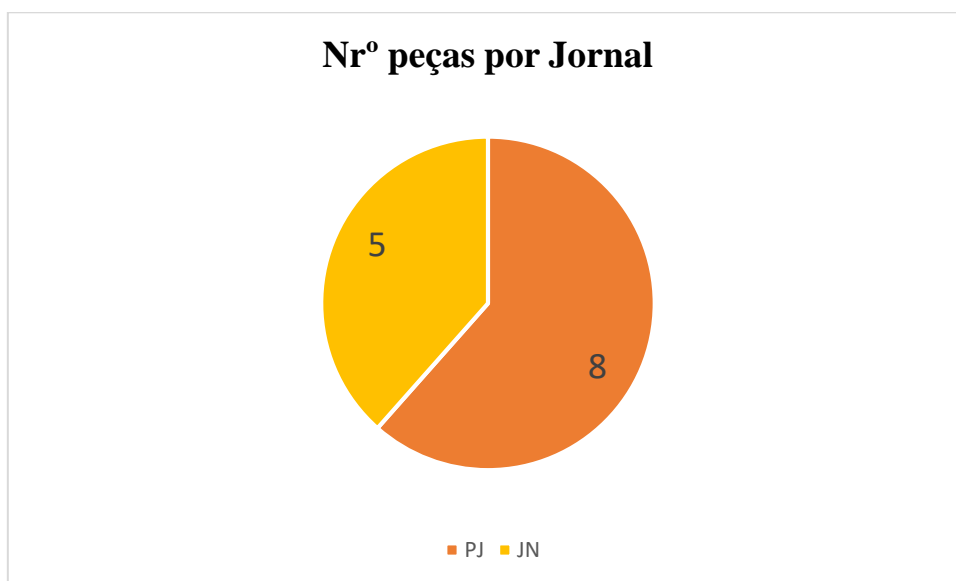


Figura 20- Número de peças por Jornal em Abril

O gráfico elucidá-nos para o facto de a maioria das notícias – oito – ser novamente emitida no Primeiro Jornal, ao passo que o Jornal da Noite emite cinco notícias.

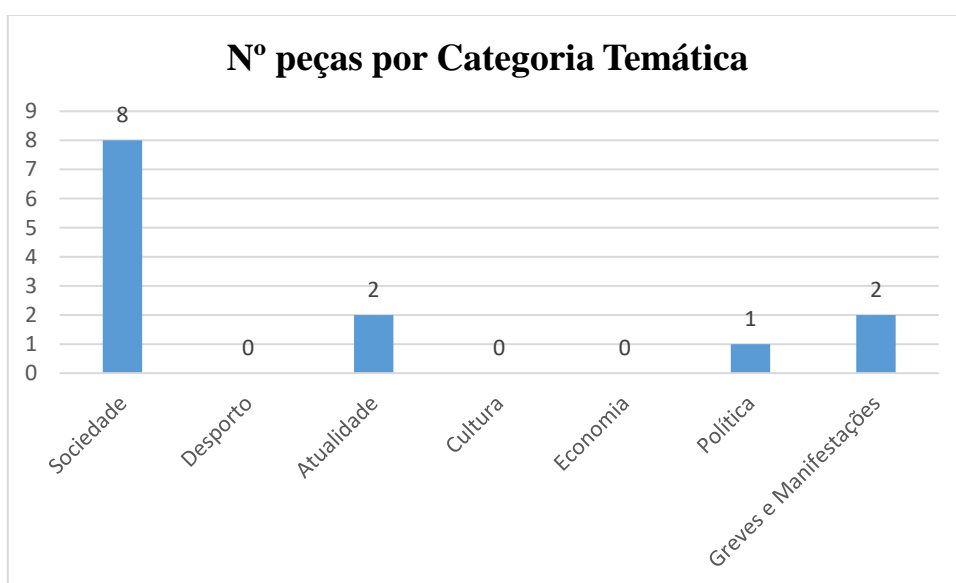


Figura 21- Número de peças por Categoria Temática

O gráfico revela que sociedade continua a ser a temática dominante das notícias sobre as Regiões Autónomas, sendo que atualidade e greves e manifestações acrescentam quatro peças ao alinhamento de Abril. Não se verifica, por exemplo, nenhuma ficha de Desporto, o que significa que, em Abril, nem o Benfica, nem o Porto ou Sporting, se

deslocaram à Madeira para jogar, o único critério para acompanhar um jogo das equipas madeirenses.

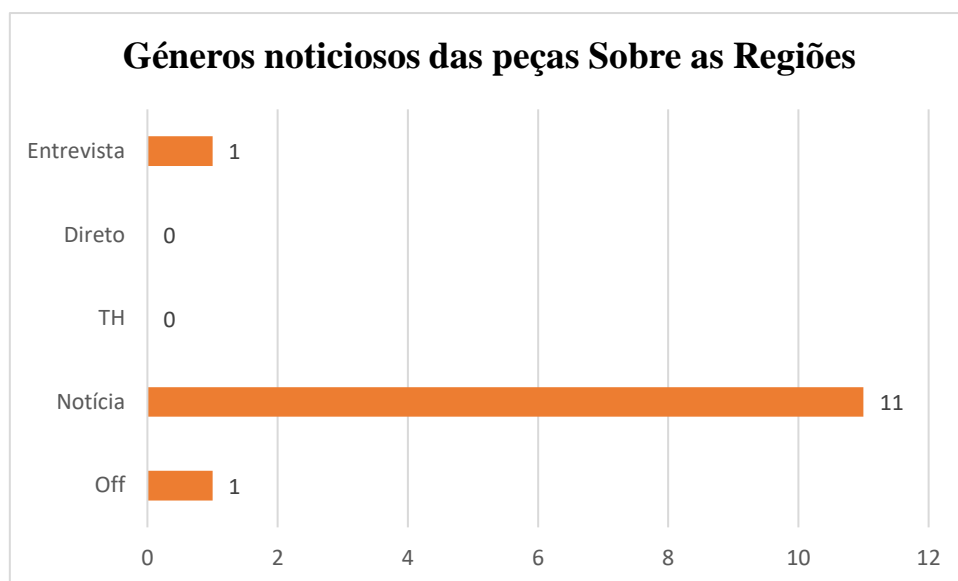


Figura 22- Gêneros Noticiosos das peças sobre as Regiões Autônomas de Abril

O gráfico revela que, pela primeira vez em quatro meses, há uma entrevista com uma personalidade madeirense, Alberto João Jardim, que teve lugar na Madeira. Seguidamente, é de notar que, novamente, é a notícia o género noticioso mais utilizado nas peças sobre as Regiões Autônomas.

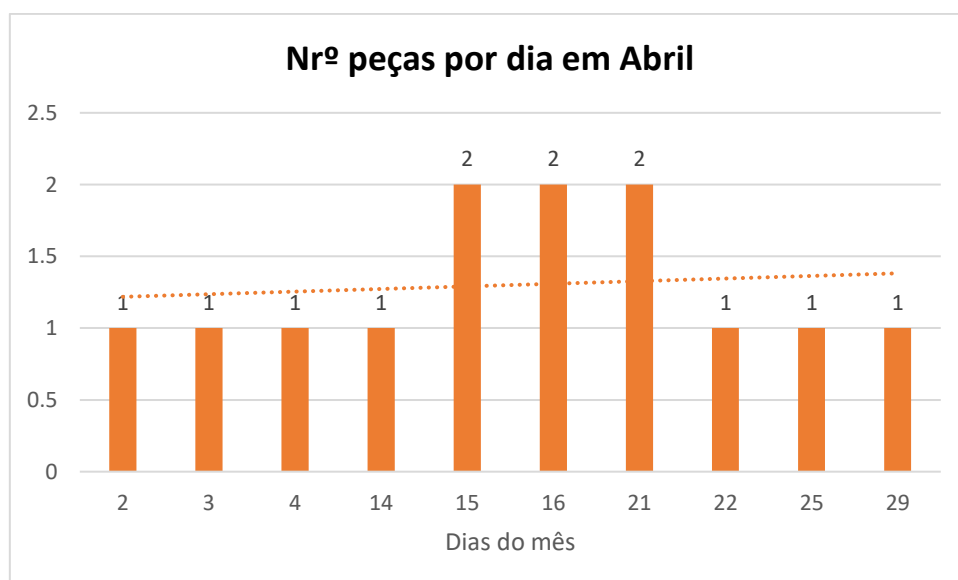


Figura 23- Número de peças sobre as Regiões Autônomas por dia em Abril

Como demonstra a linha de tendência, verifica-se que o número de peças por dia em Abril foi de uma peça ou duas peças. Quer isto dizer, que só nos dias 15, 16 e 21 foram

emitidas duas peças sobre as Regiões Autónomas, ao passo que nos outros dias supramencionados no gráfico só foi emitida uma peça.

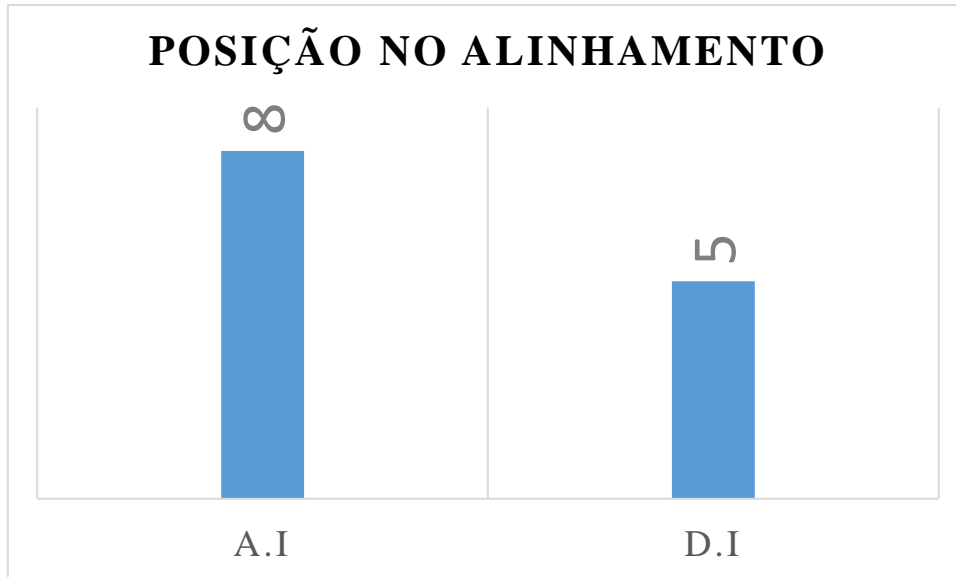


Figura 24- Posição das peças sobre as Regiões Autónomas no Alinhamento com base no intervalo

Outro ponto interessante de análise é a posição das peças no alinhamento. Assim, concluímos que oito das peças foram emitidas antes do intervalo, e apenas cinco depois do intervalo, logo na segunda parte do jornal.

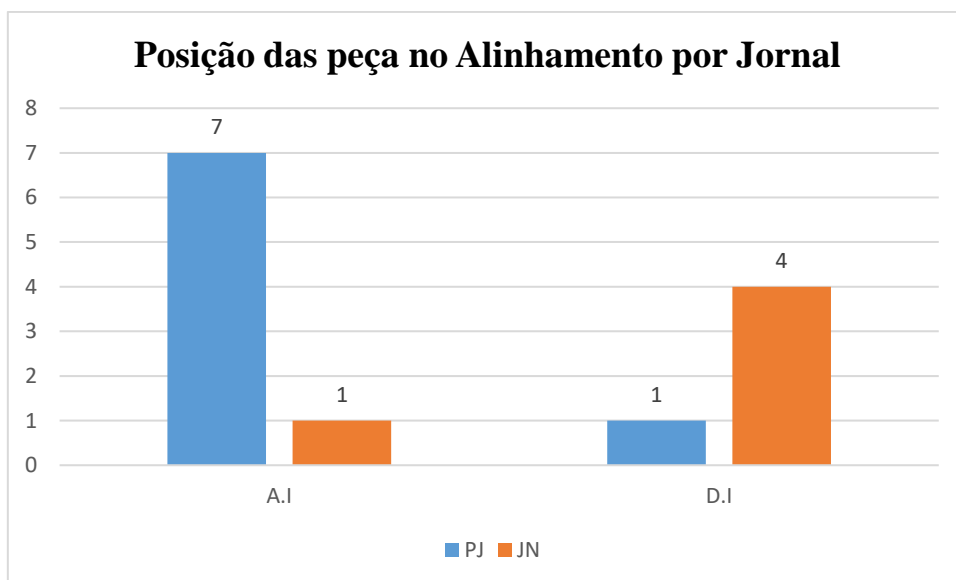


Figura 25- Posição das peças no Alinhamento por Jornal

A este respeito, podemos ainda concluir que no Primeiro Jornal a maioria das peças passou na primeira parte, ou seja, antes do intervalo e, por sua vez, verifica-se o oposto do Jornal da Noite, com apenas uma peça na primeira parte do alinhamento.

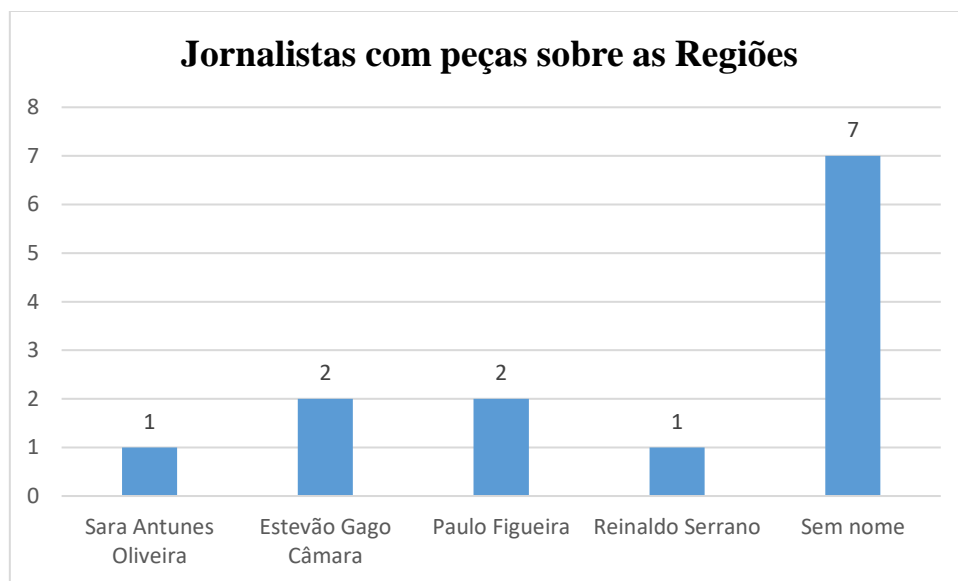


Figura 26 - Jornalistas com peças sobre as Regiões Autónomas em Abril

Verifica-se que, em Abril, a maioria das peças sobre as Regiões Autónomas não estão assinadas, logo pertencem à categoria “Sem nome”. Em igualdade numérica, estão os correspondentes Estevão Gago da Câmara e Paulo Figueira, com duas peças cada um. E com uma peça apenas, os jornalistas Sara Antunes de Oliveira e Reinaldo Serrano.

Comparação entre Agenda e Alinhamento em Abril

Face a esta abordagem quantitativa à Agenda e ao Planning apresentamos, seguidamente, uma comparação entre as fichas de Agenda em Abril e as peças sobre as Regiões Autónomas no Alinhamento, de modo a estabelecermos uma relação entre o que foi agendado e foi para o ar e o que foi agendado e não “resultou” numa reportagem.

DIA	PEÇA	Agenda
2	Campeonato Trauma	Não
3	OFF - Vidas Suspensas Madeira	Não
4	Vento Forte Madeira	Não
14	Entrevista Jardim JN1	Não
15	Homicídio Funchal JN	Não
15	Boa Cama Funchal JN	Não

16	Páscoa Açores	Não
16	Homicídio Funchal	Não
21	Secos e Molhados Madeira	SIM
21	Julg. Advogado Açores	Não
22	Venezuela Funchal JN	SIM
25	Chuvadas Madeira	Não
29	Polémica aviões incêndio Madeira	Não

Tabela 3 - Peças do Planning e comparação com as que estavam em Agenda

Através da tabela podemos verificar que, pelo menos em Abril, das treze peças emitidas na SIC só duas partiram de fichas de agenda, o que não deixa de ser concludente, uma vez que, como temos visto até agora, a maioria das peças diz respeito a situações de atualidade não agendáveis ou previsíveis.

Desta forma, vamos agora analisar os dados recolhidos através da nossa análise à grelha de Agenda da SIC referente ao mês de Abril.

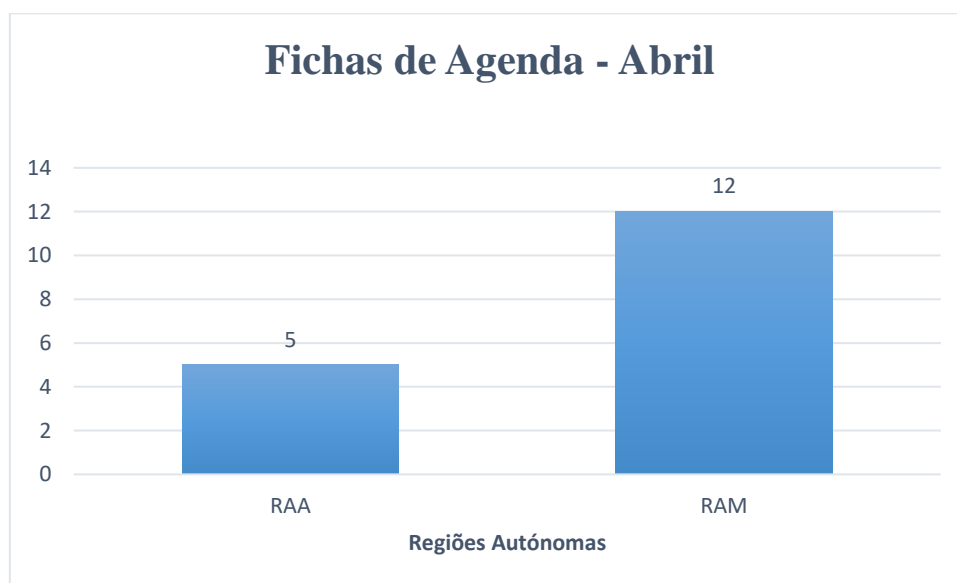


Figura 27 - Fichas de Agenda referentes às Regiões Autónomas

O gráfico revela que, em Abril, a Agenda da SIC tem 17 fichas, ou seja, eventos com interesse jornalístico que vão decorrer nas Regiões Autónomas. Desta forma, o gráfico revela que a grande maioria – 12 – são referentes à Região Autónoma da Madeira (RAM) e as restantes – cinco – referentes à Região Autónoma dos Açores (RAA).

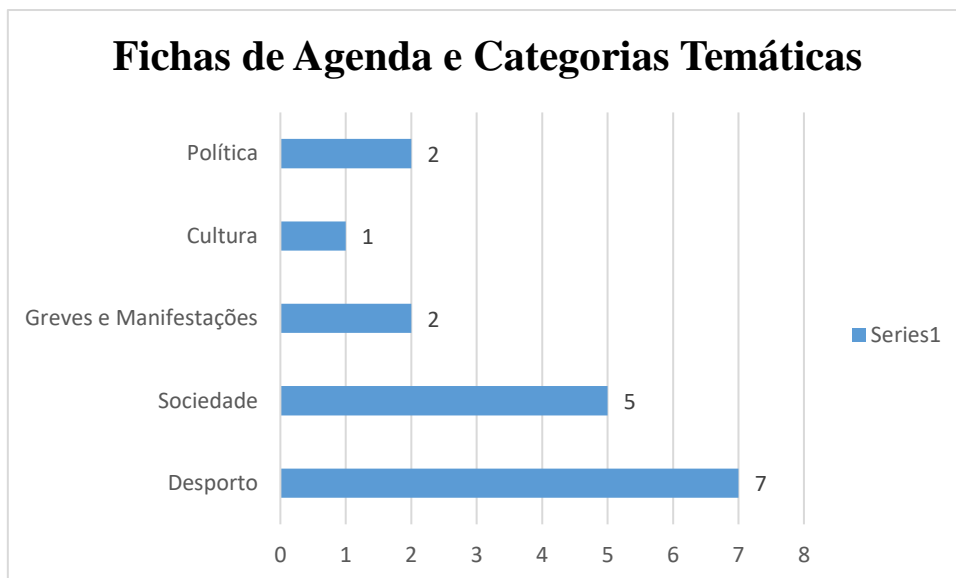


Figura 28 - Fichas de Agenda por Região e Categorias Temáticas

Face a estes números, impõe-se, agora, percebermos as categorias temáticas referentes a cada ficha. Assim, verifica-se que sete são enquadradas em Desporto, cinco em Sociedade, duas em Política e Greves e, por fim, uma de Cultura.

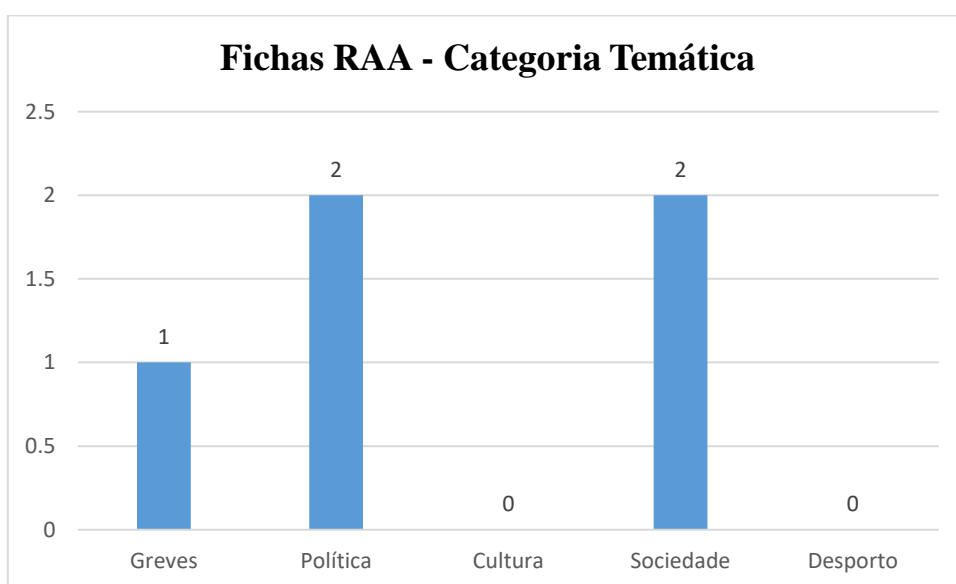


Figura 29 - Fichas de Agenda da Região Autónoma dos Açores e Categorias Temáticas

Assim, se individualizarmos os dados constatamos que das cinco fichas sobre a Região Autónoma dos Açores, duas são sobre Política, as outras duas de Sociedade e uma, por fim, sobre Greves.

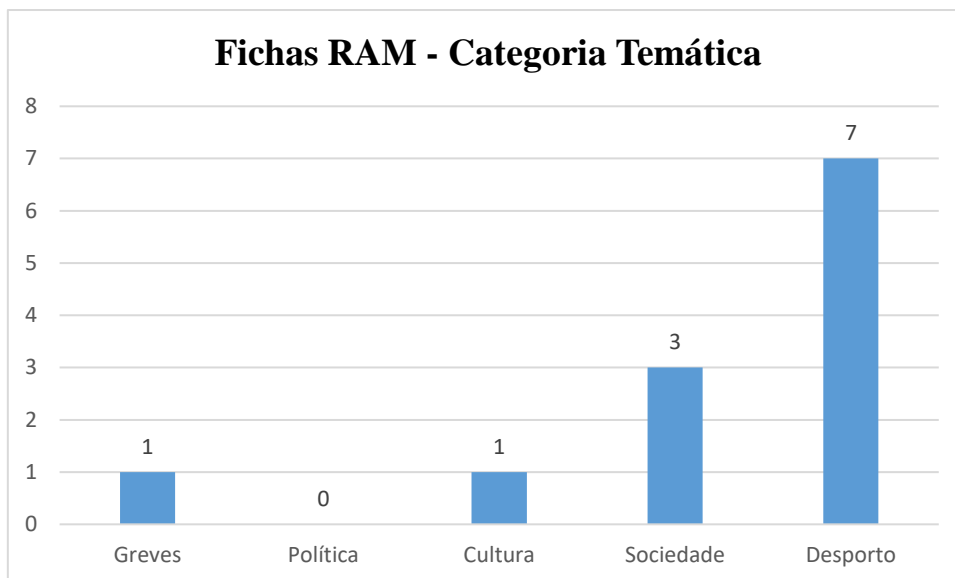


Figura 30 - Fichas de Agenda da Região Autónoma da Madeira e Categorias Temáticas

O gráfico revela que a maioria das fichas, nomeadamente sete, são referentes a Desporto, o que é facilmente explicado pela presença de duas equipas de futebol madeirenses na I Liga de Futebol.

JANEIRO		FEVEREIRO		MARÇO		ABRIL	
1	FDS	1	X	1	X	2	FDS
11	X	2	X	3	X	3	X
12	X	8	X	6	X	4	X
16	X	9	X	8	X	14	X
21	FDS	14	X	10	X	15	FDS
29	FDS	16	X	11	FDS	16	FDS
31	X	17	X	12	FDS	21	X
		18	FDS	13	X	22	FDS
		26	FDS	17	X	25	X
		27	X	24	X	29	FDS
		28	Carnaval	26	FDS		
				27	X		
				28	X		
				29	X		
				30	X		

Tabela 4- Dias da Semana e Dias de Fim de Semana a que correspondem as peças da SIC sobre as Regiões Autónomas

Esta tabela vai ajudar-nos a inferir se as peças sobre as Regiões Autónomas são emitidas em maior número durante a semana ou em dias úteis. Todos os dias que constam nas tabelas referem-se a dias em que foram emitidas peças. Verifica-se, assim, que em 43 dias em que foram emitidas peças, apenas catorze foram transmitidas nos Jornais de

Fim de Semana, sendo que uma foi emitida no dia de Carnaval, em que os moldes do jornal se aproxima do estilo do fim de semana.

DIA	1	1(B)	21	29
REGIÃO	RAM	RAA	RAA	RAA
PEÇA	"Fim Ano Madeira"	"Fim ano Açores"	"PeA Vulcão dos Capelinhos"	"Polémica incinerador Açores"
EDITORIA	Sociedade	Sociedade	Sociedade	Sociedade
JORNALISTA	Paulo Figueira	Estevão Gago da Câmara	Patrícia Mouzinho	Estevão Gago da Câmara
JORNAL	PJ	PJ	PJ	PJ
POSIÇÃO	5	8	22	17
HORA	13:10	13:17	13:58	13:26
TAMANHO	01:58	01:39	02:54	02:19
GÉNERO	Notícia	Notícia	Reportagem	Notícia

Tabela 5- Dias de Janeiro com peças ao Fim de Semana sobre as Regiões Autónomas

Em Janeiro constatamos que nos três dias correspondentes ao fim de semana foram emitidas quatro peças, sendo que duas têm um carácter mais “lúdico” e de diversão, nomeadamente as que assinalam as passagens de ano nas Regiões Autónomas. A peça “PeA Vulcão dos Capelinhos” é uma reportagem abreviada da que passaria mais tarde nesse dia integrada no programa “Perdidos e Achados”. A outra peça da autoria do Estevão Gago da Câmara, “Polémica incineradora Açores” diz igualmente respeito a um tema de sociedade. Um facto importante de assinalar é que todas as peças foram emitidas no Primeiro Jornal.

	18	18(b)	26	26(b)	28	28(B)	28 (C)
REGIÃO	RAA	RAA	RAA	RAM	RAA	RAM	RAA
PEÇA	Festival Malassada	"Tap Alterações"	"Camélias Açores"	"Carnaval Madeira"	"Mau tempo Açores 2"	"Cortejo Trapalhão"	"Mau Tempo Açores JN"
TEMA	Sociedade	Economia	Sociedade	Sociedade	Atualidade	Sociedade	Atualidade
JORNALISTA	Estevão Gago da Câmara	Inês Candido	Estevão Gago da Câmara	Paulo Figueira	Nuno R Pereira	Paulo Figueira	Pedro M Costa
JORNAL	JN	PJ	PJ	PJ	PJ	JN	JN
POSIÇÃO	23	10	17	25	3	26	5
HORA	21:10	13:20	13:24	13:57	13:02	21:16	20:07
TAMANHO	01:39	01:17	02:14	02:33	02:46	02:21	01:25
GÉNERO	Notícia	Notícia	Notícia	Notícia	Notícia	Notícia	Notícia

Tabela 6- Dias de Fim de Semana em Fevereiro com peças sobre as Regiões Autónomas

Em Fevereiro, uma vez mais, as peças emitidas durante o fim de semana e o feriado de Carnaval (aqui considerado como FDS), resumem-se a apenas três dias. Aqui, verificamos outra tendência. Por um lado, as peças referentes a temas “ligeiros”, como o Festival de Malassadas, as Camélias Açores e as duas peças sobre o Carnaval. Por outro lado, verificamos que as peças de mau tempo, categorizadas como de Atualidade, são duas. Por esta lógica de ideias, as peças sobre assunto ligeiros estão em superioridade face aos assuntos de Atualidade, por exemplo, durante os dias de Fim de Semana. Outro ponto interessante de analisar é precisamente o autor das peças, sendo que tanto Estêvão Gago da Câmara como Paulo Figueira são os autores de quatro peças emitidas durante os dias em causa.

DIA	11	12	12(b)	26
REGIÃO	RAM	RAM	RAA	RAM
PEÇA	"Vento Madeira"	"Madeira Vento Domingo"	"Romaria São Miguel"	"Seleção e Ronaldo na Madeira"
TEMA	Atualidade	Atualidade	Sociedade	Desporto
JORNALISTA	Paulo Figueira	Paulo Figueira	Estêvão Gago Câmara	Paulo Figueira
JORNAL	JN	PJ	PJ	JN
POSIÇÃO	7	13	24	20
HORA	20:09	13:27	13:42	20:47
TAMANHO	01:39	01:43	02:46	02:47
GÉNERO	Notícia	Notícia	Notícia	Notícia

Tabela 7 - Dias de Março com peças ao Fim de Semana sobre as regiões Autónomas

Esta tabela é elucidativa de uma tendência que também verificamos nos meses anteriores, ou seja, durante os dias de Fim de Semana os autores das peças são, essencialmente, os correspondentes. Assim, durante os dias de Fim de Semana em Março, foi Paulo Figueira o autor de três das quatro peças, sendo a outra, sem grande surpresa, da autoria de Estêvão Gago da Câmara. Ao fim de semana, há mais espaço no alinhamento dos jornais para “estórias” e tradições das regiões, porque o jornal prende-se com um ritmo diferente, mais soft e ligeiro.

Dia	2	15	15(B)	16	16(B)	22	29
Região	RAA	RAM	RAM	RAA	RAM	RAM	RAM
Peça	Campeonato de Trauma	Boa Cama Funchal	Homicídio Funchal	Páscoa Açores	Homicídio Funchal	Venezuela Funchal	Polémica aviões Incêndios
Editoria	Sociedade	Sociedade	Sociedade	Sociedade	Sociedade	Sociedade	Sociedade
Jornalista	Sara Antunes Oliveira	Paulo Figueira	Paulo Figueira	Estevão Gago Câmara	Sem nome	Paulo Figueira	Sem nome
Jornal	PJ	JN	JN	PJ	PJ	JN	PJ
Posição	22	27	8	18	22	28	13
Hora	13:40	21:14	20:11	13:37	13:59	21:04	13:14
Tamanho	02:48	03:13	01:16	02:11	01:16	01:32	02:06
Género	Notícia	Notícia	Notícia	Notícia	Notícia	Notícia	Notícia

Tabela 8- Dias de Abril com peças ao Fim de Semana sobre as Regiões Autónomas

O mês de Abril introduz uma mudança pertinente. No total, foram emitidas treze peças, sendo que sete foram emitidas durante o FDS, divididas por dias que correspondem a dias de fim de semana. Logo, a maioria das peças foi emitida durante o fim de semana. Uma vez mais, é o correspondente Paulo Figueira que fez mais peças para o FDS, em particular para o Jornal da Noite.

Sistematização dos Dados

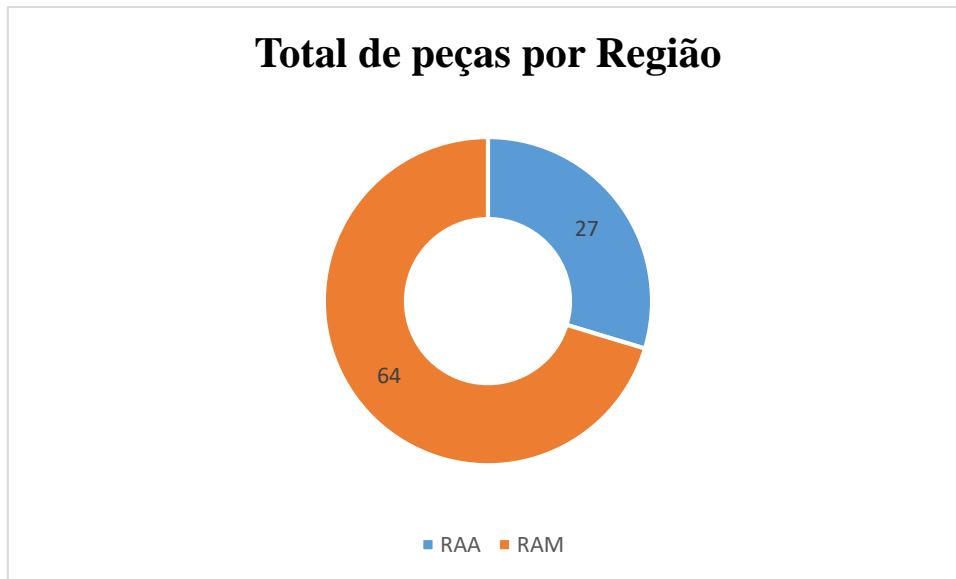


Figura 31- Total de peças por Região Autónoma

Os dados indicam que a grande maioria das peças – 64 – são referentes à Madeira e as restantes 27 referentes aos Açores, o que totaliza 91 peças em quatro meses.

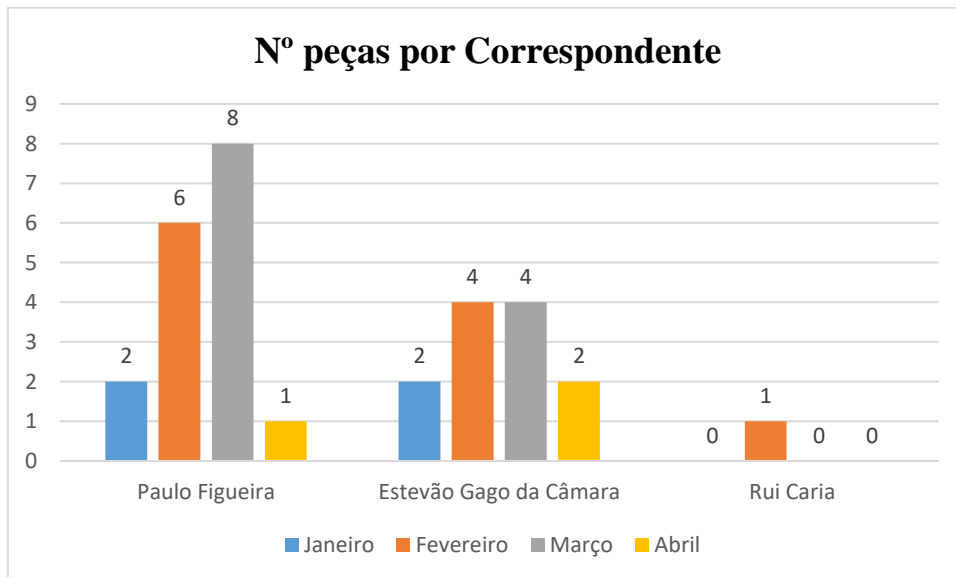


Figura 32- Total peças por Correspondente

O gráfico revela que foi o corresponde Paulo Figueira da Madeira quem fez mais peças, sendo que fez mais peças em Março, altura que corresponde à estadia da seleção portuguesa de Futebol na Madeira e à inauguração do aeroporto Cristiano Ronaldo. Estêvão Gago da Câmara, por sua vez, fez o mesmo número de peças em Março e Abril.

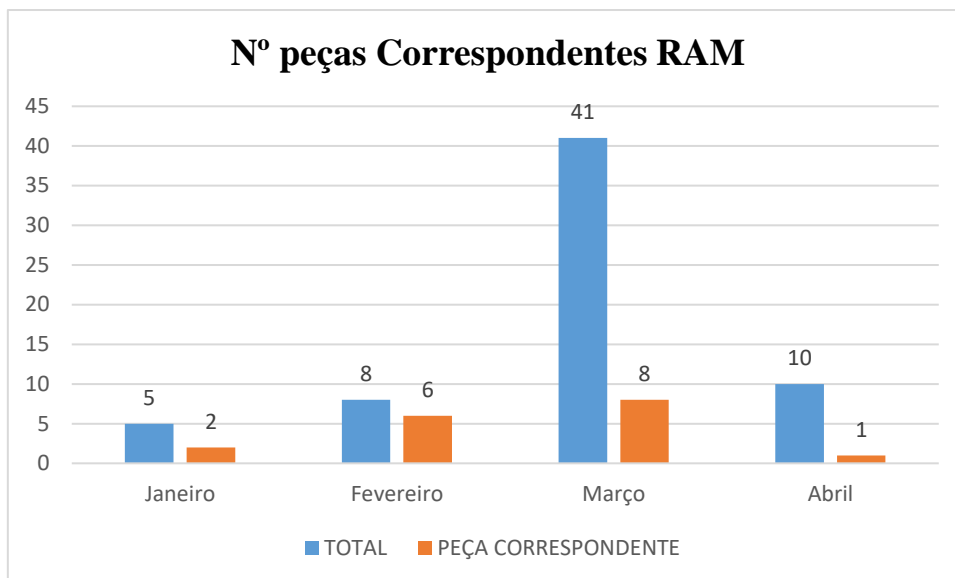


Figura 33- Número total de peças e Número de peças feitas pelos Correspondentes da Madeira

Este gráfico põe em evidência o número de peças feitas sobre a Região Autónoma da Madeira distribuídas pelos respetivos meses. Em paralelo colocamos o número de peças sobre a Região da autoria dos correspondentes da SIC. Desta feita, verifica-se que, em janeiro e Fevereiro, a maioria das peças foi feita por correspondentes, o que não se verifica em Março. Em Abril, constatamos que muitas peças não estavam assinada, o que não exclui a possibilidade de terem sido os correspondentes os autores das peças.

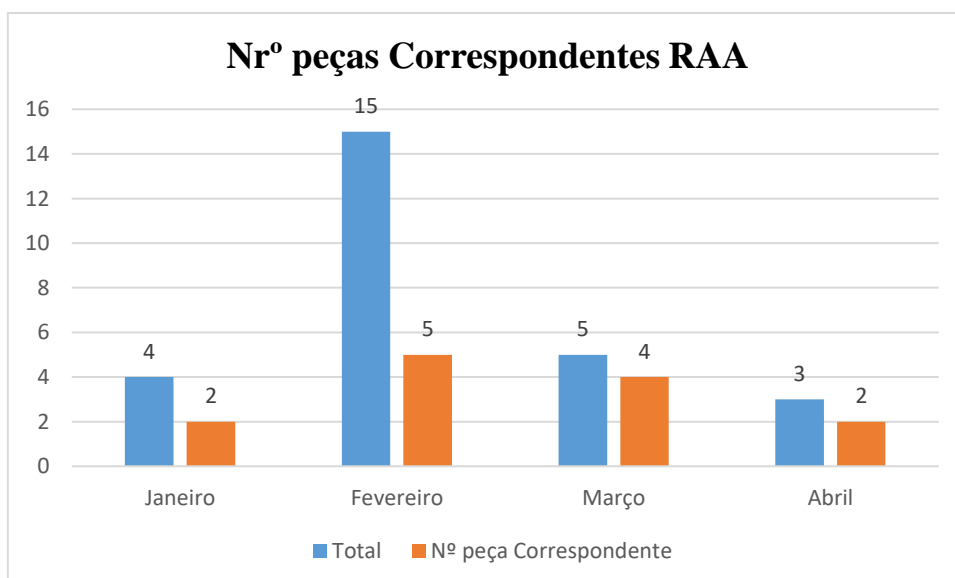


Figura 34- Número de peças total e Número de peças dos Correspondentes da Região Autónoma dos Açores

Os dados indicam que a relação entre as peças feitas sobre os Açores é constante com o número de peças da autoria sobre os Açores, o que nos leva a concluir que, durante estes

quatro meses, o correspondente Estêvão Gago da Câmara é o autor da maioria das peças sobre a Região.

Análise Qualitativa

De seguida, apresentamos neste relatório de estágio os resultados da nossa análise qualitativa, representada na grelha de análise 2, que se divide em função de variáveis de discurso e de forma. Relativamente às variáveis de discurso, analisamos o tipo de enquadramento narrativo, tipo de argumentação, tom das peças e citações nas peças. Quanto às variáveis de forma, vamos destacar a temática dominante da peça e grau de desenvolvimento da temática dominante do artigo. É de referir que a amostra da presente análise não é igual à nossa análise quantitativa, porém reflete a necessidade de aprofundar algumas tendências verificadas, sobretudo relativamente às temáticas dominantes das peças. Assim, só foram contempladas as peças de Janeiro, Fevereiro e Abril, excluindo propositadamente o mês de Março, período em que se registaram mais peças sobre as Regiões Autónomas, por coincidir temporalmente com dois fenómenos extremamente mediáticos e que, de certa forma, não representam o ambiente normal das Regiões Autónomas. Importa ainda frisar que na nossa análise são compreendidos todos os géneros noticiosos, com excepção de diretos, o que nos deixa com uma amostra de 43 peças ao invés de 45, o número total de peças sobre as Regiões Autónomas, conforme apuramos na nossa análise quantitativa.

Argumentação	Nrº	Percentagem
Política	4	9%
Judicial	13	30%
Económica	2	5%
Social	17	40%
Assertiva	7	16%
Total	43	100%

Tabela 9 -Tipo de Argumentação das Peças

Outro ponto interessante de análise é, assim, atender ao tipo de argumentação das peças. Desta forma, dividimos seguindo a investigação de Ana Raquel Monteiro Leitão³² as mesmas nas seguintes variáveis: Política, Judicial, Económica, Social e Assertiva. Podemos dizer que durante os três meses analisados 40% das peças tem uma

³² Leitão, Ana Raquel Monteiro. (2015). O surto de Legionella de 2014 no Telejornal da RTP.

argumentação social e 30% uma argumentação judicial, o que está em linha com o que nos disse o coordenador do PJ em entrevista³³. Quando questionado sobre o tipo de serviços requisitados André Antunes diz-nos que “o eixo central são assuntos de sociedade”, designadamente “justiça”, “casos judiciais” ou “lesados do BES, greve de professores, greves na saúde, pois são assuntos transversais à sociedade mas que também existem lá.” Em posição oposta, o tipo de argumentação menos presente nas peças sobre as Regiões é, efetivamente, a económica e política, o que pode ser entendido devido à falta de interesse sobre a agenda política das Regiões.

Narrativa	Nº	Percentagem
Factual	43	100%
Dramático	0	0%
Policial	0	0%
Alegórico	0	0%
Épico	0	0%
Irónico	0	0%
Moral	0	0%
Total	43	100%

Tabela 10 - Enquadramento Narrativo das Peças

Continuando a ter em conta as variáveis de discurso, relativamente ao Enquadramento narrativo das peças, verificamos que as 43 peças analisadas são enquadradas na categoria factual.

Tom	Nrº	Percentagem
Positivo	9	20%
Neutro	19	45%
Negativo	15	44%
Total	43	100%

Tabela 11 - Tom da Peça

Outro ponto interessante de analisar é o tom das peças, sendo que esta categoria se relaciona com a tabela anterior. Quer isto dizer que se a categoria representada nas peças é factual, que é de esperar que o tom das peças seja maioritariamente neutro, e é isso que se verifica. No entanto, a este respeito 44% das peças tem um tom negativo e 9% um tom positivo, o que pode ser explicado com o grande número de peças associadas a temas judiciais, onde o protagonista das peças, por norma o arguido, é

³³ Entrevista disponível nos Anexos

associado a ações negativas, como a responsabilidade de crimes. Conforme explica Brandão (s/d) , as “más notícias têm um maior impacto junto da audiência do que as “boas notícias”, já que as primeiras são especialistas em apelar à emoção de quem as assiste, muitas vezes em directo, tornando maior a reacção à surpresa do que está acontecer naquele preciso momento.” Não nos podemos esquecer pois que, para o autor, os conteúdos negativos são «mais inesperados», «mais raros», e «mais imprevisíveis». “Tudo isto vai ao encontro de vários autores quando se referem ao «crime como notícia» e, ao facto, da forte probabilidade da «violência ser o supremo exemplo das consequências negativas dos valores-notícia», uma vez que «qualquer crime pode ser levantado à visibilidade noticiosa se a violência lhe estiver associada” (Hall et all, 1999: 238 cit in Brandão, s/d).

Grau Desenvolvimento	Nrº	Percentagem
Muito Desenvolvido	42	99%
Desenvolvido	0	0%
Superficial	1	1%
Total	43	100%

Tabela 12- Grau de Desenvolvimento da peça face à temática dominante

O Grau de Desenvolvimento das peças face à temática dominante revela que em 43 peças analisadas só uma revela um desenvolvimento superficial face ao tema dominante, sendo que a esmagadora maioria revela um desenvolvimento muito desenvolvido. Por outro lado, e conforme consta na grelha 2, a variável “Atores identificados” permite perceber se existe ou não um protagonista na estória ou se, por sua vez, há personagens centrais e secundárias.

Janeiro		Fevereiro		Abril	
PEÇA	TEMÁTICA	PEÇA	TEMÁTICA	PEÇA	TEMÁTICA
Julg. Mãe Daniel	Descrição do crime, Descisão do Tribunal	Ronda Mau Tempo Açores	Situação do mau tempo por grupo, alertas à população	Vento Forte Madeira	Desvio voos
Homicídio Madeira	Descrição do Crime, Breve História	Ronda Mar Açores	Mau Tempo, Meios de socorro e Constrangimentos aéreos	Homicídio Funchal	Descrição da relação entre homicida e vítima
Mau Tempo Açores	Situação geral e alertas à população	Mau Tempo Açores	Melhoria do Estado do Tempo	Chuvadas Madeira	Estragos

		Sentença Casal Madeira	Decisão do Tribunal e Explicação do crime	Julg. Advogado Açores	Recusa dos advogados, Resumo do caso
		Incendiários Funchal	Acusação do Ministério Público		
		Acórdão Mãe Daniel	Absolvição		
		Acórdão Incendiário Camacha	Decisão do Tribunal		
		Militar Lajes acusado Off	Acusação		
		Mau tempo Açores	Situação geral do Mau Tempo		
		Mau Tempo Açores	Efeitos do Mau Tempo		
		Mau Tempo Açores	Destruição, Mau tempo e Avisos		

Tabela 13 - Temática dominante face aos temas dominantes

Olhando a investigação deste relatório, constatamos que os temas dominantes nas peças sobre as Regiões Autónomas são o mau tempo e temas de justiça. Desta forma, nesta tabela, conseguimos ver as peças feitas sobre estas temáticas em Janeiro, Fevereiro e Abril e a abordagem conseguida ao tema. Assim, esta variável permite conhecermos com maior rigor as nuances deste padrão.

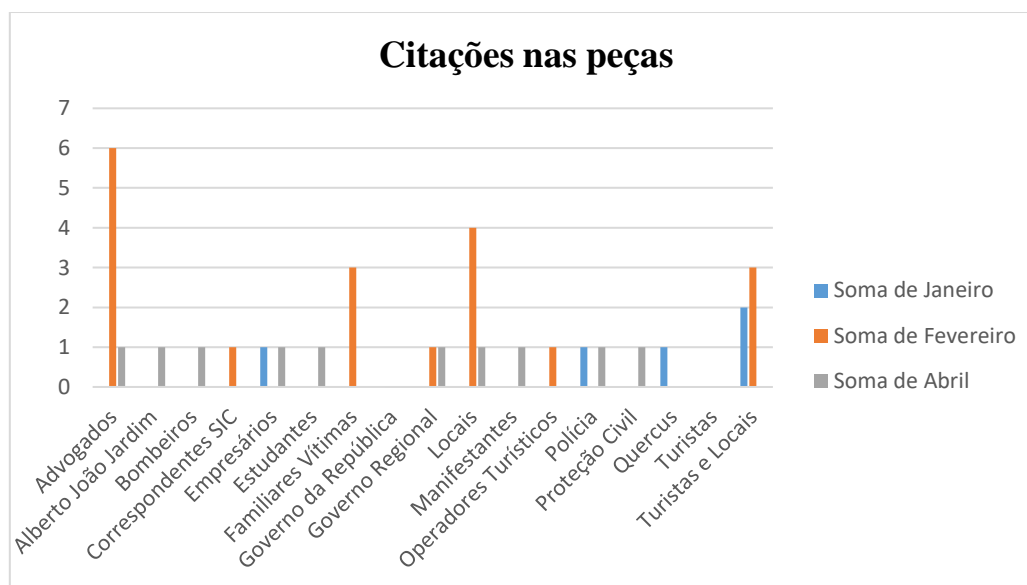


Figura 35- Citações nas peça

Esta variável permite saber a quem pertencem as citações encontradas na peças sobre as Regiões. Assim, a azul são representadas as citações de Janeiro, a laranja as de Fevereiro e, por último, a cinzento as citações de Abril. Assim, podemos inferir que em

Fevereiro a maioria das citações são de advogados, locais e locais e turistas (anónimos, logo sem oráculos.) Em janeiro, por sua vez, a maioria das citações pertence a turistas e locais, e em Abril, de forma equilibrada, as citações encontradas são atribuídas a bombeiros, empresários, estudantes, manifestantes, Proteção civil e polícia.

7 - Análise e Discussão dos Resultados

No cômputo geral, o capítulo anterior desvendou, em grande parte, a análise que agora vamos encetar. Para além dos dados obtidos através da análise quantitativa e qualitativa, vamos centrar a nossa atenção também nos dados recolhidos através das entrevistas feitas aos correspondentes da SIC nas Regiões Autónomas. Desta feita, seguidamente, apresentamos a discussão dos resultados.

Em primeiro lugar, é importante referir que durante os quatro meses da nossa análise, verificamos que a estação de Carnaxide emitiu mais peças sobre a Região da Madeira face à Região dos Açores, sendo que esta última é a menos populosa e a mais dispersa geográficamente pelo número de ilhas. Esta conclusão é válida para o período da nossa análise, sendo, por isso, uma resposta a uma das perguntas que norteia este relatório. Existe, de facto, uma cobertura noticiosa da SIC sobre as Regiões Autónomas Portuguesas. O correspondente dos Açores, Estevão Gago da Câmara quando confrontado com este resultado alerta para a necessidade de termos cuidado com «estatísticas», na medida em que, a seu ver, outros quatro meses podem ter resultados diferentes. Face a esta percepção, importa não generalizar e dizer que a SIC emite mais peças sobre a Região da Madeira, para além do âmbito dos quatro meses da nossa análise. Existe, de facto, uma cobertura sobre as regiões autónomas, garantidas pela presença dos correspondentes e pelo jornalistas da redação, consoante as situações.

De igual modo, se queremos aferir se a cobertura noticiosa é suficiente ou insuficiente temos de mensurar esta pergunta de uma forma diferente. Não em termos quantitativos, uma vez que não conseguimos estabelecer uma relação entre o número total de peças de cada alinhamento e o número de peças sobre as regiões, mas antes se os temas que estas abordam são de interesse nacional, se denunciam problemas sociais e regionais, se dão a conhecer tradições locais e dão a conhecer a atualidade das regiões, e o que é inesperado. Quanto aos temas dominantes nas peças verificamos que são sobretudo peças sobre atualidade, ligadas a situações de mau tempo, intempéries e situações relacionadas a temas de sociedade, do ponto de vista de acompanhamento da história, como o decorrer de processos nos tribunais. Os temas passíveis de serem de Sociedade são muitos daí que tradições locais e festas também tenham sido incluídos apensados a esta categoria. Estêvão Gago da Câmara refere que o tema das suas peças, por exemplo, sofreu flutuações com o tempo e que a sazonalidade é uma das características que se imprime nas peças. A este nível, após a obtenção dos resultados

consequentes à investigação desenvolvida, pode afirmar-se que a sazonalidade também põe em evidência estas temáticas mais “light”, como evidencia Estêvão Gago da Câmara em entrevista. A época do ano também implica um determinado tipo de temas às peças sobre as Regiões que, no fundo, vão mostrar tradições e costumes locais.

Há assuntos incontornáveis que são do interesse de todos os portugueses que, como tal, irrompem na esfera mediática. Sobre este assunto, Nelson Traquina salienta que “o próprio conceito de «atualidade» constitui o coração e a alma da atividade jornalística: o jornal, o telejornal, são supostos dar a conhecer o que há de «novo», o que «acaba» de acontecer” (Traquina 1988/1999: 174 cit in Artilheiro, p.19)

Durante a nossa análise, aferimos que a maioria das peças sobre as Regiões é emitida no Primeiro Jornal. Esta maioria é transversal aos quatro meses da nossa amostra, o que nos permite concluir, com afinco, que é o bloco noticioso da hora de almoço o que dá uma maior atenção a peças sobre as ilhas. Este facto vai ao encontro do que nos foi dito pelo correspondente Estêvão Gago da Câmara, que refere que tal se deve à natureza do jornal, ou seja, às suas características. Confrontado com a pergunta relativa ao Jornal para o qual fazia mais peças a resposta foi clara: “mais para o Primeiro Jornal porque tem estas características. Não só em relação aos Açores mas de dar uma atenção às realidades mais locais e regionais. Não é tanto pela atualidade nacional, mas não é só para os Açores, se tomarmos o todo do noticiário percebemos uma lógica de abertura a acontecimentos localizados em regiões mas com interesse nacional, obviamente, mas com essa natureza diferente.” Por seu turno, o correspondente Paulo Figueira também nos alerta para outra característica importante dos jornais, o tempo disponível, daí que diga: “Por aquilo que me apercebo, o JN tem rubricas e grandes reportagens que ocupam mais tempo de noticiário comparando com o que se passa à hora do almoço. Por isso, compreendo que o JN obrigue, a um critério de seleção mais rigoroso ao nível das reportagens solicitadas para não se correr o risco de não serem emitidas.” Neste quadro, importa ter em conta a posição do coordenador do Primeiro Jornal: “os públicos são diferentes e os jornais. Há um DNA do PJ e do JN, que é o DNA da SIC, mas nós temos de adequar os produtos aos públicos. Não quer dizer que eu tenha uma maior sensibilidade para isso que o coordenador do PJ, não é isso que está em causa. São produtos diferentes.”

Na nossa análise, incluímos o *Primeiro Jornal* e o *Jornal da Noite* durante os dias úteis e também durante o fim-de-semana, de forma a percebermos se, efetivamente, a natureza das peças sobre as regiões varia nestes dois momentos. No fundo, sabemos

que o *Primeiro Jornal* e o *Jornal da Noite* são diferentes e que os jornais de fim-de-semana tem uma componente mais light. Estêvão Gago da Câmara explica-nos que ao longo dos anos a sua focagem nos assuntos “flutuou de formas diferentes”, ou seja, há uma atenção em enquadrar a peça e a notícia ao jornal para a qual se destina. Diz o correspondente que “os jornais da hora de almoço é uma coisa, jornal da noite é outra e jornais de fim-de-semana é outra, mas a natureza do assunto tem a ver com o destinatário do jornal.” A este respeito, a experiência de Paulo Figueira é semelhante, quando nos diz que “habitualmente, durante a semana são reportagens de política, desporto (sobretudo futebol), acontecimentos trágicos ou julgamentos de casos com relevância nacional. Ao fim de semana, são com maior frequência peças que tratam de assuntos mais ligeiros sobretudo culturais, mas com igual interesse noticioso a nível nacional.”

Certo é que os dados obtidos na nossa análise revelam que as peças emitidas nos Jornais de fim-de-semana são dedicadas a temas mais leves, como tradições, festas e *fait-divers*. Face ao total de dias da nossa amostra, os dias correspondentes ao fim-de-semana são precisamente 14. Constatamos que foram sobretudo os correspondentes que fizeram peças sobre as regiões autónomas para o fim-de-semana. Em Janeiro, Fevereiro e Abril, por exemplo, encontramos peças sobre as regiões da autoria de outros jornalistas, porém a maioria são da responsabilidade de Estêvão Gago da Câmara e Paulo Figueira, este último em superioridade numérica. Em Março, por sua vez, as peças de fim de semana foram todas feitas pelos dois correspondentes. De igual forma, em Abril, registamos 13 peças sobre as regiões autónomas, sendo que sete foram emitidas nos jornais de fim-de-semana. Rui Caria, correspondente na ilha Terceira, admite que em São Miguel, a maior ilha dos Açores, o fluxo de trabalho com a chegada das low cost ao arquipélago e o recente “boom” no turismo possa ter aumentado o volume de trabalho na ilha, o que todavia não se reflete no seu fluxo de trabalho, confidenciou. Esta questão é pertinente porque, de acordo com o jornalista, estas peças de “rabo de jornal” estão a tornar-se mais comuns, porque os Açores estão na moda, mas quando deixarem de ser moda, vão deixar de ser notícia, remata.

Estêvão Gago da Câmara explica que, ultimamente, são lhe pedidas mais peças para o fim-de-semana, aliás, segundo o correspondente, “[ultimamente] é quase certo ter uma peça para o fim-de-semana.” Nas palavras do correspondente sobre este fluxo de informação é “a avaliação que considero 99% correta do valor jornalístico do acontecimento”. Para o correspondente as peças de fim-de-semana são mais

“intemporais e lúdicas”, por exemplo, confia que “a cozinha vende muito bem ao fim-de-semana (...) Não é para me desculpar, mas os olhos de fora são melhores juizes do que os locais e eu tenho várias situações onde eu não era contrariado, mas não dava muito pela sugestão que me estavam a fazer, mas depois rendi-me com os resultados.”

Relativamente à posição das peças sobre as regiões autónomas nos alinhamentos verificamos que foram emitidas sobretudo na primeira parte do jornal, tendo sido a nossa referência entre a primeira e a segunda parte o intervalo. Desta forma, é nosso entendimento que, por norma, as peças alinhadas na primeira parte do jornal configuram-se aos olhos do coordenador do jornal de uma maior importância. A única exceção foi o mês de Março, onde a maioria das peças estava alinhada depois do intervalo, onde são alinhadas, por sequência, as peças de desporto e assuntos mais leves.

Por outro lado, verificamos que em termos de agenda, em abril, apenas duas iniciativas em agenda resultaram em situações de reportagem, o que revela que para os correspondentes a agenda não imprime a mesma força que no resto da redação, pois são eles que tem mais contacto com fontes e, dessa forma, as sugestões de reportagem podem chegar-lhes diretamente, sem o intermediário da agenda. Neste caso, quando são iniciativas de agenda, é pedido aos correspondentes, pela produção ou pelos coordenadores, que acompanhem o serviço em causa.

Em Janeiro, o número de peças entre os arquipélagos é muito equilibrado, sendo a Madeira o arquipélago com mais peças, no entanto a diferença é de apenas uma peça. Em Fevereiro, acontece o inverso, registaram-se mais peças sobre os Açores. Em Março, mês onde a nossa amostra aumenta exponencialmente face aos outros três meses, registaram-se mais peças sobre a Região da Madeira.

Assim, podemos depreender que tratando-se de duas regiões com órgãos de comunicação social regionais, tais como rádios, jornais, revistas e um canal público de televisão, a dimensão micro da cobertura noticiosa compete aos mesmos, o que deixa para os órgãos de comunicação nacionais uma dimensão macro das notícias, logo assuntos que se passam na região mas que interessam ao público nacional, pela sua importância. Este argumento baseia-se, por exemplo, nos temas que dão corpo às peças sobre as regiões, dado que são sobretudo peças de atualidade, como situações de mau tempo ou catástrofes naturais, ou temas de sociedade. Há referências pontuais aos Governos regionais e a problemas da administração regional, porém muitas referências a tradições das ilhas. Em relação ao objetivo, “**verificar se os temas noticiados são de atualidade ou outros temas**”, é possível concluir no presente Relatório que ambas as

hipóteses se verificaram, embora se tenha verificado um padrão dominante. Neste quadro, impõe-se referir ainda um outro aspecto, a agenda política, que condiciona muito a cobertura jornalística. Na Madeira, Alberto João Jardim esteve no poder durante 37 anos, o que condicionou naturalmente a cobertura noticiosa. Questionado sobre um maior interesse do jornalismo televisivo nacional para com as regiões, o correspondente madeirense Paulo Figueira acredita que “continua a haver interesse pelos assuntos regionais e locais. Afinal de contas o país é composto por imensas regiões, com realidades e problemáticas específicas para além de uma grande diversidade cultural. A única diferença é na agenda política. Com a saída de Alberto João Jardim da governação e da liderança do PSD, a Madeira deixou de estar tanto na “grelha informativa” da política nacional. Como dirigente polémico e controverso, com uma forma muito particular de analisar, comentar e criticar, ouvir Alberto João Jardim, sobre as questões nacionais era obrigatório. Com a nova realidade política madeirense, tudo se alterou...”

Com a ajuda da análise qualitativa, através das variáveis de conteúdo e de discurso, verificamos que as citações das peças são maioritariamente de turistas, locais, empresários e advogados. Sobre as fontes, a posição dos correspondentes é muito importante. Em primeira instância, as fontes tentam exercer as suas influências, manifestar os seus interesses, porém os jornalistas não podem desprezar as fontes, ou seja, há que saber trabalhar as mesmas. Nesta lógica, é muito pertinente a opinião do correspondente Rui Caria: “A minha postura com as fontes, aqui não tenho fontes, na verdade. Tenho pessoas que conheço, que conhecem alguém, e vamos por aí. As fontes são assim, é muito regional, é tudo muito caseiro, o que também é bom porque quando somos correspondentes temos de criar esta falsa intimidade ao início, que se torna intimidade depois, na verdade, por exemplo, tornei-me muito amigo do antigo presidente da proteção civil. Com este novo [presidente da proteção civil], vou ter de criar intimidade com a pessoa, mas não vou ter com ele e dizer: ‘Olhe, eu sou o Rui Caria, trabalho para a SIC e vou precisar de si’. Não, é ao contrário, quando houver a necessidade de uma entrada da proteção civil ou um vivo, eu vou pelo meio normal, falar com a proteção civil e ele há-de falar comigo e eu percebo pela conversa - timbre, tom e o há vontade, se é uma pessoa com quem consigo criar intimidade ou se mantenho a coisa do ponto de vista institucional. Eu tento sempre quebrar esta parte e tento que as pessoas se deem comigo, porque é a única forma de as ter, de outra forma

tenho as instituições que as pessoas cuidam de e não tenho as pessoas, e eu preciso das pessoas (...)"

Esta ideia atravessa a posição defendida por Ribeiro quando diz que “as fontes recorrem a uma série de expedientes para obter um tratamento jornalístico favorável aos seus interesses” e os jornalistas “são confrontados com a acção das fontes cujo principal desiderato é, precisamente, fazer com que as instituições ou causas que representam sejam alvo de uma cobertura noticiosa que, em traços gerais, despreze eventuais acontecimentos negativos e releve os acontecimentos positivos” (Ribeiro, 2006: 13).

Esta questão mostra-nos que a proximidade acarreta um lado positivo e um lado negativo, mas que para o quotidiano dos correspondentes é fundamental. Esta proximidade é determinante para garantir as “fontes”. No entanto, esta relação é construída gradualmente, como esclarece Rui Caria. Por outro lado, Estêvão Gago da Câmara refere um factor de elevada importância. Na ilha de São Miguel as pessoas e as fontes personificam a SIC na sua pessoa/presença, daí que Estêvão Gago da Câmara refira que “Essa proximidade é muito grande. ‘Ah, mas vocês [SIC] não estiveram [num evento]. Surgem uns lamentos pela ausência da SIC, entenda-se pela minha ausência”.

Quanto à relação com os poderes políticos, o correspondente refere: “a minha relação com os poderes políticos não é, nunca fui e não terá de ser muito pacífica (...) os poderes regionais, já vão quarenta anos, sabem bem demais gerir a informação em termos regionais, escapa-lhes as notícias e os espaços nacionais e, portanto, são muito sensíveis ao que foi noticiado em antenas nacionais.” Concordante com esta posição, está também a correspondente Marta Caires. “Como disse sou jornalista desde 1993 e vi de perto o poder de Jardim, o que fazia às pessoas, mas engane-se quem pense que isto está melhor. Os novos poderes - da oposição nas câmaras e do PSD no governo - faz o mesmo. O ciclo repete-se e quem está a chegar prepara-se para ficar com os truques de sempre. Nestas circunstâncias trabalhar para um órgão nacional pode ser uma vantagem em termos independência. Não quero com isto dizer que quem trabalha nos órgãos de comunicação regional está comprado ou vendido. Nada disso, trabalhei na imprensa regional, sei a coragem que foi preciso ter e que é preciso continuar a ter para não valorizar ameaças veladas ou descaradas.” Para cimentar a ideia, a jornalista madeirense dá-nos um exemplo em concreto: “No ano passado, penso que em Novembro, o coordenador do primeiro jornal pediu-me para fazer uma peça sobre um processo de facturas falsas e que envolvia o maior empreiteiro da Madeira. Quando lá cheguei calhou apanhar o mesmo elevador do dito cujo que me reconheceu, estava convencido

de que ainda trabalhava para o Diário de Notícias da Madeira e disse-me para ter muito cuidado com o eu ia escrever.”

Pedro Jerónimo (2015), a citar Isabel Pascoal, enfatiza algumas dificuldades dos meios regionais e locais adjacentes da proximidade, tais como a dificuldade em afirmar a autonomia, a liberdade de expressão, a constante exigência de versatilidade do jornalista, que também é membro da comunidade e cidadão. “A família carenciada que é motivo de reportagem e de generosidade, ou o professor da filha da jornalista, sobre o qual terá que escrever, o diretor do jornal que é interpelado por populares com dicas de reportagem; o vereador ou padre que “encomendam” notícias. Estes são alguns dos exemplos relatados, lidos ou vividos, que fazem o dia-a-dia dos jornalistas da imprensa regional. Também eles cidadãos, residentes num determinado território. Homens e mulheres por trás dos profissionais, que constantemente têm que gerir (des)aproximações com chefias, públicos e fontes. Vivências que se fazem dentro e fora das redações e que são muito frequentes na imprensa regional.” (Jerónimo, 2015: 158). Como designou Pedro Coelho 2005: 107), esta ‘proximidade demasiadamente próxima’ é um dos perigos das relações estabelecidas entres jornalistas e fontes em contextos regionais.

Marta Caires, sobre a atenção dos órgãos nacionais para com os temas locais e regionais, considera não só a importância de dar a conhecer zonas fora das grandes metrópoles portuguesas mas, uma vez mais, a importância que pode ter em questões políticas e locais. “Eu acho que há um país por descobrir fora de Lisboa e Porto, um país que precisa muito que os órgãos de comunicação social nacionais olhem por ele. E nesse país incluo as regiões autónomas. Como está esquecido e longe da vista, as pessoas ficam à mercê de pequenos tiranos, sejam políticos que dão empregos no governo regional, nas câmaras, que subsidiam associações e clubes, sejam os empresários que garantem outros tantos empregos nas poucas empresas que existem. Os órgãos de comunicação regional foram também apanhados por esta teia, sobretudo depois da crise. Uns e outros alimentam as dependências para manter o poder, o emprego e por aí fora. (...)”

Tudo isto nos leva a crer que a cobertura noticiosa que a SIC faz sobre as Regiões Autónomas é suficiente na medida em que reflete o que é notícia nacional. Rui Caria defende esta posição: “Penso que temos feito tudo o que é preciso mostrar, tendo em atenção a qualidade-preço. Aqui falo de uma forma muito comercial, o custo da peça e interesse nacional, e interesse público/custo, temos feito o que é legítimo e normal

fazer, se as peças custassem menos a fazer e fossem mais baratas, se a SIC pudesse investir mais, poderíamos fazer mais coisas, mas mais coisa de quê? (...) Estamos a falar de um corte que começou em 2011. Até 2011 fazíamos histórias de pessoas e coisas interessantes e a dar a conhecer os Açores. Depois de 2012 só quando morrer alguém é que há notícia, uma metáfora para perceber que as coisas tiveram de baixar em termos de intensidade porque o preço não era comportável para a SIC. Acho que está a ser bastante bem coberto, mas é evidente que falhamos, mas penso que no geral a região está bem coberta por nós porque podemos demorar um dia ou dois, mas mandamos.” Estêvão Gago da Câmara partilha da mesma opinião, diz que é suficiente, porém explica que: “É claro que temos que ouvir e aceitar resignadamente um político a quem pedimos a uma reação que não está em Ponta delgada ou em Angra, onde está o Rui Caria, e está no Pico, que está onde nos não estamos, por exemplo, refugiar-se nesse pretexto e nesta desculpa para fugir com o rabo à seringa. São contingências da geografia”.

Em resposta ao objetivo, **“compreender como é que as peças sobre as ilhas chegam aos ecrãs da estação: jornalistas na redação ou correspondentes”**, concluímos que ambas as opções estão correctas e contribuem, mas em diferente escala.

Nesta lógica, Traquina observa que “é inegável a existência de grandes «buracos» na «rede noticiosa», sendo que o principal motivo se deve à extrema concentração dos recursos das empresas jornalísticas, em termos geográficos, em Lisboa” (2002: 108). Este argumento, aliás, já foi por nós explorado neste mesmo relatório e, como vimos, influencia ou não a agendamento de um evento na Agenda ou até mesmo a cobertura de um evento. No entanto, a SIC com a sua rede de correspondentes procura minimizar esses “buracos”, na medida em que os critérios de noticiabilidade e o interesse do evento ou notícia é tido em conta. No caso concreto da nossa investigação, verificámos que os correspondentes admitem que podem deixar escapar um evento ou outro, mas que o que realmente é importante aparece feito. Sobre o assunto, Marta Caires, correspondente do Expresso e da SIC na Região Autónoma da Madeira, acredita que a situação “está muito melhor, agora que somos dois jornalistas. Eu gostava de fazer mais, gosto de trabalhar, mas temos de perceber que é o ritmo da atualidade que determina o alinhamento dos noticiários. Ainda assim, acho que se ouviu mais sotaque madeirense na SIC nos últimos seis meses do que nos últimos três anos.” Por outro lado, a análise de conteúdo³⁴ empreendida revela-nos um pormenor

³⁴ Disponível na grelha 2 dos Anexos.

importante, nomeadamente se atendermos à localização. A ação das peças desenrola-se maioritariamente na ilha da Madeira e na cidade do Funchal, no caso da Região Autónoma da Madeira, e na ilha de São Miguel e na cidade de Ponta Delgada, na Região Autónoma dos Açores. Esta centralização das peças na maior ilha dos arquipélagos e nas suas principais cidades não deixa de ser importante, na medida em que revela que a notícia continua a residir nos sítios com maior expressão habitacional e de serventia de serviços.

Esta premissa do factor económico e comercial de que fala Rui Caria é de grande importância. Como referido anteriormente neste relatório, o factor económico influencia diretamente os meios de comunicação social. Este corte de que fala o correspondente atravessa temporalmente a crise económica e financeira que assolou o país. Quer isto dizer que o factor económico é também uma barreira ao trabalho dos correspondentes nas regiões autónomas, como também impeditiva de uma cobertura maior.

Numa linha de opinião diferente da manifestada pelos correspondentes, André Antunes considera que a cobertura noticiosa que a SIC faz sobre as Regiões Autónomas não é suficiente e justifica-o com as contingências das regiões, como o factor geográfico e a disponibilidade dos correspondentes. Nas suas palavras, “desde já a própria configuração sobretudo dos Açores, devido à dispersão das ilhas. Eu não me lembro da última vez que tive um reportagem sobre as Flores, não me lembro. Há sítios muito bonitos nos Açores, há pessoas que vivem isoladas, pessoas que mudaram de vida, um milhão de histórias espalhadas pelas ilhas. As viagens não são baratas, têm o custo do preço e o custo do tempo e tempo é dinheiro em televisão. Um correspondente para ir ao Pico implica não estar a fazer atualidade, por exemplo. Depois acho que devíamos de ter mais dinâmica com os correspondente. Partilhamos, por exemplo, o Paulo Figueira com a rádio, logo não está totalmente disponível. A disponibilidade deles é um factor importante. **Eu gostaria de ter mais reportagens se também me chegassem mais sugestões**”. Esta frase do coordenador do Primeiro Jornal é importante. As quatro entrevistas realizadas aos correspondentes revelaram-nos as suas perspectivas sobre o que é uma notícia de âmbito regional com interesse regional, se as suas peças tem por base sugestões pessoais ou são pedidas pela redação. Percebemos que o interesse nacional da temática é o principal critério. De que forma a proximidade de que tanto falamos poderá ou não condicionar a visão dos correspondentes e por isso desvalorizar sobre o que pode ser notícia para uma televisão Regional. Quanto a este fluxo de

sugestões, se não são suficientes ou se a agenda podia ter esta preocupação, André Antunes diz que são as duas, mas esclarece que “em primeiro lugar, devia ser o correspondente a dizer ‘há aqui uma história’. **Acho que os correspondentes das Regiões Autónomas tem uma visão que o que se passa lá não interessa às pessoas no Continente.** Um exemplo curriquireiro, por exemplo, uma tempestade nos Açores. Tanto tu [SIC] e a concorrência metem um jornalista no terreno, porque temos o dever de informar, aconselhar e ajudar a prevenir. Há uma coisa engraçada que é...ligas ao correspondente, pedes a peça, explicas que há o alerta vermelha e a chuva, e a resposta é ‘chove todos os dias nos Açores’. Se calhar lá as pessoas sentem-se assim, e nós temos uma visão diferente, não sei qual está certa ou errada. **Os correspondentes nas ilhas acham que um assunto para merecer destaque nacional tem de ser uma coisa mesmo muito importante. Eu não vejo as coisas assim, a nossa riqueza enquanto cultura e país faz-se destas pequenas coisas. (...)**”

O jornalismo de proximidade é importante para preservar as tradições locais, por isso as peças ajudam a dá-las a conhecer. Como vimos, há várias peças com este enfoque sobre as regiões, porém não deixa de ser interessante a posição de Estêvão Gago da Câmara sobre este assunto: “eu tenho algumas reservas em relação ao nosso papel. Eu sou jornalista e a divulgação pela divulgação acho que não nos cabe a nós. A divulgação, a promoção, é uma palavra que custa ao jornalista, também está envolvida no meu trabalho, mas não é a divulgação pela divulgação e a promoção pela promoção. Tem de ter algum sumo de informação pura, de interesse informativo e noticioso.” Nesta lógica, afigura-se, assim, de avultada importância, percebermos para os correspondentes o que é uma notícia de âmbito regional com interesse e impacto a nível nacional, no fundo, o que legitima uma peça sobre a região nos noticiários de uma televisão privada nacional. Estêvão Gago da Câmara dá o seguinte exemplo: “Assim de repente, por estar na ordem do dia, a SATA, companhia aérea de aviação da região, 100% participada por capital público. Acontece qualquer coisa que implica cancelamentos de voos, obviamente que uma ligação aérea para o exterior, o impacto do cancelamento do voo faz-se sentir tanto em Ponta Delgada como em Lisboa, pois há passageiros que ficaram em terra. É exemplo de como tem um impacto direto para um público nacional.” Para Rui Caria, a definição de notícia é “muito básica”, e assenta no que é estranho.” Se um avião levantar e aterrar não é notícia, mas se levantar e cair é raro. Aí é tanto notícia regional como nacional. É evidente que se os bombeiros ganharam o campeonato nacional na Roménia é evidente que é uma notícia nacional e a

SIC vai ter de a dar. Se os bombeiros ganhassem o campeonato na Graciosa era só uma notícia para os meios regionais. O interesse nacional é algo macro, gigante, e as coisas micro ficam para os órgãos regionais que tem a função de informar a região.”

Por se destinarem a um público nacional, as peças feitas pelos correspondentes sobre a região têm em atenção alguns factores importantes como a localização. As peças são “a pensar num público que não conhece, que não sabe do que estamos a falar, e diz-me a experiência, há coisas que devo explicar, que não explicaria para um público regional, por exemplo, a localização, os enquadramentos são indispensáveis muitas vezes para um público nacional. Não teria sentido certas explicações circunstanciais para um público apenas regional”, explica o correspondente Estêvão Gago da Câmara. Sobre as principais dificuldades sentidas no âmbito da profissão, um dos principais constrangimentos sentidos pelos correspondentes entrevistados é o factor distância. Nas palavras de Paulo Figueira, “um correspondente, ainda por cima de uma região insular e distante, sente-se muitas vezes à margem do que se passa na redação. Comunica por telefone, com pessoas que não conhece ou nunca viu. Se estivesse na redação central, seria mais fácil trocar impressões com os colegas.” A dispersão geográfica do território açoriano afigura-se também como uma das dificuldades pela equipa da SIC que é constituída por três elementos que operam de acordo com um esquema que permite contornar a dispersão geográfica. Assim, Estêvão Gago da Câmara e Filipe Melo operam em São Miguel e Rui Caria na Terceira, ilha do Grupo Central, logo com uma maior facilidade de se deslocar a outras ilhas do mesmo grupo. Rui Caria, não é só repórter de imagem, mas também fotojornalista e jornalista. Sobre esta multiplicidade de tarefas, Caria reconhece que se “desdobra” em vários e assume que “isso tem vindo a evoluir nesse sentido e parece-me que é o caminho natural das coisas, que é o one man show. Sobretudo para os correspondentes, acho que até há um nome americano, é o *back back journalist*, o jornalista de mochila que é enviado para um sítio e faz foto, vídeo e escreve, monta a peça. Cada vez mais e de eu achar que as equipas são fundamentais e trabalho em equipa com o Estêvão e o Filipe, eu estou na Terceira e, como tal, a probabilidade de ter de fazer coisas sozinhos é gigante. (...)”

Perceber se a SIC pode melhorar a sua cobertura sobre as regiões autónomas era outro dos nossos objetivos. Através da análise quantitativa e qualitativa demos conta do volume de peça feitas sobre as Regiões Autónomas e o manancial de temas abordados, o que nos leva a crer só pela amostra recolhida que a cobertura

noticiosa atual é suficiente, porém a opinião dos correspondentes entrevistados parece não estar em consonância com a perspectiva do coordenador do PJ, que como vimos é o jornal com mais peças sobre as Regiões Autónomas. Mais disponibilidade por parte dos correspondentes que acumulam outros trabalhos, mais recursos financeiros são apenas alguns dos aspectos apontados para uma cobertura maior.

Em suma, quanto à representatividade dos Açores e a Madeira encontramos 91 peças, as nossas unidades de análise, que uma vez analisadas, revelam que intervieram múltiplos factores, todos eles importantes, para que cada peça chegasse aos ecrãs de uma televisão nacional. Por sugestão dos correspondentes, por pedido dos coordenadores ou pela força inegável da atualidade, foram emitidas peças sobre os Açores e a Madeira na SIC. Esta atenção para com as regiões constitui-se uma “plataforma de projeção da realidade regional no espaço nacional afirmando também a dimensão atlântica e arquipelágica do país”, como explica o correspondente Paulo Figueira.

8 - Conclusão

“ Vivemos tempos de transição tecnológica que são também tempo de novos padrões de criação de valor. O tema dominante das preocupações de todas as análises é a busca de novos e economicamente sustentáveis “modelos de negócio”.

(Cardoso, Gustavo; Magno, Carlos; Soares; Tânia de Moraes, 2015: 15)

O presente relatório de estágio, através da investigação levada a cabo, pretende responder com recurso a informação obtida no estado de arte, entrevistas a profissionais e observação direta e participante, possível por um estágio de seis meses na SIC – à problemática da representatividade de notícias sobre as duas Regiões Autónomas Portuguesas nos principais jornais da SIC generalista.

A nosso ver, a tarefa que tínhamos em mãos só faria verdadeiramente sentido se, da nossa parte, existisse um esforço primário em contextualizar a estação de Carnaxide enquanto instituição, olhando para o seu passado pioneiro, o seu presente e desafios para o futuro, até porque este ano a estação assinala 25 anos de existência, o que só por si é revelador de um percurso bem sucedido, se avaliarmos o sucesso do projeto em termos de durabilidade.

Só à luz desta realidade é possível compreendermos em termos holísticos a atual cobertura noticiosa da SIC nas supracitadas regiões. Existe uma cobertura noticiosa, garantida pelos jornalistas da redação e pela rede de correspondentes locais. Estes últimos atuam num cenário de proximidade nestas regiões e, como tal, lidam com o que isso tem de bom e de mau. Não obstante, e sem grandes surpresas, o factor económico influencia o trabalho destes correspondentes, pois a sua atividade e trabalho representa um custo.

A realização deste Relatório revelou-se enriquecedora a vários níveis, desde já pela satisfação pessoal de termos trabalhado um tema que, a meu ver, ainda não foi explorado na sua totalidade. Quero com isto dizer que apesar dos vários estudos e investigações já encetados por investigadores e académicos as Regiões Autónomas não raras vezes são excluídas da amostra e, por conseguinte, dos resultados. Esta “barreira” constitui-se um desafio durante o desenrolar do nosso trabalho. O que podia ter sido um entrave traduziu-se apenas na vontade de acrescentar um estudo específico sobre a representatividade das Regiões na cobertura de um dos canais generalistas portugueses. Como dito anteriormente, a açorianidade lançou o repto à escolha do tema, porém a revisão de literatura confirmou a necessidade de darmos continuidade à nossa decisão.

Para além de essenciais para este trabalho, os estudos sobre jornalismo de proximidade ensinaram-me sobre a legislação, a distinguir conceitos e a entender a proximidade como um fenómeno complexo.

Não obstante, impõe-se referir que o desenvolvimento do nosso trabalho teve limitações. Primeiramente, em termos de recolha de informação, uma vez que o sistema informático da estação de Carnaxide elimina, por exemplo, as grelhas da Agenda passado um mês, o que explica o facto de só conseguirmos estudar a grelha da Agenda referente ao mês de abril. Este problema técnico ditou um contratempo, mas outros não tardaram a surgir, como a indisponibilidade para a realização de mais entrevistas.

Na visão dos autores, no futuro, “ a convergência dos media e a consequente abolição da tradicional separação entre tipos de media irá em breve afetar a televisão. Embora os atuais operadores de TV por cabo estejam a adaptar a sua tecnologia no sentido de permitir a visualização em qualquer altura (tal como o digital permite e os consumidores pretendem), a convergência com a Internet e com as empresas de tecnologia vai continuar.” (Cardoso, Gustavo; Magno, Carlos; Soares; Tânia de Morais, 2015: 17)

Do local ao global, do tradicional ao digital, da caixa mágica que mudou o mundo – a televisão – aos múltiplos ecrãs e aplicações, é evidente que a forma de noticiar e o que hoje é noticiável sofreu profundas alterações. Na égide desta conjectura, também os territórios mais distantes dos grandes centros de comunicação fazem hoje parte desta rede maior, pelas suas singularidades, com a tónica sempre colocada na objetividade e no que é notícia. O jornalismo vive uma panóplia de transformações, mas a sua génese mantém-se a mesma.

“O jornalismo é ele mesmo uma instituição, feito de vários outros valores, rotinas e procedimentos institucionais testados ao longo de mais de um século. A objetividade é um valor institucional do jornalismo, a função de “watchdog” é uma das suas funções institucionais. De facto, a realidade social para a qual o jornalismo se “institucionalizou” como hoje o conhecemos mudou radicalmente na transição para a Sociedade em Rede mediada por computadores e tecnologias digitais. O problema social ao qual o jornalismo, enquanto instituição (ou, mais corretamente, conjunto articulado de instituições) deve dar resposta – neste caso a produção e distribuição de informação socialmente relevante – é hoje um problema radicalmente diferente daquele que era no passado, e que deu origem à instituição do jornalismo. Abundância em vez de escassez, canais organizados em rede em vez de numa formação linear, comunicação

multidirecional em vez de unidirecional, em formato digital em vez de analógico, gerida por computadores em vez de por seres humanos, etc.” (Cardoso, Gustavo; Magno, Carlos; Soares; Tânia de Morais, 2015: 30)

A terra que já deu dois Presidentes ao País – Manuel de Arriaga e Teófilo Braga, - mereceu uma visita oficial do atual Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, iniciada em junho precisamente na ilha do Corvo, “uma ilha longe do mundo”, como disse o Chefe de Estado³⁵. No território mais ocidental do País e da Europa, arrancava uma visita de vários dias que colocava os Açores na casa de todos os portugueses, por via das televisões nacionais e das muitas equipas de jornalistas no terreno. Embora muitas vezes a notícia não fosse propriamente a agenda que o Presidente cumpria nas ilhas, mas antes alguns dos seus *soundbites*³⁶ sobre a política e a atualidade do país, houve quem registasse o que a nós, no presente trabalho, importa ressaltar: “não podemos esquecer, por muito importantes que sejam algumas prioridades políticas, de que há várias realidades de Portugal e uma delas tem um nome: Açores e açorianos. E o Presidente aqui está para ir ao encontro dessa realidade.³⁷” Quem diz Açores diz Madeira, arquipélagos com identidades e realidades distintas, mas que gozam agora e, porventura, pela maior facilidade técnica que torna o fazer televisão uma tarefa mais fácil, por serem “moda” por via dos seus protagonistas e tradições locais ou pelo reconhecimento da importância destes territórios mais afastados das metrópoles em termos de audiências. Na sequência da investigação por nós empreendida, podemos afirmar que a SIC procura ir ao encontro dessas realidades, embora com limitações, o que responde à nossa pergunta de partida e aos objetivos delineados.

³⁵ <http://visao.sapo.pt/actualidade/portugal/2017-06-01-Marcelo-comecou-a-visita-aos-Acores-pela-ilha-longe-do-mundo>

³⁶ Comentário rápido e mordaz feito por um político.

³⁷ <https://www.dn.pt/portugal/interior/marcelo-rejeita-agitacao-politica-e-regressa-aos-afetos-8873030.html>

9 - Webgrafia

Consultado a 11 Junho:

<http://www.zapping-tv.com/88676-2/>

<http://sic.sapo.pt/Programas/sic25anos/votacao/2017-04-17-Vote-e-escolha-o-nome-da-Mascote-da-SIC>

<http://www.meiosepublicidade.pt/2017/04/sic-da-pontape-saida-celebracoes-dos-25-anos-nova-imagem/>

<https://espalhafactos.com/2017/04/18/25-anos-sic/>

<http://www.impala.pt/noticias/despedimentos-na-sic-sofia-carvalho-directora-da-sic-mulher-esta-de-saida/>

<http://www.pcp.pt/sobre-uma-centena-de-despedimentos-nos-grupos-de-comunicacao-social-cofina-impresa>

<http://www.movenoticias.com/2017/03/sofia-carvalho-despedida-da-sic-mulher-no-dia-do-aniversario/>

<https://www.dinheirovivo.pt/empresas/plano-estrategico-da-impresa-preve-melhoria-da-rentabilidade-da-sic/>

<http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/media/detalhe/impresa-quer-reduzir-divida-ate-quatro-vezes-o-ebitda-ate-2019>

<http://www.meiosepublicidade.pt/2017/06/informacao-da-sic-emitida-angola/>

<http://sicnoticias.sapo.pt/economia/2017-06-05-SIC-Noticias-e-SIC-Internacional-Africa-retiradas-da-grelha-da-DStv-em-Angola>

<http://www.cmjornal.pt/tv-media/detalhe/canais-da-sic-deixam-de-emitir-em-angola>

<https://eco.pt/2017/06/08/sic-responde-a-angola-e-fala-em-liberdade-de-informacao/>

<http://www.dn.pt/media/interior/sic-responde-a-isabel-dos-santos-diz-que-nao-se-enreda-em-tertulias-nas-redes-sociais-8548526.html>

<https://www.publico.pt/2017/06/08/economia/noticia/isabel-dos-santos-rejeita-razoes-politicas-na-exclusao-de-dois-canal-da-sic-em-angola-1774996>

<http://sicnoticias.sapo.pt/programas/assalto-ao-castelo/2017-03-03-Angolanos-politicamente-expostos-investiram-no-GES-atraves-do-Dubai>

<http://sicnoticias.sapo.pt/programas/reportagensic/2016-11-17-Angola-um-pais-rico-com-20-milhoes-de-pobres-1>

<http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2017-06-08-SIC-responde-a-Isabel-dos-Santos-e-diz-que-nao-se-enreda-em-tertulias-nas-redes-sociais>

Consultado a 6 Agosto:

<http://www.gmcs.pt/pt/lei-n-272007-de-30-de-julho-lei-da-televisao-e-dos-servicos-audiovisuais-a-pedido>

Consultado a 19 Agosto:

http://www.apct.pt/Analise_simples.php

<https://www.youtube.com/watch?v=g8M7RgM1aoQ>

<https://dre.pt/application/dir/pdf1s/1988/03/07600/13201321.pdf>

<http://www.gmcs.pt/pt/televisao-20121212-160235>

<http://www.gmcs.pt/pt/televisao-20121212-160235>

<http://www.apimprensa.pt/files/news/8/Lei%20de%20Imprensa.pdf>

http://binaries.cdn.imprensa.pt/397/c83/10700488/Informacao-Trimestral-1-TRIM_2017.pdf

Bibliografia

Aguiar, Leonel Azevedo (2008). “Entretenimento: valor-notícia fundamental”. Estudos em Jornalismo e Mídia, v. 5, n.º 1.

Alves, Dinis Manuel Pedro. (2004) Mimetismos e determinação da Agenda noticiosa televisiva. A agenda montra de outras agendas, p. 1-29

Anuário de Comunicação 2015-2016. Obercom.

Artilheiro, Tiago António Resende. (2013). A construção narrativa das notícias em televisão – o “Jornal da Noite” da SIC como estudo de caso.

Brandão, Nuno Goulard (2006). Prime Time – do que falam as notícias nos telejornais, Casa das Letras, Lisboa.

Brandão, Nuno Goulard (2008), Século XXI – novas solidariedades e incertezas, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa;

Brandão, Nuno Goulard. (2010). As Notícias nos Telejornais. Lisboa: Guerra e Paz, Editores S.A.

Brandão, N e Morais, Inês. (s/d). O espetáculo e o drama televisivo – uma abordagem sobre a informação televisiva portuguesa.

Bravo, Fabiana Cristina Fagunda. (2012). O jornalismo hiperlocal na era digital. O contributo e papel do blogue Graciosa online para a RTP.

Cádima, Francisco Rui. (s/d). Televisão, serviço público e qualidade.

Cádima, Francisco Rui. (s/d). Televisão, cidadania e história única. Uma análise da bibliografia portuguesa sobre o jornalismo televisivo em Portugal.

Cádima, Rui. (1999) “Local versus Global in Desafio dos novos Media”: a nova ordem política e comunicacional. Lisboa: Editorial notícias.

Camponez, Carlos (2002). Jornalismo de Proximidade. Coimbra: Edições Minerva.

Canavilhas, J. (2001). “Televisão: o domínio da informação-espectáculo”

Cardoso, Gustavo; Magno, Carlos; Soares; Tânia de Morais (Org.) Modelos de negócio e comunicação social. “Telcos”, Legacy Media, Novos Media, e Start-ups Jornalísticas em Navegação Digital. Estudo prospectivo 2015-2020.

Carvalho, Joana Margarida Gaspar. (2013). A imprensa regional e local: estudo de caso do jornal o Ribatejo.

Chizzotti, Antonio (2006). Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez.

Coelho, Pedro. A TV de proximidade e os novos desafios do espaço público: um estudo sobre a situação portuguesa. Livros Horizonte, 2005.

Comunicação e Sociedade 15. (2009). Os 30 anos do telejornal: estudos sobre a informação televisiva.

Correia, Fernando. (1998) Os jornalistas e as notícias: a autonomia jornalística em questão.

Correia, Fernando. (2006) Jornalismo, grupos económicos e democracia. Caminho.

Correia, João Carlos (org). (2012). Ágora, Jornalismo de proximidade. O papel informativo da imprensa local.

Cruz, Ricardo José Azevedo. Os valores notícia no Jornalismo de proximidade. O caso da SIC Porto.

Cruz, Carla Isabel Simões dos Santos (s/d). A desconstrução do jornal. Uma análise metodológica para a desmontagem dos jornais dos noticiários televisivos. IV Congresso português de Sociologia.

- Cunha, Isabel Ferin e Burnay, Catarina. Ficção televisiva em Portugal: 2000 e 2005.
- Cunha, Isabel Ferin, Cabrera, Ana e Sousa, Jorge Pedro (orgs) (2012). Pesquisa em Media e Jornalismo. Homenagem a Mário Traquina.
- Dejavite, F. A. (2001). “O poder do fait divers no jornalismo: humor, espetáculo e emoção”, in Barbosa, M. (eds.), Estudos de Jornalismo (I). São Paulo.
- Dias, Joana Simões do Carmo. (2005). Os critérios de noticiabilidade dos noticiários televisivos – Estudo de caso comparativo: RTP1 e TVI.
- Dion, S. (2007). “O “fait divers” como gênero narrativo”, in Literatura, Outras Artes & Cultura das Mídias. 34(1).
- Dornelles, Beatriz. "Imprensa local." Mídia Cidadã: Utopia (2006).
- Duarte, Ângela Filipa Alves. (2010). O jornalismo de proximidade. O papel informativo da imprensa local.
- Duarte, Feliciano Barreiras (2005). Informação de proximidade. Lisboa: Âncora Editora
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social. (2010). Imprensa Local e Regional em Portugal. Rolo & Filhos II, S.A.
- Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S.A
- Faustino, Paulo. (2004). A Imprensa em Portugal – transformações e tendências, Lisboa, Media XXI.
- Faustino, Paulo. (2009) Tendências e dinâmicas do mercado dos media em Portugal. Comunicação e Sociedade, Vol. 16.
- Fernandes, Patrícia Alexandra dos Santos (2013). A influência das audiências nos alinhamentos televisivos: a greve geral.
- Fernandes, Ana Paula Menezes. “Tele...visão do público. Um estudo sobre a realidade portuguesa.” IV Congresso de Sociologia.
- Figueiredo, Sara Alexandre da Silva. (2012). Participação do cidadão na imprensa Regional: o caso do Jornal do Fundão. Entrega e publicação de ‘conteúdos gerados por leitores’.

Garcia, Xosè López. (2002). “Repensar o jornalismo de proximidade para fixar os medias locais na sociedade glocal”. Revista Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, Vol.4.

Gaspar, Ana Filipa Serra. (2015). O Jornalismo televisivo de ciência e ambiente: o caso dos telejornais de Domingo na SIC.

Godinho, J. (2011). As origens da reportagem: televisão. Lisboa: Livros Horizonte.

Gomes, A. (2012). Nos bastidores dos telejornais: RTP1, SIC e TVI. Lisboa: Tinta da China.

Gomes, Sílvia Sofia Nogueira. (2013). Televisão: As etapas de um acontecimento notícia até chegar ao Pivot.

Gradim, Anabela. Manual de Jornalismo. Livro de estilo do Urbi et Orbi.

Gradim, Anabela. (2000). Manual de Jornalismo.

Guilherme W. d’Oliveira Martins. (2015) Caracterização dos principais grupos económicos da comunicação social.

Impresa: Resultados 1º trimestre 2017.

Jespers, Jean-Jacques. Jornalismo Televisivo. Coimbra: Minerva, 1998

Jerónimo, Pedro. (2011). "O uso da internet na imprensa regional portuguesa." La transformación del espacio mediático.

Jerónimo, Pedro, (2015). “Ciberjornalismo de proximidade – Redações, jornalistas e notícias online”. Portugal: Editora LabCom. IFP.

Leitão, Ana Raquel Monteiro. (2015) O surto de Legionella de 2014 no Telejornal da RTP.

Lima, Marta. No mundo da notícia: os noticiários do horário nobre da RTP1 e TVI. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXI.

Loja, Roberto Bruno Meijer. (2006). Liberdade de imprensa e de expressão na Madeira.

Lopes, Felisbela e Sara, P. Estudos sobre a programação televisiva: os programas de informação e os conteúdos de infância.

- Lopes, Felisbela. (1999). O telejornal e o Serviço Público. Coimbra: Minerva Editora
- Lopes, Felisbela. (2006). O ano da renovação administrativa das licenças da SIC e da TVI.
- Lopez Garcia, Xosé. (1999) Médios locais do futuro e com futuro. In: LEDO ANDIÓN, Margarita e KUNSCH, Margarida M. Krohling (orgs.). Comunicación audiovisual: investigación e formación universitarias. II Colóquio Brasil-Estado Espanhol de Ciências da Comunicación. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela/ Intercom.
- Malainho, João. (2010). Os telejornais nas televisões regionais – o caso da RTV.
- Martins, Cátia Sofia Levita. (2013). O que merece ser notícia na televisão? O domínio da informação-espetáculo.
- Martins, Luís Oliveira. Concentração dos media e pluralismo. A imprensa portuguesa no contexto da União Europeia.
- Mcluhan, M. (2007). Os meios de comunicação como extensões do homem. Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: Editora PensamentoCultrix. 1.^a edição, 1964.
- Media e Inovação 2016. Dinâmicas e consumos de notícias. Grupo Imprensa – Expresso e SIC. Relatórios Obercom, 2016.
- Michel Mathien (2007) Les Journalistes – Histoire, Pratiques et Enjeux. Paris: Ellipses Éditions.
- Moisés de Lemos Martins & Manuel Pinto (Orgs.) (2008) Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação 6 - 8 Setembro 2007, Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho)
- Morais, J e Sousa, JC (2013). As práticas jornalísticas na imprensa regional: a seleção das fontes e a promoção das desigualdades sociais. Vol 7, nº 1, pp. 187 – 204.
- Mosco, V. (1996) - The Political Economy of Communication: Rethinking and Renewal. London: Sage.
- Mota, D. (2005). A televisão adiada: as políticas para a televisão regional e local em Portugal. Comunicação e Sociedade, vol.7.

Musso, Pierre et al. (2000), «Stratégies des groupes multimédias», en Dossiers de l'Audiovisuel, núm. 94, Paris, INA / La Documentation Française.

Oliveira, João Filipe. (2002). Os fait divers e o jornalismo televisivo: o caso dos telejornais de fim de semana da SIC.

Oliveira, Jorge Nuno. (2007). Manual de Jornalismo de Televisão.

Palmeiro, João. "Imprensa Regional em Portugal—que futuro?." Anuário Comunicação 2003 (2002).

Pascoal, I. (2008). Os jornalistas da imprensa regional e os condicionalismos ao exercício da profissão. [Comunicação apresentada no III Congresso Português de Sociologia – Práticas e Processos da Mudança Social, em Outubro de 2008].

Peruzzo, Cicília M. Krohling. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. Anuário Unesco-Umesp de Comunicação Regional. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco-Umesp, 2003. p. 52-78.

Rebelo, Cristina. (2001). TV regional de Região Norte: uma contextualização à proximidade regional. Tese de mestrado. Publismai.

Rebelo, José. "Públicos de Comunicação Social em Portugal." (2008).

Relatórios Obercom. (2016). A televisão em Portugal. Análise das audiências e dinâmicas concorrenciais do mercado televisivo português entre 1999 e 2015.

Relatórios Obercom. (2016). O jornalismo e as agências de notícia. O desafio das redes sociais.

Resendes, Rita Morgado. (2013) O serviço público de televisão nos Açores: legitimação e condicionalismos.

Reuters Digital News Report 2015. (2016). Perfil sociodemográfico do consumo de notícias em Portugal.

Ribeiro, Joaquim. (2010). A imprensa regional e as comunidades locais.

Ribeiro, L. (2006). Novos actores no campo da informação de proximidade. In PINTO, M. e FIDALGO, J. (coord.). Anuário 2006 – A comunicação e os media em análise. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. SANTOS, S. (2007). Imprensa

Regional – Temas, Problemas e Estratégias da Informação Local. Lisboa: Livros Horizonte.

Rodrigues, Catarina. (2010). Redes sociais: novas regras para a prática jornalística? Prisma.com, nº12. Especial Ciberjornalismo 2010.

Rodrigues, Catarina. (2013). Jornalismo participativo: tecnologia, comunicação e o papel do jornalista.

Rodrigues, Ludimara Alice Cabral (2016). As notícias regionais e locais nos principais blocos informativos da RTP1 e RTP 3.

Rosário Saraiva, Maria, Luciana Fernandes, and José Azevedo. (2012) "O Telejornal sob o olhar da cenografia: Da experimentação à imagem de marca." Comunicação e Sociedade 15.

Sá, Alexandre, Ana Teresa Peixinho, and Carlos Camponéz. Aprofundar a crise: olhares multidisciplinares. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2012.

Santos, S. (2007). Imprensa Regional – Temas, problemas e estratégias da informação local. Lisboa: Livros Horizonte.

Sena, Ana Rita Bernardino Craveira. (2013). Modos e mecanismos de credibilidade no jornalismo televisivo. O caso da SIC.

Serra, P; Sá, Sónia e Filho, W (orgs). (2015). A Televisão ubíqua.

Serrano, Estrela. Grupos de comunicação social em Portugal, pp. 26-27.

Silva, Elsa Costa. (2013) Regulando pluralismo e diversidades em Portugal: uma equação sem cidadãos. Observatorio Journal, vol. 7 nº 1.

Simas, João e Fernandes, Nuno (orgs). (2007). Manual de Jornalismo Televisivo. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Sobral, Filomena Antunes. (2012) Televisão em contexto português: uma abordagem histórica e prospectiva. Millenium, 42, pp. 143-159.

Sobral, Filomena Antunes. Televisão em contexto português. A história de uma história.

Sousa, Jorge Pedro. Comunicação regional e local na Europa Ocidental. Situação geral e os casos português e galego.

Spa, Miguel de Moragas. (2000) “Televisión y regionaes en desarrollo. Possibilidades en la era digital”, in Televisión y Desarrollo – Las Regionaes en la era Digital, Badajoz, ed Junta da Extremadura.

Torres, Eduardo Cintra. (2004). Televisão do nós e televisão do eu – a Encruzilhada da tv generalista. Analise social, vol. XXXVIII.

Traquina, Nelson. (2002). O que é Jornalismo. Edições Quimera.

Traquina, Nelson (Org.) (1993) Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias". Lisboa: Vega.

Vacas, Francisco, El Sector Audiovisual en Extremadura: por un Nuevo Modelo de Televisión Regional, Tesis Doctoral, Universidad Complutense de Madrid, Departamento de Comunicación Audiovisual e Publicidad, Madrid, 1999;

Vidal, André da Maia. (2014). O jornalismo local de distribuição nacional – o caso do Público.

Outra Documentação:

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/estado-portugues-estatuto-imprensa-regional.pdf>

<http://media.rtp.pt/empresa/wpcontent/uploads/sites/31/2015/07/estatutosRTP-1.pdf>

http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=923&tabela=leis&so_miolo=

[o=](#)

10 - Anexos

Anexo 1 – Estatuto editorial da SIC

Estatuto Editorial SIC – Sociedade Independente de Comunicação, S.A.

1. A SIC é a empresa concessionária de um canal privado de televisão, de âmbito nacional, cujo principal objecto é a difusão de uma programação de qualidade e rigor informativo, independente do poder político ou económico e de qualquer doutrina ou ideologia.

2. A SIC compromete-se a respeitar os princípios deontológicos da Comunicação Social e a ética profissional do jornalismo, e a contribuir, através da produção nacional de programas informativos, formativos e recreativos, para a preservação da identidade cultural do País, o que implica também dar voz às novas correntes de ideias e um estilo inovador de programação.

3. A SIC garante uma programação que se harmonize com as exigências de uma democracia pluralista, quanto à possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião, dentro do respeito pelos princípios constitucionais e legais.

4. A informação da SIC distinguir-se-á pela sua responsabilidade, serenidade e espírito de tolerância, com exclusão de quaisquer incitamentos à prática de crimes ou à violação dos direitos fundamentais.

5. A SIC reconhece o direito de resposta a qualquer pessoa cujo bom nome e reputação se possam considerar afectados por facto inverídico ou erróneo veiculado nas suas emissões. Este direito deverá ser exercido nas condições fixadas na lei que o regular.

6. A informação da SIC procurará contribuir para o esclarecimento da opinião pública no que respeita ao desenvolvimento cultural e social do País, no quadro do respeito pela sua identidade e liberdade e pelos direitos fundamentais do homem.

7. A informação da SIC será isenta e rigorosa - o que pressupõe ouvir as partes em confronto e distinguir sempre entre notícia e opinião - e, tanto quanto possível, dinâmica e profunda, dirigindo-se porém ao máximo universo potencial; a aplicação casuística destes critérios compete ao Director de Informação, o qual terá sempre em conta o respeito pela pessoa humana e o interesse nacional.

8. O Director de Informação da SIC será nomeado e destituído pelo Conselho de Administração.

9. O Director de Informação será um jornalista profissional, com mais de cinco anos de experiência, de reconhecida isenção, competência e idoneidade, capaz de assegurar o equilíbrio de interesses entre uma informação de elevado padrão de qualidade e a obtenção de altos níveis de audiência, que garantam a rentabilidade económica da SIC, e, por isso, a sua independência política e cultural.

10. No exercício das suas funções, o Director de Informação observará as normas deontológicas do Estatuto do Jornalista e respeitará a competência específica que a lei fixar ao Conselho de Redacção.

Anexo 2 – Estatuto editorial da SIC Notícias

Estatuto Editorial SIC Notícias

1. A SIC Notícias é um serviço de programas, de âmbito nacional, cujo principal objecto é a difusão de uma programação de qualidade e rigor informativo, independente do poder político ou económico e de qualquer doutrina ou ideologia.
2. A SIC Notícias compromete-se a respeitar os princípios deontológicos da Comunicação Social e a ética profissional do jornalismo, e a contribuir, através da produção nacional de programas informativos para a preservação da identidade cultural do País, o que implica também dar voz às novas correntes de ideias e um estilo inovador de programação.
3. A SIC Notícias garante uma informação e uma programação que se harmonizem com as exigências de uma democracia pluralista, quanto à possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião, dentro do respeito pelos princípios constitucionais e legais.
4. A informação da SIC Notícias distinguir-se-á pela sua responsabilidade, serenidade e espírito de tolerância, com exclusão de quaisquer incitamentos à prática de crimes ou à violação dos direitos fundamentais.
5. A SIC Notícias reconhece o direito de resposta a qualquer pessoa cujo bom-nome e reputação se possam considerar afectados por facto inverídico ou erróneo veiculado nas suas emissões. Este direito deverá ser exercido nas condições fixadas na lei que o regular.
6. A informação da SIC Notícias procurará contribuir para o esclarecimento da opinião pública no que respeita ao desenvolvimento social, económico e cultural do País, no quadro do respeito pela sua identidade e liberdade e pelos direitos fundamentais do homem.
7. A informação da SIC Notícias será isenta e rigorosa - o que pressupõe ouvir as partes em confronto e distinguir sempre entre notícia e opinião - e, tanto quanto possível, dinâmica e profunda, dirigindo-se porém ao máximo universo potencial; a aplicação casuística destes critérios compete ao Director, o qual terá sempre em conta o respeito pela pessoa humana e o interesse nacional.
8. O Director da SIC Notícias será nomeado e destituído pelo Conselho de Administração.

9. O Director da SIC Notícias será um jornalista profissional, com mais de cinco anos de experiência, de reconhecida isenção, competência e idoneidade, capaz de assegurar o equilíbrio de interesses entre uma informação de elevado padrão de qualidade e a obtenção de altos níveis de audiência, que garantam a rentabilidade económica da SIC Notícias, e, por isso, a sua independência política e cultural.

10. No exercício das suas funções, o Director da SIC Notícias observará as normas deontológicas do Estatuto do Jornalista e respeitará a competência específica que a lei fixar ao Conselho de Redacção.

Anexo 3 – Ficha Técnica SIC

Ficha técnica

Direção Geral de Informação IMPRESA

Ricardo Costa (Diretor)

Alcides Vieira (Director Geral Adjunto)

Henrique Monteiro (Director Geral Adjunto)

Diretor de Informação

Ricardo Costa

Diretor Adjunto de Informação

José Gomes Ferreira

Subdiretores de Informação

Bernardo Ferrão e Pedro Cruz

Responsável pela Orientação e Supervisão de Emissões – Francisco Pedro Balsemão

Diretora Conteúdos SIC – Gabriela Sobral

Diretor Antena, Gestão Programação e Projetos Novas Plataformas – Luís Proença

Diretora Executiva Conteúdos SIC – Júlia Pinheiro

Subdiretora Antena e Gestão Programação – Aida Pinto

Subdiretora Conteúdos SIC – Cristina Verdú

Subdiretora Programação Estrangeira – Vanessa Tierno

Proprietário: SIC – Sociedade Independente de Comunicação SA NIF – 501 940 626 – Capital

Social: € 10.328.600€ Estrada da Outurela, 119 – 2794-052 CARNAXIDE. Tel: 214 179 400 Fax:

214 179 049

Conselho de Administração

Presidente – Francisco José Pereira Pinto Balsemão

Vice-Presidente – Francisco Maria Supico Pinto Balsemão

Vogais

Francisco Pedro Presas Pinto Balsemão

Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira

José Manuel Vieira Afonso Freire

Raúl Manuel Carvalho das Neves

Composição do Capital da Entidade Proprietária

IMPRESA – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA – 51%

IMPRESA OFFICE & SERVICE SHARE – Gestão de Imóveis e Serviços, SA – 49%

Anexo 3 – Entrevistas aos correspondentes

3.1 - Entrevista a Estêvão Gago da Câmara – correspondente na Região Autónoma dos Açores

Há quanto tempo é correspondente da SIC?

EGC - Desde uma semana antes da SIC nascer oficialmente, ou seja, desde Outubro de 92. A SIC nasceu no dia 6, primeira emissão, e eu assumi um compromisso uma semana antes e a perspectiva era de tamanho imediato, porque havia no dia 9, três dias depois, e terá sido a primeira cobertura de eleições da SIC, legislativas regionais no dia 9 de outubro de 1992. Veio o Augusto Madureira e dividimos o trabalho e correu muito bem.

Trabalha em exclusivo para a SIC?

EGC - Passou a ser em exclusivo a partir de uma determinada altura porque na lógica de trabalhar passar a trabalhar apenas para o grupo. Fui correspondente do *Independente* ainda durante os primeiros anos do trabalho com a SIC, aliás havia uma ligação grande entre os dois, A partir de uma determinada altura passei a ser correspondente do *Expresso* também.

Como se processa a construção da peça?

EGC - Com os anos, com a experiencia, e competencia das colegas da produção, a rotina, o normal é se é uma sugestão de reportagem vinda da redação, já há alguma produção feita, mas eu entendo me com a produção enquanto produtor e jornalista. Faço a produção que considero normal caber ao jornalista.

E a nível da edição de imagem...

EGC - Durante uns anos sim, mas de há três anos passei aqui em São Miguel a ter um colega vinculado à SIC, o Filipe Melo e já tinha na Terceira um repórter de imagem, o Rui Caria, que já está há uns anos comigo a trabalhar para a SIC. O Rui caria na Terceira...eu deslocava-me a todo o arquipelago, e no grupo central, outras ilhas fazia com o Rui caria, e aqui em São Miguel era a produtora externa a quem comprava os serviços.

A SIC tem instalações nos Açores?

EGC - Espero que o Drº Balsemão me perdoe, mas eu tive o atrevimento de perguntar aqui já há uns anos se não havia ideia e na altura, a resposta foi engraçada: “antes dos Açores e da sua ilha, temos de pensar é no Algarve. E, de facto, o volume de trabalho nunca justificou e então a partir do tal momento que temos o tal esquema de trabalho que tem funcionado muito bem, com o Rui Caria na Terceira e Eu e o Filipe em São Miguel, por que são miguel que é mais de metade do arquipélago, está a resultar. e a evolução tecnologica tambem pos de parte persectivas de abrir uma delegação. Houve um tempo com o Emídio Rangel, era um bip, um aparelho que quando alguém chamava para mim, tinha de ligar para quem da SIC queria falar comigo, isto antes dos telemóveis, depois a nossa vida ficou mais fácil de trabalhar e agora é completamente novo, com os satélites e de termos de correr para postos da PT antigamente, é completamente diferente. Eu tenho um teradek cá, fazemos os direto, muito envio em direto dem material para as peças.

Considera que a SIC emite mais peças sobre a Região Autónoma durante a semana ou sobretudo ao fim de semana?

EGC - Ultimamennte, mais ao fim de semana . Ultimamente é quase certo ter uma peça para o fim de semana. É a avaliação que considero 99% correta do valor jornalístico do acontecimento, uma peça de atualidade que não envolva, que não interesse diretamente a um público nacional, nós, indigenas, temos de fazer um esforço para compreender. Estou de acordo com os critérios, e de facto não é fácil.

Acredita que o conteúdo das peças que faz para serem emitidas durante a semana diferem do conteúdo das peças de fim de semana? Se sim, que leitura faz desta diferença.

EGC - Ao fim de semana mais intemporal, uma peça mais lúdica, a cozinha vende muito bem ao fds, uma informação virada para o lazer, e acontecem cá. Não é para me desculpar, mas os olhos de fora são melhores juizes do que os locais e eu tenho (n) situações onde eu não era contrariado mas não dava muito pela sugestão que me estavam a fazer, mas depois rendi-me com os resultados.

Ainda tentou resistir a esta linha de inf mais light?

EGC - Com o tempo estou cada vez menos interessado nas peças de atualidade que envolvam a política e os políticos, acho que tem a ver com a idade. Gosto de fazer informação light e duarnte 4 anos, eu o Rui Caria, davamos semanalmente conta de uma peça e da apresentação de um magazine que passava na SIC Internacional e obrigou-me

a dar atenção uma atenção a coisas que antes me passavam ao lado no campo cultural, artes, etnografia e durante 4 anos deu-me um grande prazer.

O que considera ser uma notícia de âmbito regional com interesse nacional?

EGC - Assim de repente, por estar na ordem do dia, a SATA, companhia aérea de aviação da região, 100% participada por capital público. acontece qualquer coisa que implica cancelamentos de voos, obviamente que uma ligação aérea para o exterior, o impacto do cancelamentp do voo faz-se sentir tanto em Ponta Delgada como em Lisboa, pois há passageiros que ficaram em terra. É exemplo de como tem um impacto direto para um público nacional.

E as peças sobre tradições?

EGC - É a pensar num público que não conhece, que não sabe do que estamos a falar, e diz-me a experiencia, há coisas que devo explicar, que não explicaria para um publico regional, por exemplo, a localização, os enquadramentos são indispensáveis muitas vezes para um público nacional. não teria sentido certas explicações circunstanciais para um público apenas regional. Quando há situações crónicas de mau tempo, catástrofes naturais há que ter esse cuidado, porque, nós, nativos, não gostamos nada, por exemplo, das trocas de nomes e as pessoas reagem mal.

Quais são as temáticas dominantes das peças que faz?

EGC - Depende. Eu ao longo dos anos que essa focagem flutuou de formas diferentes, por exemplo, os jornais da hora de almoço é uma coisa, jornal da noite é outra e jornais de fds é outra, mas a natureza do assunto tem a ver com o destinatário do jornal.

Nota que lhe são pedidas mais peças para o Primeiro Jornal ou Jornal da Noite? Que leitura faz disso?

EGC - Mais para o Primeiro Jornal porque tem estas características de não só em relação aos açores mas de dar uma atenção às realidades mais locais e regionais. Não é tanto pela atualidade nacional, mas não é só para os Açores, se tomarmos o todo do noticiario percebemos uma lógica de abertura a acontecimento localizados em Regiões mas com interesse nacional, obviamente, mas com essa natureza diferente.

Por norma, é o coordenador que lhe pede uma peça ou a sugestão parte de si, ou ambas as situações?

EGC - As duas situações. Já houve tempos em que conversávamos bastante mais antes, agora e se percebe, por exemplo, eu e o André Antunes já nos entendemos muito bem, mas atenção, depende muito de quem está do outro lado da linha, as produtoras são fantásticas, mas depende dos coordenadores.

Dada a sua experiência, considera que há iniciativas interessantes e de interesse nacional a acontecer na Região Autónoma que a SIC destacar e não o faz?

EGC - Há sempre uma sensação, acontece que devia lá ter ido e não fui, mas isso depende de mim, essencialmente, porque estando cá e com o conhecimento, caber-me-ia mais a mim do que a qualquer coordenador em Lisboa chamar a atenção para qualquer evento.

Quais são os critérios que um evento tem de ter para chamar à atenção...

EGC - Em primeiro lugar, a avaliação do que pode dar em termos de imagem. A partida de um veleiro acontece todos os dias, a partida de uma família açoriana, na ilha de São Miguel, para dar a volta ao mundo, mas da região, da ilha, é um caso de interesse particular, pela imagem e pelo tratamento, é uma reportagem que passa em termos nacionais e em termos internacional. Por exemplo, já me aconteceu com o chá e com as coisas tontas, para as quais não estamos despertos e que depois resultam muito bem. Estou a pensar num “Praça Pública”, numa reportagem que fiz sobre as fábricas de chá, e depois deram-me o feedback da região a dizer: “sabes que vendemos para o Canadá a tua peça.

Considera que a cobertura da SIC, que coincide mais sobre temas de justiça e tradições, é suficiente para dar a conhecer as tradições e dinâmicas desta Região Autónoma?

EGC - Claro que sim. Mas eu tenho algumas reservas em relação ao nosso papel. Eu sou jornalista e a divulgação pela divulgação acho que não nos cabe a nós. A divulgação, a promoção, é uma palavra que custa ao jornalista, também está envolvida no meu trabalho, mas não é a divulgação pela divulgação e a promoção pela promoção. Tem de ter algum sumo de informação pura, de interesse informativo e noticioso. Agora com este boom do turismo tenho pensado que muitas vezes não me posso deixar ir no acontecimento em si pela sua divulgação, então anúncios de eventos antecipados eu ou muito crítico, e as solicitações são mais que muitas...

Acredita que por estar a “operar” num meio mais pequeno, que há uma maior pressão por parte das fontes locais?

EGC - É fazer um bocado sem ofender ninguém e fica um amargo, custa-me muitas explicar por que que não, e em geral as pessoas reconhecem. Obviamente também tem a ver com o tempo e com os anos de trabalho. Essa proximidade é muito grande. “Ah, mas vocês não estiveram. Surgem uns lamentos pela ausencia da SIC, entenda-se pela minha ausência”. Na sociedade é relativamente fácil gerir isso, mas no país público, deve ser assim em todo o país, aí já não tenho tanta paciência em dar explicações.

Por ser reconhecido como uma “ponte” para um noticiário a nível nacional, sente que as fontes o procuram para tentar exercer os seus interesses próprios?

EGC - A realidade da região e particularmente das sedes de poder, seja em Angra ou em Ponta Delgada, o panorama acho muito mau, mas já é assim há muitos anos, estou habituado e anestesiado. O Governo Regional tem a sua própria agência, produzem as notícias e distribuem-nas, mas para além desse organismo criaram os gabinetes de imprensa de cada secretaria regional. Excelentes profissionais e jornalistas que estão na tarefa de dar conta dos interesses de um gabinete. E isso generalizou-se e desqualificou as redações. Pagam mal aos profissioans, os que tem que aceitar o que se lhes apresenta, mas enfim é preciso olhar o konkunto, estamos basnte mal nesta mat´ria. Estou a avaliar o panorama na profissão.

Acha que a vida política da região interessa a nível nacional?

EGC - É a questão do público para quem trabalho. Não é muito simpático estar cá o Presidente da República, e estar acompanhado de um grande séquito do governo regional, ter um programa recheado com as presenças das autoridades regionais, e nós apenas estarmos ininteressados num comentário do Presidente da República sobre uma questão de atualidade nacional. É pouco simpático, nao é fácil de explicar, mas compreendem e acontece muito na política. Não é pelo evento político regional, e pela presença da figura de um orgao de soberania, é difente, a razao de ser é a de ouvir esse responsavel politio, são razões de interesse nacional, não são as regionais.

Considera que, por exemplo, se não existisse uma RTP Madeira a cobertura da SIC, e de outros canais, teria de ser diferente?

EGC - A SIC, e a seguir a TVI, tinhamos uma presença muito superior nas antenas nacionais do que a RTP Açores, mas não tem comparação. Hoje não é bem assim porque a SIC está em sinal aberta, tal como os canais da RTP, mas julgo que a nossa presença nos noticiários ainda será superior, não sei, não vou arriscar. É diferente, há espaços de informação local. Não quero entrar em comparações que posso estar errado. Tinhamos uma presença muitissimo maior.

O que é feito neste momento refelete a realidade regional?

EGC - A nossa realidade não tem que entrar nos objetivos da SIC. A nossa realidade é a realidade nacional e os noticiários nacionais. Daí será sempre uma realidade a ter em conta que eu correspondente de um canal nacional. Depois entra aí os espaços informativos, diferenciados que não os espaços noticiários propriamente ditos, como a SIC Notícias ou Internacional, que aí estão com a atenção dirigida para realidades muito objetivas em termos regionas. o leque de espaços dessa natureza hoje em dia não é assim muito, estou a lembrar-me novamente do Praça Pública. Sinto-me um elemento da redação mas com esta particularidade, a minha tranquilidade não significa menos envolvimento, mas é a distância.

Nota que atualmente há um maior interesse do jornalismo televisivo nacional para com os temas regionais e locais, comparado a anos anteriores?

EGC - Sim, mas também tem a ver com a época do ano e durante todo o ano com a natureza dos noticiários. O interesse é sazonal, ao falarmos de gastronomia e festivais, obviamente que estamos a falar do Verão. A batalha das limas no carnavá, e depois vejo no alinhamento do noticiário, pediram-me um trabalho que integra uma sequência de peças da mesma natureza de outras paragens. a contribuição que os açores dão está numa linha e num critério homogêneo com uma lógica aí, mas de facto é aí que eu não entro de todo, são os coordenadores.

Quais são as principais dificuldades e constrangimentos que sente na qualidade de correspondente de uma televisão nacional?

EGC - As dificuldades são as mesmas, a gestão dessas dificuldades, admito que esteja diferente da minha parte. Já relativizei muito as angústias e as dificuldades do dar conta...

E a dispersão geográfica?

EGC - Não é nada normal, fiquei muito pouco bem disposto. Em São Jorge já se repetiu. Não há médico legista. Então, os cadáveres esperam por alguém que venha de Lisboa, do Ministério Público para proceder às autopsias. É uma situação que me chateia muito já não ter feito, ter falhado. Este tipo de situações é bem um exemplo.. não é um caso local ou regional, é um caso nacional, estamos a falar de instituições nacionais, como o Ministério Público. É um exemplo bem real do que é a realidade regional e a nacional e como uma coisa se deve encaixar na outra. Neste caso, sinto uma dificuldade própria e uma falha da minha parte.

Considera que uma rede de correspondentes mais alargada proporcionaria à SIC uma cobertura mais eficaz sobre as Regiões Autónomas?

EGP - É suficiente. É claro que temos que ouvir e aceitar resignadamente um político a quem pedimos a uma reação que não está em Ponta delgada ou em Angra, onde está o Rui Caria, e está no Pico, que está onde nos não estamos, por exemplo, refugiar-se nesse pretexto e nesta desculpa para fugir com o rabo à seringa. São contingências da geografia.

Constataste que a SIC emite mais peças sobre a Região Autónoma da Madeira relativamente à Região Autónoma dos Açores. Surpreende-o ou atribui alguma explicação a esta tendência?

EGC - E haverá quatro meses de Açores no histórico muitíssimo mais presente que a Madeira, depende das circunstâncias. Também aqui nos Açores tivemos experiências dolorosas mas fantásticas profissionalmente, como o desastre da Ribeira Quente, que a SIC mobilizou-se em termos de equipas que vieram de Lisboa e tínhamos os noticiários.. Em termos estatísticos é preciso cautela a fazer essa avaliação. Eu não noto que haja mais atenção sobre a Madeira face aos Açores. Obviamente se excetuarmos na política os tempos de Alberto João Jardim.

Acredita que a influência da cobertura dos órgãos de comunicação social influencia de forma positiva o desenvolvimento da Região?

EGC - Muito, influencia muito. A minha relação com os poderes políticos não é, nunca fui e não terá de ser muito pacífica, mas já houve tempo, também é para isso que servem os gabinetes de imprensa. Os poderes regionais, já vão 40 anos, sabem bem demais gerir a informação em termos regionais, escapa-lhes as notícias e os espaços nacionais e, portanto, são muito sensíveis ao que foi noticiado em antenas nacionais”.

A proximidade acarreta um lado positivo e negativo?

EGC - Sem dúvida, a proximidade... o negativo aprende-se a ultrapassar, o positivo é aproveitar. Essa proximidade reflete-se... Se calhar em Lisboa não conseguiria isso, se é fds ou se são horas impróprias, por exemplo, o país começa a funcionar uma ora antes da região, mas há horas impróprias para incomodar as pessoas, mas as pessoas são muito compreensivas. Eu acho que tiro vantagem dessa proximidade.

3.2 - Entrevista a Rui Caria – correspondente na ilha Terceira

Há quanto tempo trabalha como jornalista?

RC - Desde 93, comecei a trabalhar na TVI e para a TVI, na altura em Fátima, por razões normais por que a TVI estava ligada à igreja, e estive durante cerca de 10 anos a trabalhar em televisão para a TVI. Vim para os Açores viver em 2005 e em 2006 comecei a trabalhar para a SIC cá até ao presente.

É repórter de imagem, mas não só. Também é fotojornalista e repórter. Atualmente desdobra-se em várias funções?

RC - Desdobro e isso tem vindo a evoluir nesse sentido e parece-me que é o caminho natural das coisas, que é o one man show. Sobretudo para os correspondentes, acho que até já há um nome americano, é o back back journalsit, o jornalista de mochila que é enviado para um sitio e faz foto, video e escreve, monta a peça. cada vez mais e de eu achar que as equipas são fundamentais e trabalho em equipa com o Estevão e O Filipe , eu estou na Terceira e, como tal, a probabilidade de ter de fazer coisas sozinho é gigante, como ainda hoje tive de manhã, não tenho o Estevão ao pé de mim. Hoje precisei de entrevistar os bombeiros que ganharam um prémio mundial de salvamento. nos dias de hj já não faz sentido o Estevão deslocar-se e fazer meia dúzia de perguntas. Eu estou a a ser redutor mas é quase de propósito, a verdade é que não passa disto. Também já cheguei a fazer peça e a ler, aliás fiz uma a bordo de um navio da marinha sobre os pescadores de Vila do Conde, fi tudo: montei, filmei e entrevistei.

Sente essa exigência?

RC - Não, é ao contrário, nunca é exigido. Eu é que ofereço. Percebo a necessidade de uma televisão que está a 1200 km tem de ter os meus olhos e a minha atenção no terreno. É evidente que a televisão vive da imagem, mas ter essa parte de contar a

história a alguém, que sou eu, não é uma exigência da SIC. Nunca são eles que pedem para fazer, eu é que sugiro e eu é que faço.

Por norma, é o coordenador que lhe pede uma peça ou a sugestão parte de si, ou ambas as situações?

RC - Os editores ou os produtores pedem-me as reportagens quando sabem antes de eu saber, de outra maneira sou eu a sugerir. Imagine que vem cá um ministro, a SIC saberá antes de mim porque tem acesso à agenda. Perguntam-me se posso acompanhar e vou mandar o material em bruto, ou vem cá o Estevão. Tentamos coordenar. Se for coisa de andar três dias, o Estevão está cá três dias em acompanhamento, temos de rentabilizar essa despesa, mas de outra forma eu também sugiro. Por isso, não há uma lógica que não seja eu estar aqui, quem sabe primeiro avisa. É evidente que há coisas que vou logo fazer. Ao fim de destes anos já percebo o que é notícia. Agora quando são coisas que tenho dúvidas se tem interesse para a SIC, por que isto tem um custo, eu pergunto.

O que é para si uma notícia de âmbito regional com impacto a nível nacional?

RC - Eu não dividiria a notícia por regional e nacional, mas entendo a pergunta. Para mim a definição de notícia é muito básica, é o que é estranho. Se eu pensar assim acho que estou a fazer um serviço público, se eu achar estranho, aquele algo pode ser notícia. Se um avião levantar e aterrar não é notícia, mas se levantar e cair é raro. Aí é tanto notícia regional como nacional. É evidente que se os bombeiros ganharam o campeonato nacional na Roménia é evidente que é uma notícia nacional e a SIC vai ter de a dar. Se os bombeiros ganhassem o campeonato na Graciosa era só uma notícia para os meios regionais. O interesse nacional é algo macro, gigante, e as coisas micro ficam para os órgãos regionais que tem a função de informar a região.

A “tónica” é o interesse que esse assunto tem a nível nacional?

RC - Estamos a falar de uma televisão de nacional, de mainland. Como é obvio, temos de pensar a nível macro, a nível grande, pessoalmente eu acho que tudo é passível de ser notícia e de interessar a nível nacional. Por exemplo, os bombeiros ganharem um prémio na Graciosa, era giro passar na mesma na SIC, porque estamos a educar pessoas, estamos a mostrar que existe a Graciosa, é pedagogia, estamos a explicar às pessoas que existem prémios e eventos nestas ilhas mais pequenas, é tudo divulgação. A notícia também é divulgar factos, não sendo publicidade é divulgação. A questão é que hoje em

dia estamos na era do quanto pior melhor. Ao fim deste anos consigo perceber uma notícia, porém não é notícia. Está tudo em ebulição, bastante volátil, há um conjunto de confusões instaladas, toda a gente pensa que é jornalista e dizer mal sobre o que os jornalistas . Estamos a ser alvo de um jornalismo caseiro e de opiniao que também nos ataca. Eu creio que isto é capaz de piorar.

Nota que, agora, por exemplo com o boom do turismo nos Açores, há uma maior atenção para com os temas locais e regionais?

RC - Eu não tenho trabalhado mais. O Estevão tem estado a trabalhar mais em São Miguel. Em São Miguel acontecem mais coisas. Eu não tenho notado do ponto de vista do meu fluxo de trabalho um aumento de trabalho, aceito que tenham estado a fazer mais coisas em São Miguel, os balões, os cruzeiros e as biciletas, tudo é notícia, as peças do fim do jornal é o tipo de peça que é capaz de surgir cada vez mais, até isto estabilizar. Este boom de notícias é capaz de estar a crescer, os Açores estão na moda, este estar na moda dura 2 ou 3 anos, e depois deixa de ser notícia deixa de ser, a não ser os furacoes e as desgraças que temos sempre.

Fez um direto que se tornou viral sobre o mau tempo...

RC - Foi viral porque foi parvo, na net só é viral o que é viral. O que eu fiz foi ir para os Biscoitos, fazer um direto pelo skype, só por aí vemos a diferença, compramos camaras gifantes, teradeks com sistemas de emissão, e um iphone faz um direto. Tem uma vertente demonica, inerenete a este sistema dramatiza a coisa e exponencia o perigo. Eu estou numa região e tenho de dar garantias que as coisas são feitas...

Principais difucudades no terreno?

RC - Já não há dificuldades.

E com as fontes?

RC - Há dificuldades a toda a hora, mas na questão técnica já nem dá luta a televisão, porque as coisas já nem falham. Hoje em dia está tudo facilitado. A minha postura com as fontes, aqui não tenho fontes, na verdade. Tenho pessoas que conheço, que conhecem alguém, e vamos por aí. As fontes são assim, é muito regional, é tudo muito caseiro, o que também é bom porque quando somos correspondentes temos de criar esta falsa intimidade ao inicio, que se torna intimidade depois, na verdade, por exemplo, tornei-me muito amigo do antigo presidente da proteção civil. Com este novo [presidente da

proteção civil], vou ter de criar intimidade com a pessoa, mas não vou ter com ele e dizer: ‘Olhe, eu sou o Rui Caria, trabalho para a SIC e vou precisar de si’. Não, é ao contrário, quando houver a necessidade de uma entrada da proteção civil ou um vivo, eu vou pelo meio normal, falar com a proteção civil e ele há-de falar comigo e eu percebo pela conversa - timbre, tom e o vontade, se é uma pessoa com quem consigo criar intimidade ou se mantenho a coisa do ponto de vista institucional. Eu tento sp quebrar esta parte e tento que as pessoas se deem comigo, porque é a única forma de as ter, de outra forma tenho as instituições que as pessas cuidam de e não tenho as pessoas, e eu preciso das pessoas. Eu preciso de telefonar diretamente com o senhor presidente e não para o centro que vai passar as três da manhã. Em termos políticos não há grandes fontes.

Considera que uma rede de correspondentes mais alargada proporcionaria à SIC uma cobertura mais eficaz sobre as Regiões Autónomas?

RC - Mesmo que arranjássemos um correspondente para cada ilha, seriam 18, as pessoas continuaram a achar que os Açores são só uma ilha. Penso que estamos bem cobertos, se acontecer hj uma catastrophe no faial, pede-se a alguém com um tlemovele que faça, até fica mais dramático, porque a SIC ou outra televisão qualquer nunca iria gastar dinheiro em correspondentes e a equipar com o equipamentos. Não há notícias suficientes para estar a alimentar e a dar trabalho a estas pessoas. Se lá estivesse um jornalista, se começavam a acontecer. O ideal era ter um repórter em cada ilha , mas isso não é comportável.

Acredita que a influência da cobertura dos órgãos de comunicação social influencia de forma positiva o desenvolvimento da Região?

RC - Não deveria afetar, nem positiva nem negativa. Porque uma notícia não é publicidade. É uma noticia, desvaloriza e valoriza. Se morrerem 9 pessoas no corvo, num acidente de carrinha como aconteceu, os turistas vão pensar duras vezes. Afeta. Se tiveram a dar rebuçados, as pessoas vão quer lá ir. Afeta. Sendo notícia, não podemos fugir ao factual e ao que temos de noticiar seja bom ou mau. Qd é historias podemos fugir para as historias mais bonitas, e deixar outras de lado, bairros sociais pobres e orfaões. É uma escolha editorial, é quem escolhe enaltercer ou engrandecer, ou diminuir a região e aquele local.

Considera que a cobertura noticiosa que a SIC faz sobre a Região Autónoma é suficiente ou insuficiente. Porquê?

RC - É suficiente. Penso que temos feito tudo o que é preciso mostrar, tendo em atenção a qualidade-preço. Aqui falo de uma forma muito comercial, o custo da peça e interesse nacional, e interesse público/custo, temos feito o que é legítimo e normal fazer, se as peças custassem menos a fazer e fossem mais baratas, se a SIC pudesse investir mais, poderíamos fazer mais coisas, mas mais coisa de quê? Deixávamos de fazer notícias e fazer histórias. Estamos a falar de um corte que começou em em 2011. Até 2011 fazíamos histórias de pessoas e coisas interessantes e a dar a conhecer os Açores. Depois de 2012 só quando morrer alguém é que há notícia, uma metáfora para perceber que as coisas tiveram de baixar em termos de intensidade pq o preço não era comportável para a SIC . Acho que está a ser bastante bem coberto, mas é evidente que falhamos, mas penso que no geral a Região esta bem coberta por nós porque podemos demorar um dia ou dois, mas mandamos [o material/a peça].

3.3 - Entrevista a Marta Caires – correspondente na Região Autónoma da Madeira

Há quanto tempo é correspondente do Expresso?

MC - Sou correspondente do Expresso há quatro anos e colaboro com a SIC desde 2015. Não vem na pergunta, mas talvez ajude saber que sou jornalista desde 1993, ano em que acabei o curso de Comunicação Social (hoje Ciências da Comunicação) da Universidade Nova de Lisboa. Trabalhei no Jornal da Madeira, depois mudei-me para a África do Sul e estive oito meses no Século de Joanesburgo, um jornal da comunidade portuguesa. Quando voltei à Madeira entrei para o Diário de Notícias da Madeira, onde fiquei de 1999 a 2013.

Trabalha em exclusivo para o Grupo Impresa ou acumula funções noutros órgãos de comunicação?

MC - Como jornalista trabalho em exclusivo para o grupo. Na verdade, o convite para ser correspondente do Expresso vem de 2007, mas só o pude aceitar em 2013 quando me desvinculei do Diário de Notícias da Madeira. E isto porque o Diário de Notícias da Madeira exigia exclusividade.

Tenho ainda uma crónica semanal neste jornal, mas não é sequer de comentário político, é mais de memória.

Na televisão, na RTP-Madeira, participo num programa de debate com outros jornalistas, o 'Dossier de Imprensa'. Nenhuma destas actividades é paga.

Colabora de igual forma com a SIC. Nestas circunstâncias, são lhe pedidas peças ou diretos?

MC - De facto colaboro desde 2015 com a SIC. Tenho feito de tudo. Peças, diretos, às vezes faço a reportagem e mando os brutos. Estou cá para isso mesmo.

O que considera ser uma notícia de âmbito regional com interesse nacional?

MC - Não é bem a notícia, é mais o ângulo com que se olha para o que está a acontecer. Claro que há assuntos que são de interesse mais regional, que são muito importantes para quem cá vive e que quem está fora não entende. E há assuntos que são importantes aconteçam aqui ou no noutro sítio qualquer. As cheias, os incêndios, a tragédia do árvore do Monte, o aeroporto fechado, as eleições e as visitas oficiais do Presidente da República e do primeiro-ministro. O estranho e insólito como o deputado Coelho em cuecas na Assembleia Regional tem interesse nacional, é mais ou menos como ver uma cena de pancadaria no parlamento do Uganda.

Quando escreve um artigo ou faz uma peça sobre a Região Autónoma da Madeira, a tónica é sempre o interesse que este assunto tem para o público nacional?

MC - Essa questão é importante claro. Quando escrevo ou monto a peça tenho de explicar de uma outra forma, não é apenas para os madeirenses que, por exemplo, sabem que se pagam promessas à Nossa Senhora do Monte no dia 15 de Agosto. Tem a ver com chegar a um público maior e um órgão de comunicação nacional procura chegar a mais pessoas, mas os sites vieram alterar um bocado isso. Ou seja, uma peça de pendor regional pode ter muitas partilhas e muitos likes aqui na Madeira, onde somos 250 mil e no milhão de madeirenses espalhado pelo Mundo. Lembro-me de uma reportagem sobre o padre Tony, que é instrutor de body combat, foi uma peça muito vista no site Tribuna Expresso e fora da Madeira ninguém sabia que era o pároco da Boa Nova.

Quais são as temáticas dominantes das peças/artigos que faz sobre a Região?

MC - Eu ia escrever política, mas acho que, se calhar, não é verdade. Acho que empata com as desgraças entre incêndios e homicídios cabeludos. Como dizem os emigrantes regressados da Venezuela: há de tudo. E por falar da Venezuela, a situação que lá se vive também tem sido um assunto muito tratado tanto na SIC como Expresso.

Considera que a cobertura noticiosa que a SIC faz sobre a Região Autónoma é suficiente ou insuficiente. Porquê?

MC - Acho que está muito melhor, agora que somos dois jornalistas. Eu gostava de fazer mais, gosto de trabalhar, mas temos de perceber que é o ritmo da actualidade que determina o alinhamento dos noticiários. Ainda assim, acho que se ouviu mais sotaque madeirense na SIC nos últimos seis meses do que nos últimos três anos.

Considera que a cobertura da SIC ajuda a dar a conhecer as tradições e dinâmicas desta região e que isso influencia de forma positivo o seu desenvolvimento?

MC - Acho que é bom, que se veja e se oiça os madeirenses, os açorianos, os alentejanos e por aí fora. Os sotaques dão colorido, mas mais importante, quando sai num canal nacional ou num jornal nacional o assunto quase sempre muda de figura. Há uns tempos fiz uma peça sobre um senhor que tinha multas para pagar por ter passado uma portagem no norte do país. Ora o senhor nunca tinha levado o carro para fora da Madeira e as multas continuavam a chegar. O senhor estava desesperado. Fizemos a peça e as multas foram retiradas.

Na sua opinião, acha que há atualmente um maior interesse do jornalismo nacional para com os temas locais e regionais?

MC - Eu acho que há um país por descobrir fora de Lisboa e Porto, um país que precisa muito que os órgãos de comunicação social nacionais olhem por ele. E nesse país incluo as regiões autónomas. Como está esquecido e longe da vista, as pessoas ficam à mercê de pequenos tiranos, sejam políticos que dão empregos no governo regional, nas câmaras, que subsidiam associações e clubes, sejam os empresários que garantem outros tantos empregos nas poucas empresas que existem. Os órgãos de comunicação regional foram também apanhados por esta teia, sobretudo depois da crise. Uns e outros alimentam as dependências para manter o poder, o emprego e por aí fora.

Como disse sou jornalista desde 1993 e vi de perto o poder de Jardim, o que fazia às pessoas, mas engane-se quem pense que isto está melhor. Os novos poderes - da

oposição nas câmaras e do PSD no governo - faz o mesmo. O ciclo repete-se e quem está a chegar prepara-se para ficar com os truques de sempre. Nestas circunstâncias trabalhar para um órgão nacional pode ser uma vantagem em termos independência. Não quero com isto dizer que quem trabalha nos órgãos de comunicação regional está comprado ou vendido. Nada disso, trabalhei na imprensa regional, sei a coragem que foi preciso ter e que é preciso continuar a ter para não valorizar ameaças veladas ou descaradas.

Um exemplo. No ano passado, penso que em Novembro, o coordenador do primeiro jornal pediu-me para fazer uma peça sobre um processo de facturas falsas e que envolvia o maior empreiteiro da Madeira. Quando lá cheguei calhou apanhar o mesmo elevador do dito cujo que me reconheceu, estava convencido de que ainda trabalhava para o Diário de Notícias da Madeira e disse-me para ter muito cuidado com o eu ia escrever.

Considera que uma rede mais alargada de correspondentes permitiria uma cobertura noticiosa mais alargada sobre a Região?

MC - Somos dois e, na verdade, acho que chega, tendo em conta que somos duas ilhas e a esmagadora maioria da população vive na Madeira, no Porto Santo vivem cinco mil pessoas e em dez minutos de avião estamos lá. É uma realidade insular diferente da açoriana, com nove ilhas e uma maior dispersão da população. Há dias em que faz falta mais meios para diretos, mas não é sempre de modo que não se justifica. A menos, claro, que a SIC e o Expresso decidissem abrir uma plataforma digital para as regiões. Nessa altura, sim, seria necessário uma delegação com mais pessoas.

3.4 – Entrevista a Paulo Figueira – correspondente na Região Autónoma da Madeira

Há quanto tempo é correspondente da SIC? Trabalha exclusivamente para a SIC como correspondente ou acumula funções noutros órgãos de comunicação regionais?

PF - Sou correspondente da SIC na Madeira há quase 8 anos. Acumulo com uma atividade noutra meio de comunicação social: sou jornalista a tempo inteiro numa rádio regional.

Acha que a SIC emite mais peças sobre as Regiões Autónomas durante a semana ou sobretudo ao fim de semana?

PF - É uma situação que varia. Não consigo precisar se é mais durante a semana ou ao fim de semana. Há um certo equilíbrio...

Acredita que o conteúdo das peças que faz para serem emitidas durante a semana diferem do conteúdo das peças de fim de semana? Se sim, que leitura faz desta diferença.

PF - Há certamente diferenças. Habitualmente, durante a semana são reportagens de política, desporto (sobretudo futebol), acontecimentos trágicos ou julgamentos de casos com relevância nacional. Ao fim de semana, são com maior frequência peças que tratam de assuntos mais ligeiros sobretudo culturais, mas com igual interesse noticioso a nível nacional.

Nota que lhe são pedidas mais peças para o Primeiro Jornal ou Jornal da Noite? Que leitura faz disso?

PF - São pedidas mais peças para o PJ do que para o JN. Por aquilo que me apercebo, o JN tem rubricas e grandes reportagens que ocupam mais tempo de noticiário comparando com o que se passa à hora do almoço. Por isso, compreendo que o JN obrigue, a um critério de seleção mais rigoroso ao nível das reportagens solicitadas para não se correr o risco de não serem emitidas.

O que considera ser uma notícia de âmbito regional com interesse nacional?

PF - Uma notícia regional com interesse nacional é uma informação relevante e que justifica plenamente ser divulgada para todo o país. Por exemplo um acidente grave, uma realidade insular que pela sua natureza mereça ser comunicada e explicada aos portugueses, uma visita de algum dirigente político ou governante a esta parcela do território...

Nota que atualmente há um maior interesse do jornalismo televisivo nacional para com os temas regionais e locais, comparado a anos anteriores?

PF - Continua a haver interesse pelos assuntos regionais e locais. Afinal de contas o país é composto por imensas regiões, com realidades e problemáticas específicas para além de uma grande diversidade cultural. A única diferença é na agenda política. Com a saída de Alberto João Jardim da governação e da liderança do PSD, a Madeira deixou de estar tanto na “grelha informativa ” da política nacional. Como dirigente polémico e controverso, com uma forma muito particular de analisar, comentar e criticar, ouvir Alberto João Jardim, sobre as questões nacionais era obrigatório. Com a nova realidade política madeirense, tudo se alterou...

Quais são as principais dificuldades e constrangimentos que sente na qualidade de correspondente de uma televisão nacional?

PF - Os principais constrangimentos, são essencialmente devido ao fator distância. Na minha opinião, um correspondente, ainda por cima de uma região insular e distante, sente-se muitas vezes à margem do que se passa na redação. Comunica por telefone, com pessoas que não conhece ou nunca viu. Se estivesse na redação central, seria mais fácil trocar impressões com os colegas. Um dos problemas que se verificava há relativamente pouco tempo, era a necessidade de ter de fazer as peças em contra-relógio para poderem ser enviadas a tempo dos jornais. Nalguns casos a internet lenta não ajudava e complicava a “entrega” das reportagens. Tudo isto obrigava a ir aos locais, recolher o material, regressar rapidamente ao estúdio para proceder à montagem da peça e ao respetivo envio. Com os meios de direto, atuais, nomeadamente o teradeck, tornou-se mais fácil pois o material pode ser enviado, caso seja necessário, diretamente dos locais, se houver rede de telemóvel...

Acredita que por estar a “operar” num meio mais pequeno, que há uma maior pressão por parte das fontes locais?

PF - Por ser um meio mais pequeno, naturalmente, a probabilidade de nos cruzarmos com as fontes ou pessoas visadas nas reportagens é maior.

A pressão pode existir mas compete ao jornalista reagir de forma adequada, mantendo-se isento e criterioso na análise da informação prestada pelas fontes e das sugestões de reportagens.

Considera que a cobertura noticiosa que a SIC faz sobre a Região Autónoma é suficiente ou insuficiente. Porquê?

PF - Considero que é suficiente embora admita que no meu caso, por trabalhar noutro meio, possa nem sempre ter a disponibilidade necessária.

11 - Considera que uma rede de correspondentes mais alargada proporcionaria à SIC uma cobertura mais eficaz sobre as Regiões Autónomas?

PF - Neste momento, tenho mais uma colega a colaborar (a correspondente do Expresso) pelo que, considero ser o adequado para cobrir o território madeirense.

12 – Acredita que a influência da cobertura dos órgãos de comunicação social nacionais, como a SIC, influencia de forma positiva o desenvolvimento da Região?

PF - Naturalmente que sim! Funciona também como plataforma de projeção da realidade regional no espaço nacional afirmando também a dimensão atlântica e arquipelágica do país

3.5 - Entrevista André Antunes – Coordenador do Primeiro Jornal (PJ)

Que tipo de serviços e assuntos são requisitados aos correspondentes para o PJ?

AA - De tudo um pouco, mas tentamos que aquilo que seja pedido sejam de facto assuntos locais, como acontece numa região qualquer do país, as ilhas sendo diferentes e específicas são regiões do país, tão regiões como Bragança ou Algarve, mas que interessam a quem está aqui a ver e podem ser assuntos variados desde justiça, sociedade, histórias curiosas. Mas a maior parte acaba por ser assuntos entre a justiça e a sociedade, ou casos judiciais. Lembro-me de alguns casos de sociedade como temporais nos Açores, também na Madeira tem acontecido alguns fenómenos curiosos, assim tentamos puxar um pouco pelos correspondentes, o que às vezes não é fácil tendo

em conta a contingência dos correspondentes e depois a própria configuração das ilhas que não ajuda e depois, no caso dos Açores, sobretudo, são ilhas diferentes. Se há um problema na ilha do Pico, provavelmente será difícil termos uma reportagem lá para o próprio dia, nessa semana talvez.

Os critérios são sempre a atualidade e o acompanhamento de julgamentos...

AA - O eixo central são assuntos de sociedade. Temos feito muitas outras coisas, como lesados do BES, greve de professores, greves na saúde, pois são assuntos transversais à sociedade mas que também existem lá. Por exemplo, um médico que abusa de pacientes, isso existe cá, também existe nos Açores e Madeira. O facto de serem regiões e ilhas não quer dizer que sejam esquecidas. Se esses assuntos interessam às pessoas de cá por que razão os assuntos das Regiões autónomas não hão-de interessar às pessoas de cá. Nós metemos as peças no ar e não se ressentem audiências, as pessoas tem curiosidade de saber sobre as pessoas que lá estão.

Estas histórias mais leves mais facilmente figuram no alinhamento do PJ do num Jornal da Noite.

AA - O PJ é um jornal mais longo que o JN, é um jornal sem rubricas, sem convidados, sem comentadores permanentes. Depois o público, o perfil do público. O PJ tem mais histórias que funcionam bem, outras mais leves como as tradições de que falas. Tanto damos as tradições de cá, das ilhas ou do estrangeiro. Eu diria que há uma conjugação entre o tempo disponível que temos que é mais e o perfil dos espectadores.

Para além da estrutura do Jornal e do DNA do Primeiro Jornal, acha que é um jornal de maior proximidade?

AA - Os públicos são diferentes e os jornais. Há um DNA do PJ e do JN, que é o DNA da SIC, mas nós temos de adequar os produtos aos públicos. Não quer dizer que eu tenha uma maior sensibilidade para isso que o coordenador do PJ, não é isso que está em causa. São produtos diferentes. Há assuntos para o qual nós olhamos e dizemos 'é uma assunto de JN'. O tempo que as pessoas tem para ver televisão à hora de almoço e ao jantar é outro. Eu tento que o jornal que eu faço seja de proximidade sempre, com o que se passa na vida das pessoas, o que interessa às pessoas.

Acha que a cobertura noticiosa que a SIC faz sobre as Regiões Autónomas é suficiente?

AA - Acho que não, tem a ver com contingências. Desde já a própria configuração sobretudo dos Açores, devido à dispersão das ilhas. Eu não me lembro da última vez que tive um reportagem sobre as Flores, não me lembro. Há sítios muito bonitos nos Açores, há pessoas que vivem isoladas, pessoas que mudaram de vida, um milhão de histórias espalhadas pelas ilhas. As viagens não são baratas, têm o custo do preço e o custo do tempo e tempo é dinheiro em televisão. Um correspondente ir ao Pico implica não estar a fazer atualidade, por exemplo. Depois acho que devíamos de ter mais dinâmica com os correspondente. Partilhamos, por exemplo, o Paulo Figueira com a rádio, não está totalmente disponível. A disponibilidade deles é um factor importante. Eu gostaria de ter mais reportagens se também me chegassem mais sugestões.

As sugestões que chegam não são suficientes ou a agenda podia ter esta preocupação?

AA - As duas. Acho que, em primeiro lugar, devia ser o correspondente a dizer “há aqui uma história”. Acho que os correspondentes das Regiões Autónomas tem uma visão que o que se passa lá não interessa às pessoas no Continente. Um exemplo curriquireiro, por exemplo, uma tempestade nos Açores. Tanto tu [SIC] e a concorrência metem um jornalista no terreno, porque temos o dever de informar, aconselhar e ajudar a prever. Há uma coisa engraçada que é. Ligas ao correspondente, pedes a peça, explicas que há o alerta vermelha e a chuva, e a resposta é ‘chove todos os dias nos Açores’. Se calhar lá as pessoas sentem-se assim, e nós temos uma visão diferente, não sei qual está certa ou errada. Os correspondentes nas ilhas acham que um assunto para merercer destaque nacional tem de ser uma coisa mesmo muito importante. Eu não vejo as coisas assim, a nossa riqueza enquanto cultura e pais faz-se destas pequenas coisas. Se não dermos as pequenas histórias ninguém sabe nada do que se passa. Às vezes encontro estas dificuldades de me fazerem chegar histórias.

Anexo 4 - Grelha de Análise 1 – Análise Quantitativa

JANEIRO									
Nome Peça	Jornalista	Região	Jornal	Posição Peça	Horário	Posição Alinhamento ³⁸	Tamanho	Género ³⁹	Dia
Fim ano Madeira	Paulo Figueira	RAM	PJ	5	13:10	A.I	01:58	Notícia	1
Fim ano Açores	Estevão Gago da Câmara	RAA	PJ	8	13:17	A.I	01:39	Notícia	1
Buscas Porto Santo	Liliana Carvalho	RAM	PJ	5	13:08	A.I	40'	OFF	16
PeA Vulcão Capelinhos	Patrícia Mouzinhos	RAA	PJ	22	13:58	A.I	02:54	Rep. Especial	21
Mau Tempo Açores	Tânia Mateus	RAA	JN	5	20:04	A.I	58'	OFF	31
Julg. Mãe Daniel	Nuno Figueiredo	RAM	PJ	7	13:13	A.I	01:35	Notícia	12
Homicídio Madeira	Paulo Figueira	RAM	PJ	8	13:14	A.I	01:37	Notícia	12
Corte cabo Madeira	Cristiana Borges	RAM	PJ	24	13:57	D.I	01:26	Notícia	11
Polémica incineradora	Estevão Gago Câmara	RAA	PJ	17	13:26	A.I	02:19	Notícia	29
FEVEREIRO									
Ronda Mar Açores	Estevão Gago Câmara	RAA	PJ	1	13:20	A.I	01:56	Notícia	1
Ronda Mar Açores	André Palma	RAA	JN	7	20:02	A.I	01:57	Notícia	1
Direto Skype	Rui Caria	RAA	JN	8	20:04	A.I	02:00	Notícia	1
Mau tempo Açores	Paula Castanho	RAA	PJ	9	13:21	A.I	01:48	Notícia	2
Sentença Casal Madeira	Paulo Figueira	RAM	JN	13	20:36	D.I	01:52	Notícia	8
Sentença Casal Madeira	Paulo Figueira	RAM	PJ	20	13:38	A.I	01:52	Notícia	9
Militar Lajes acusado OFF	Inês Rodrigues	RAA	PJ	21	13:56	D.I	30'	OFF	16
Acórdão Mãe Daniel	Paulo Figueira	RAM	JN	12	19:27	A.I	01:57	Notícia	16

³⁸ Posicionamento no alinhamento com divisão entre A.I (antes do intervalo – primeira parte) e D.I (depois do alinhamento – segunda parte)

³⁹ Por notícia entenda-se o equivalente a peça

Acórdão Mãe Daniel	Paulo Figueira	RAM	PJ	7	13:11	A.I	01:52	Notícia	17
Acórdão incêndio Camacha	X	RAM	PJ	6	13:09	A.I	01:36	Notícia	17
TAP alterações	Inês Cândido	RAA	JN	7	20:11	A.I	01:17	Notícia	17
TAP alterações	Inês Candido	RAA	PJ	10	13:20	A.I	01:17	Notícia	18
Festival malassada	Estevão Gago Câmara	RAA	JN	23	21:10	D.I	01:39	Notícia	18
Camélias Açores	Estevão Gago Câmara	RAA	PJ	17	13:24	A.I	02:14	Notícia	26
Carnaval Madeira	Paulo Figueira	RAM	PJ	25	13:57	D.I	02:33	Notícia	26
Mau tempo Açores 1	X	RAA	JN	2	20:01	A.I	02:13	Notícia	27
Mau tempo Açores 2	Nuno R. Pereira	RAA	PJ	3	13:02	A.I	02:46	Notícia	28
Mau tempo Açores JN	Pedro M. Costa	RAA	JN	5	20:07	A.I	01:25	Notícia	28
Cortejo Trapalhão	Paulo Figueira	RAM	JN	26	21:16	D.I	02:21	Notícia	28
Submarino Açores	Ana Margarida Póvoa	RAA	PJ	28	14:20	D.I	58'	Notícia	X
Incendiários Funchal	Ana P. Moreira	RAM	PJ	26	14:07	D.I	02:07	Notícia	15
MARÇO									
Cortejo Trapalhão Funchal	Paulo Figueira	RAM	PJ	10	14:11	D.I	02:21	Notícia	1
Carnaval Ponta Delgada	Estevão Gago da Câmara	RAA	PJ	11	14:13	D.I	01:34	Notícia	1
Mergulhadores Açores	Frederico Correia	RAA	PJ	23	14:02	D.I	02:51	Notícia	3
Fila bilhetes Madeira	Nuno Figueiredo	RAM	PJ	28	14:18	D.I	01:19	Notícia	3
Pça filme Alberto João Jardim	Paulo Figueira	RAM	PJ	37	14:26	D.I	02:30	Notícia	6
Derrocada Madeira	Carla Castelo	RAM	JN	17	20:45	A.I	02:03	Notícia	8
Dir. Funchal	X	RAM	PJ	6	13:13	A.I	03:30	Direto	8
Imagens derrocada	X	RAM	PJ	7	13:17	A.I	01:24	Bloco imagens	8
Derrocada Madeira	Maria Miguel Cabo	RAM	PJ	2	13:04	A.I	01:38	Notícia	9

Polémica aeroporto Madeira nova	Paulo Figueira	RAM	PJ	23	14:05	D.I	01:46	Notícia	9
Derrocada Madeira	Teresa Canto Noronha	RAM	PJ	10	13:18	A.I	01:40	Notícia	10
Derrocada Madeira JN	Pedro M Costa	RAM	JN	13	20:36	D.I	02:17	Notícia	9
Morte criança insuflável	Paulo Figueira	RAM	PJ	15	20:42	D.I	01:05	Notícia	9
Madeira vento domingo	X	RAM	PJ	13	13:27	A.I	01:43	Notícia	12
Romaria São Miguel	Estevão Gago da Câmara	RAA	PJ	24	13:42	A.I	02:46	Notícia	12
Mau tempo Madeira	Raquel Loureiro	RAM	PJ	22	13:58	D.I	56'	Notícia	13
Lesada Banif Açores	Estevão Gago da Câmara	RAA	PJ	26	14:15	D.I	03:02	Notícia	24
Treino seleção	Miguel Guerreiro	RAM	PJ	19	13:39	A.I	02:42	Notícia	27
Seleção e Ronaldo Madeira	Paulo Figueira	RAM	PJ	20	13:41	A.I	01:44	Notícia	27
Treinadores Portugal – Suéca	Rui M Guimarães	RAM	PJ	14	13:28	A.I	01:28	Notícia	28
Direto Funchal	Filipa Pereira	RAM	PJ	15	13:30	A.I	02:30	Direto	28
Seleção chegada Madeira	Rui C Teixeira	RAM	PJ	16	13:32	A.I	01:59	Bloco imagens	28
Imagens manhã seleção Madeira	Ana L Fernandes	RAM	PJ	17	13:34	A.I	02:23	Notícia	28
Povo Ronaldo	Nuno Figueiredo	RAM	PJ	18	13:34	A.I	02:21	Notícia	28
Seleção Madeira ambiente	Filipa Pereira	RAM	PJ	19	13:37	A.I	02:57	Notícia	28
Hotel inovador Madeira	Paulo Figueira	RAM	PJ	35	14:22	D.I	02:57	Notícia	28
Baleia na praia	Estevão Gago da Câmara	RAA	PJ	28	14:05	D.I	01:28	Notícia	29

Portugal – Suécia resumo	X	RAM	PJ	34	14:19	D.I	01:39	Notícia	29
Momento Ronaldo aeroporto	Sofia Pavão	RAM	PJ	27	14:13	A.I	01:26	Notícia	30
Busto Ronaldo	X	RAM	PJ	28	14:15	A.I	02:11	Notícia	30
Polémica estátua Ronaldo	Gonçalo Ferreira	RAM	PJ	29	14:17	A.I	02:05	Notícia	30
Derrocada Madeira	Rita Neves	RAM	PJ	5	13:11	A.I	02:09	Notícia	8
Limpeza escarpa	Teresa Canto Noronha	RAM	PJ	3	13:06	A.I	01:19	Notícia	9
Vento Madeira	Paulo Figueira	RAM	JN	7	20:09	A.I	01:39	Notícia	11
Festival na Madeira	Carla Carvalho	RAM	JN	31	20:11	D.I	02:30	Notícia	17
Seleção e Ronaldo Madeira	Paulo Figueira	RAM	JN	20	20:47	D.I	02:47	Notícia	26
Seleção chegada Madeira OFF	Gonçalo Ferreira	RAM	JN	15	20:37	D.I	43'	OFF	27
Seleção Madeira ambiente 1	Filia Pereira	RAM	JN	16	20:38	D.I	02:57	Notícia	27
Seleção treino	Miguel Guerreiro	RAM	JN	18	20:44	D.I	01:44	Notícia	27
Costa dia Madeira	José Manuel Mestre	RAM	JN	5	20:11	A.I	02:47	Notícia	28
Aeroporto CR7 Inaug.	Ana Geraldes	RAM	JN	10	20:35	D.I	02:02	Notícia	29
Povo aeroporto Funchal	Fernanda O Ribeiro	RAM	JN	11	20:37	D.I	02:35	Notícia	29
Polémia estátua Ronaldo	Gonçalo Ferreira	RAM	JN	12	20:40	D.I	02:05	Notícia	29
Fã Ronaldo	Filipa Pereira	RAM	JN	14	20:44	D.I	05:52	Notícia	29
Resumo Portugal Suécia	António Reis	RAM	JN	15	20:50	D.I	01:47	Notícia	29
Busto Ronaldo	X	RAM	JN	21	20:42	D.I	02:11	Notícia	30
ABRIL									
Campeonato Trauma	Sara Antunes	RAA	PJ	22	13:40	A.I	02:48	Notícia	2

	Oliveira								
Vento forte Madeira	X	RAM	PJ	4	13:04	A.I	01:38	Notícia	4
Páscoa Açores	Estevão Gago da Câmara	RAA	PJ	18	13:37	A.I	02:11	Notícia	16
Homicídio Funchal JN	X	RAM	PJ	22	13:59	D.I	01:16	Notícia	16
Seco e Molhados JN	X	RAM	PJ	15	13:32	A.I	01:42	Notícia	21
Julg. Advogado Açores	Estevão Gago da Câmara	RAA	PJ	19	13:39	A.I	01:34	Notícia	21
Chuvadas Madeira	X	RAM	PJ	8	13:16	A.I	01:24	Notícia	25
Polémica aviões incêndio Madeira	X	RAM	PJ	13	13:14	A.I	02:06	Notícia	29
Boa cama Funchal JN	Paulo Figueira	RAM	JN	27	21:14	D.I	03:13	Notícia	15
Homicídio Funchal JN	X	RAM	JN	8	20:11	A.I	01:16	Notícia	15
Entrevista Jardim	X	RAM	JN	14	20:46	D.I	17:08	Entrevista	4
Vidas Suspensas OFF	Reinaldo Serrano	RAM	JN	19	20:46	D.I	44'	OFF	13
Venezuela Funchal JN	X	RAM	JN	28	21:04	D.I	01:32	Notícia	2

Anexo 5 – Grelha da Agenda de Informação – Abril

Grelha da AGENDA ABRIL			
Dia	Separador	Nome Ficha	Local
8	Desporto	CI Marítimo: antevisão Chaves	Funchal
9	Sociedade	Partida NRP Zaire + Chefe Estado	Funchal
10	Desporto	I Liga: Marítimo vs Chaves	Funchal
13	Desporto	CI Marítimo: antevisão Benfica	Funchal
17	Desporto	I Liga: Nacional vs Moreirense	Funchal
20	Sociedade	Início Julg. Advogado acusado abuso confiança	Ponta Delgada
20	Sociedade	Cimeira Air Center + Manuel Heitor	Angra do Heroísmo
21	Greves, Manifs e afins	Polícias Madeira + 25 anos Secos e Molhados	Funchal
21	Política	MNE + Min Ciência + cimeira AIR Center	Praia da Vitória
21	Política	MNE + Palestra Açores	Angra do Heroísmo

21	Desporto	Treino + CI Marítimo: antevisão	Funchal
22	Desporto	I Liga: Marítimo vs Belenenses	Estádio dos Barreiros
22	Cultura	Madeira Fashion Week	Pestana Casino, Funchal
27	Sociedade	Debate Instrutório Cuba Livre + João Jardim – ADIADO	Funchal
28	Greves	Concentração contra incineradora	Ponta Delgada
28	Desporto	Debate Instrutório Cuba Livre + João Jardim	Funchal
29	Desporto	I Liga: Nacional vs Rio Ave	Estádio Madeira

Anexo 6 - Grelha de Análise 2 – Análise Qualitativa

VARIÁVEIS DISCURSO				
Janeiro				
Peça	Citações	Tipo de enquadramento narrativo	Tom	Tipo de argumentação
Fim ano Madeira	Turistas e Locais	Factual	Positivo	Social
Fim ano Açores	Turistas, locais e empresários	Factual	Positivo	Social
Corte cabo Madeira	X	Factual	Negativo	Judicial
Julg. Mãe Daniel	X	Factual	Negativo	Judicial
Homicídio Madeira	Locais e Comissário PSP	Factual	Negativo	Judicial
Buscas Porto Santo	X	Factual	Neutro	Assertiva
Vulcão Capelinhos	Populares	Factual	Neutro	Social
Polémica Incineradora	Ambientalista	Factual	Negativo	Política
Mau Tempo Açores	x	Factual	Neutro	Social
Fevereiro				
Ronda Mau tempo Açores	Populares	Factual	Neutro	Assertiva
Ronda Mar Açores	Populares e pescadores	Factual	Neutro	Assertiva
Mau Tempo Açores	X	Factual	Neutro	Assertiva
Sentença Casal Madeira (2x)	Advogados e familiares das	Factual	Negativo	Judicial

	vítimas			
Incineração curta JN	Oradores palestra	Factual	Negativo	Política
Incendiário Funchal	Vítimas do incêndio	Factual	Negativo	Judicial
Acórdão Mãe Daniel	Advogado	Factual	Negativo	Judicial
Acórdão incendiário Camacha	Advogado	Factual	Negativo	Judicial
Alterações TAP	x	Factual	Neutro	Económica
Festival Malassadas	Participantes locais	Factual	Positivo	Social
Camélias Açores	Operador turístico, locais e turistas	Factual	Positivo	Social
Carnaval Madeira	Miguel Albuquerque (Presidente do Governo Regional), turistas e populares	Factual	Positivo	Social
Mau tempo Açores	X	Factual	Neutro	Assertiva
Mau tempo Açores 2	X	Factual	Neutro	Assertiva
Cortejo trapalhão	Participantes locais	Factual	Positivo	Social
Militar Lajes OFF	X	Factual	Negativo	Judicial
Submarino Açores	X	Factual	Neutro	Social
Mau tempo Açores JN	X	Factual	Negativo	Social
ABRIL				
Campeonato Trauma	Bombeiros e comandante dos bombeiros	Factual	Positivo	Social
OFF Vidas Suspensas	X	Factual	Neutro	Social
Vento Madeira	Estudantes e presidente da comissão estudantes	Factual	Negativo	Social
Entrevista	Alberto João	Factual	Neutro	Político

Jardim	Jardim			
Homicídio Funchal (2x)	X	Factual	Negativo	Judicial
Boa Cama Funchal	Empresários	Factual	Positivo	Social
Páscos Açores	Cozinheiros (Locais)	Factual	Positivo	Social
Chuvadas	Proteção Civil e populares	Factual	Neutro	Social
Venezuelanos	Manifestantes	Factual	Negativo	Social
Secos e Molhados	Manifestantes (Polícias)	Factual	Neutro	Social
Julg. Advogado Açores	Advogados	Factual	Neutro	Judicial
Polémica aviões	Miguel Albuquerque e Carlos Pereira (políticos)	Factual	Neutro	Político

VARIÁVEIS CONTEÚDO				
Janeiro				
Peça	Localização geográfica	Atores identificados	Temática dominante peça	Grau desenvolviment o temática dominante
Fim ano Madeira	Funchal	Turistas e populares	Festa passagem ano	Desenvolvido
Fim ano Açores	Ponta Delgada	Locais	Festa passagem ano	Desenvolvido
Corte Cabo Madeira	Porto Santo	Alegado culpado	Crime e decisão judicial	Muito desenvolvido
Julg. Mãe Daniel	Madeira	Mãe Daniel	Crime e decisão judicial	Muito desenvolvido
Homicídio Madeira	Funchal	Homicida e Vítima	Crime e perfil das vítimas	Muito desenvolvido
Busca Porto Santo off	Porto Santo	Autoridades	Buscas	Muito desenvolvido
Vulcão Capelinhos	Faial	Populares	Erupção vulcânica	Muito desenvolvido
Polémica Incineradora	São Miguel	Câmara Municipal	Polémica incineradora	Muito desenvolvido

Mau Tempo Açores	Açores	x	Mau tempo em cada grupo e conselhos à população	Muito desenvolvido
Fevereiro				
Ronda mau tempo Açores	São Miguel	Pescadores e populares	Mau tempo em cada grupo e alertas	Muito desenvolvido
Ronda Mar Açores	Açores	Pescadores e populares	Mau tempo, meios de socorros e constrangimentos	Muito desenvolvido
Mau Tempo Açores	Açores	Correspondentes	Melhoria do tempo	Muito desenvolvido
Sentença casal Madeira (2x)	Funchal	Casal criminoso e vítima	Decisão judicial e explicação do crime	Muito desenvolvido
Incineração curta JN	São Miguel	Técnicos especialistas e ambientalistas	Polémica investimento	Muito desenvolvido
Incendiários Funchal	Funchal	Vítimas, incendiário, Ministério Público e PJ	Acusação	Muito desenvolvido
Acórdão Mãe Daniel	Tribunal Funchal	Mãe Daniel e Tribunal Madeira	Absolvição da mãe	Muito desenvolvido
Acórdão Incendiário Camacha	Madeira	Testemunha e advogado	Condenação pelo tribunal	Muito desenvolvido
Alterações TAP	Açores	X	Alterações voos Açores	Desenvolvido
Festival Malassada	Ribeira Chã, S. Miguel	Participantes	Festival e afazeres	Muito desenvolvido
Camélias Açores	Parque Terra Nostra, S. Miguel	Operadores turísticos e turistas	Potencial Turismo	Muito desenvolvido
Carnaval Madeira	Funchal	Miguel Albuquerque, turistas e populares	Festa	Muito desenvolvido
Mau tempo Açores 1	Madalena, Pico	X	Destruição e mau tempo	Muito desenvolvido

Mau tempo Açores 2	Madelana, Pico	Autoridade marítima	Avisos e mau tempo	Muito desenvolvido
Cortejo Trapalhão	Funchal	Locais e turistas	Diversão e ambiente festivo	Muito desenvolvido
Submarino	Açores	Autoridades	Operação	Muito desenvolvido
Mau tempo Açores JN	Açores	X	Balanço do mau tempo	Muito desenvolvido
Militar Lajes	Terceira	X	Apresentação do crime	Muito desenvolvido
ABRIL				
Campeonato Trauma	Terceira	Bombeiros e comandante bombeiros	Exercícios e simulacro	Muito desenvolvido
Vidas suspensas OFF	Madeira	Duas mulheres em discórdia	Resumo do episódio	Superficial
Vento forte Madeira	Aeroporto Funchal	Estudantes	Desvio voos	Muito desenvolvido
Entrevista Jardim	Madeira	Alberto João Jardim	Livro da sua autoria	Muito desenvolvido
Homicídio Funchal	Funchal	Valter (homicida) e Lídia (vítima)	Relação entre os dois	Muito desenvolvido
Boa Cama Funchal	Funchal, Hotel Belmond Reid's	Empresários	Promoção hotel	Muito desenvolvido
Páscoa Açores	São Miguel	Casa de folares	Bolos de massa	Muito desenvolvido
Chuvadas Madeira	Santa Cruz e Camacha, Madeira	Habitantes casa e proteção Civil	Estragos	Muito desenvolvido
Venezuela Funchal	Funchal	Manifestantes luso-venezuelanos	Situação atual na Venezuela	Muito desenvolvido
Secos e Molhados	Comando regional PSP Madeira	Polícias	Situação atual polícias na Madeira	Muito desenvolvido
Julg. Advogado Açores	Açores	Advogado acusado e advogado da Ordem	Recusa dos advogados em defender o caso	Muito desenvolvido
Polémica aviões	Madeira	Governo da República,	Polémica investimento	Muito desenvolvido

		governo regional, Sec. Est. Administração Interna, Miguel Albuquerque e Carlos Pereira (PS)		
--	--	--	--	--